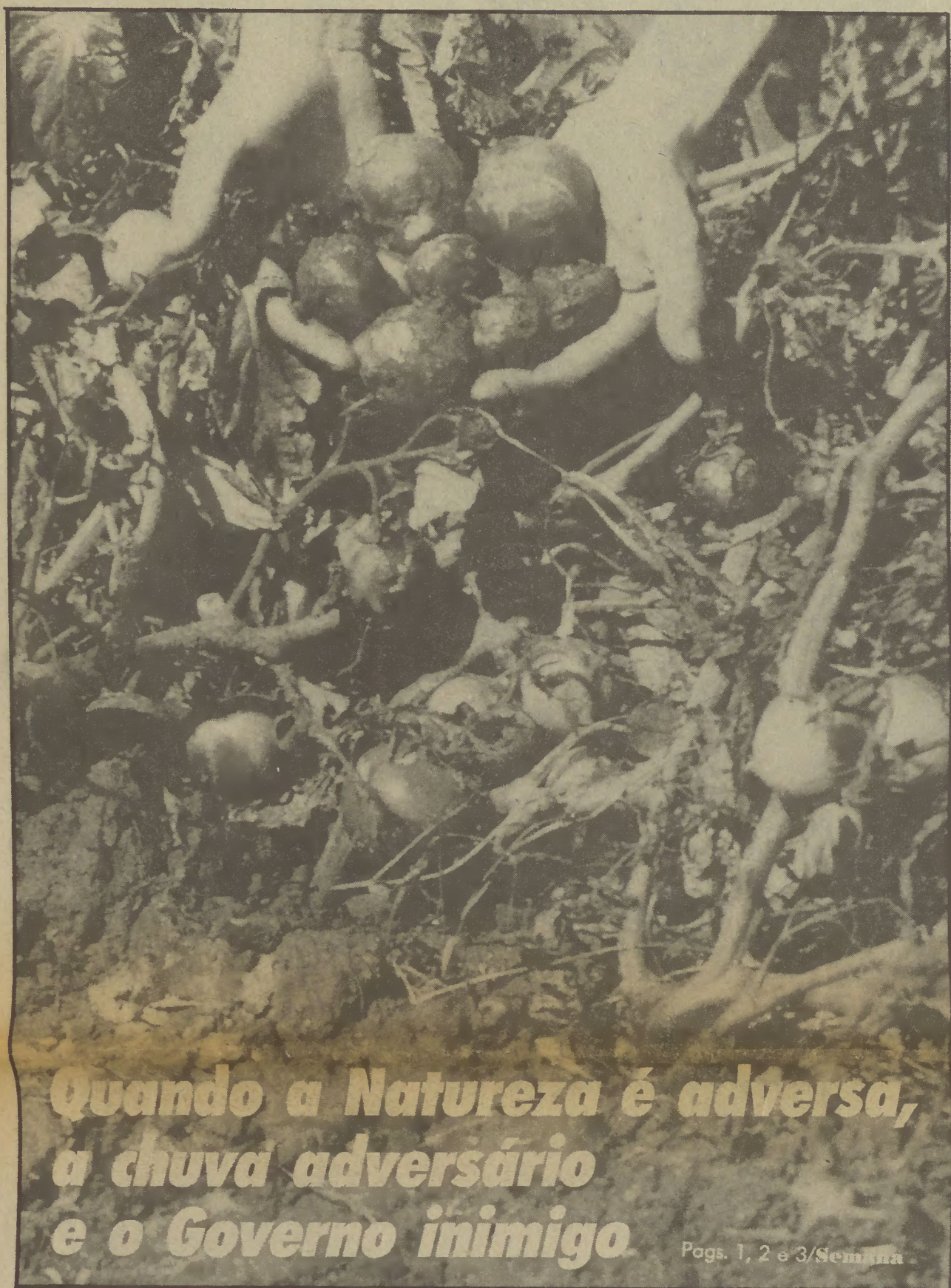


Semanário

Director:
António Dias Lourenço

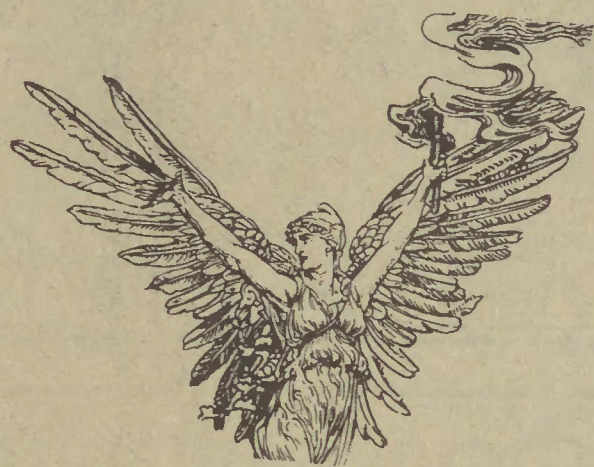
Ano 58 - Série VII - N.º 759
14 de Julho de 1988
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



**Quando a Natureza é adversa,
a chuva adversário
e o Governo inimigo**

Págs. 1, 2 e 3/Semana



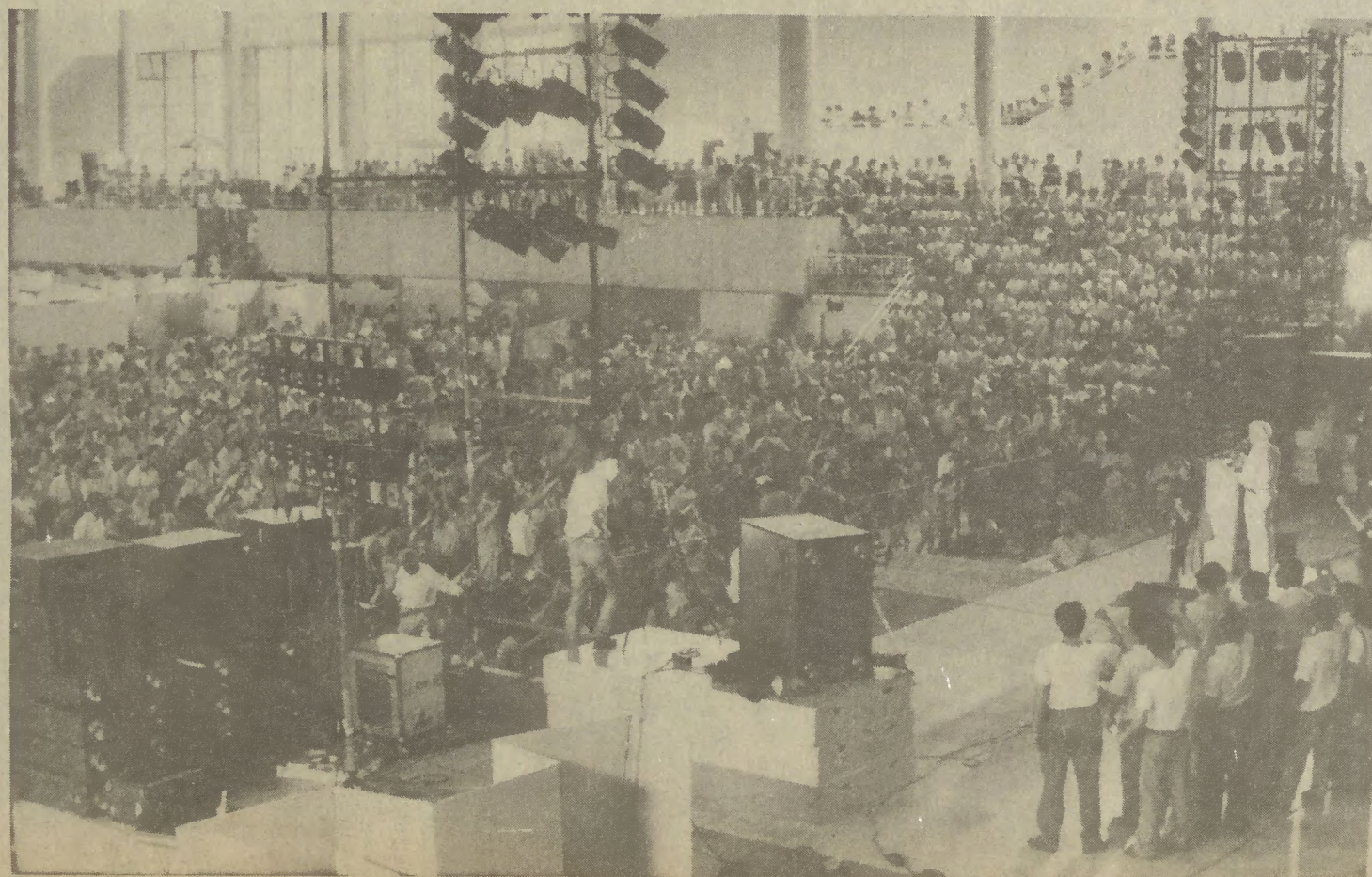
REVISÃO CONSTITUCIONAL

- PCP: aperfeiçoar Lei Fundamental
- PSD: subversão do regime
- PS: acordos com a direita?

Pág. 11/Semana

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL NA PRÓXIMA SEMANA

Pág. 1/Semana



A Festa da Alegria registou a maior afluência de sempre

Festa da Alegria: um êxito!

Discurso de Álvaro Cunhal e reportagem — Págs. 7, 8 e 9/Semana

A festa!
LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO



na
XII festa
com
duas dezenas
de acompanhantes

Mory Kanté

De novo a legislação que levou à greve geral

SINDICATOS COINCIDEM NA RECUSA DO «PACOTE LABORAL»

Págs. 6 e 11/Semana

Editorial

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 759

14 de Julho de 1988

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

A conjuntura política e a preparação do XII Congresso

Portugal, sob a gestão de um Governo autocrático de direita apostado na destruição de muito do que Abril abriu e na restauração de muito do que Abril fechou, vive um momento particularmente crítico da sua revolução democrática e da sua existência nacional.

O País está numa encruzilhada e o Governo PSD/Cavaco Silva procura impor-lhe uma trajetória que suscita a crescente contestação e resistência das massas populares e de sectores e elementos dos mais consequentes das forças democráticas portuguesas.

Cavaco proclama a cada passo os seus planos de «modernização», de «reformas de estrutura» que façam de Portugal um «país moderno e europeu». Mas torna-se claro que os «planos» do Primeiro-Ministro não apontam à modernização e ao desenvolvimento racionais da nossa economia ao serviço do povo e do País e à efectiva melhoria das nossas condições de vida mas à defesa prioritária dos interesses do capital financeiro e das multinacionais.

Os planos cavaquistas não visam a correcção dos desequilíbrios regionais e sectoriais e a solução dos mais agudos problemas sociais dos trabalhadores e do povo — os do desemprego, da saúde, do ensino, da habitação. São planos que assentam numa conjuntura económica e financeira externa em constantes e bruscas mutações e principalmente na restauração do poder monopolista que o 25 de Abril apeou em 74.

A natureza antipopular dos planos de Cavaco revela-se de maneira particularmente sensível em momentos de anormalidade conjuntural como a da situação calamitosa que se abateu sobre a agricultura portuguesa em resultado das intempéries.

Cavaco Silva, em plena escalada do restabelecimento dos monopólios, da reconstituição dos latifúndios e da reposição das velhas formas desumanas de exploração dos trabalhadores, voltou a debitar, desta vez no extremo norte da terra alentejana, sobre os seus projectos antipopulares e antidemocráticos — que visam a subversão do regime democrático e o esmagamento das suas principais conquistas. Falou com hipocrisia das devastações catastróficas que semearam a desolação e a ruína nos campos do País, prometeu esquemas de apoio «para que os agricultores possam cumprir os seus compromissos» que ninguém percebe o que querem dizer, mas foi avançando que o Governo se recusará a conceder «subsídios a fundo perdido», no caso vertente absolutamente legítimos nas condições

de evidente calamidade pública que destruiu pomares, culturas e pastos numa situação que exigiria abrir a favor da agricultura os cordões do «saco azul» do Governo.

De todo o País chegam notícias das mais alarmantes para a agricultura e a pecuária — dos campos transmontanos; de Entre Douro e Minho; das Beiras; do Ribatejo; do Alentejo, do Algarve.

Perda quase total da batata em Trás-os-Montes; 80% dos cereais a menos no Vale do Sousa, 75% das uvas, 70% do feijão, 60% da cebola, grandes baixas previsíveis nos efectivos pecuários. Medidas urgentes de auxílio económico para enfrentar esta situação calamitosa foram reclamadas numa importante reunião dos agricultores em Penafiel.

No Ribatejo, designadamente na margem esquerda do Tejo, 50% de perdas na vinha, 70% no tomate e na melancia, 30% no morango, 50% nos cereais, 90% nas palhas. No melão, uma doença desconhecida leva 70% das colheitas.

Numa reunião de 200 agricultores em Alpiarça e numa concentração de mais de 800 em Almeirim as reclamações de urgente auxílio são energeticamente formuladas.

Em vez de um compromisso concreto, de urgente auxílio aos agricultores, o Governo responde com medidas vagas e morosas e com a intensificação da ofensiva contra a Reforma Agrária. Em Elvas, o Primeiro-Ministro numa clara ameaça contra as UCPs/Cooperativas, proclama que «o Alentejo vai deixar de ser conduzido ao sabor das crenças ideológicas e deixará de ser uma zona polémica».

O sentido desta ameaça está implícito na Lei da Contra-Reforma Agrária, agora em discussão na Comissão de Agricultura da Assembleia da República. Algumas insignificantes alterações introduzidas à última hora pelo PSD em nada alteram os objectivos destruidores da nova lei do Governo que o seu dócil grupo parlamentar vai seguramente aprovar neste fim-de-semana com o apoio do CDS.

Também a nova versão do pacote laboral — que o grupo parlamentar do PCP classifica de «operação de cosmética» — foi anteontem aprovada exclusivamente pelo PSD. O novo texto mantém na essência, com ligeiras alterações formais, as mesmas disposições declaradas inconstitucionais no parecer do Tribunal Constitucional.

Ontem centenas de trabalhadores concentrados de frente da AR e nas galerias foram a expressão viva da contestação do mundo do traba-

lho à legislação antioperária e inconstitucional do Governo cavaquista depois da posição de repúdio da lei pela Comissão Executiva e o Conselho Nacional da CGTP, posição que obteve a convergência da UGT em conversações no âmbito do Conselho de Concertação Social.

A Lei dos 49% (das reprivatizações) avançou mais um passo na sua imposição com o anúncio pelo Governo das duas primeiras empresas públicas a pôr à venda: o Banco Totta & Ações e a UNICER — decisão que mereceu de imediato o repúdio unânime das Comissões de Trabalhadores das duas empresas públicas.

Por todas as formas e ao arrepio da Constituição o Governo avança com as suas «reformas estruturais» mesmo sem esperar a revisão constitucional. O Governo PSD/Cavaco Silva avança pela via executiva e legislativa factos consumados de natureza inconstitucional, força por essas vias a concretização dos seus planos contra-revolucionários para a destruição do 25 de Abril.

De facto, o obstáculo constitucional aos avanços da contra-revolução torna-se cada vez mais precário e inconsistente à medida que se aproxima a discussão em plenário da AR da revisão constitucional e se vão conhecendo as cedências do PS às propostas do PSD. O povo português tem cada vez mais nesta matéria uma palavra decisiva a dizer.

Os perigos de uma revisão subversiva da Constituição avolumaram-se com as negociações de gabinete, as concessões do PS em sede da Comissão Parlamentar de Revisão da Constituição e o que transpira das negociações e conversações a sós do secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, com Cavaco Silva.

O Comunicado da Reunião de 2.ª feira da Comissão Política do PCP chama a atenção para «o sério perigo para o regime democrático-constitucional» resultante nas negociações de um acordo PS/PSD «na base de graves cedências do PS às exigências da direita e do grande capital».

No Encontro do PCP sobre a revisão constitucional do dia 3, os participantes — entre os quais alguns eminentes constitucionalistas do PCP — sob o tema «O PCP e a participação popular na revisão constitucional», submeteram a sistematizado e profundo debate matérias relativas aos direitos, liberdades e garantias pessoais e dos trabalhadores, à organização económica e à organização do poder político.

As cedências de facto do PS e as suas posições claudicantes quanto à revisão da Consti-

tuição foram submetidas a profundo debate e incisiva crítica.

Os democratas portugueses e os socialistas que desejam sinceramente a continuação de Portugal de Abril têm bastos motivos de apreensão nas posições «consensuais» do PS relativamente aos designios e propostas do PSD.

Neste quadro exigente e complexo os comunistas portugueses trabalham e desenvolvem a sua intensa actividade; inserem-se profundamente na complicada problemática nacional e na busca de soluções norteadas pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; dinamizam a sua organização e impulsionam a participação política e a democracia interna do seu Partido; preparam activamente o seu XII Congresso.

O Comunicado saído da Reunião de 2.ª feira da Comissão Política do CC do PCP aborda o estado actual dos preparativos do Congresso sobre que vão principalmente incidir os debates do Comité Central do Partido na reunião da próxima semana.

Os dois pontos, sobre os quais vão incidir exclusivamente os trabalhos do Comité Central, são indicativos das preocupações prioritárias actuais dos comunistas.

E só um grande Partido como o PCP poderia lançar-se no trabalho de fundo da preparação do seu Congresso e na elaboração dos projectos de documentos fundamentais a submeter ao Partido com vistas ao Congresso — como o do novo Programa, o da revisão dos Estatutos, os da preparação das Teses — e simultaneamente empenhar-se em iniciativas decorrentes da luta diária dos trabalhadores e do povo, da defesa e aprofundamento das instituições democráticas, da dinamização da sua actividade nas frentes política, social e cultural: o reforço da sua organização, nas tarefas do dia-a-dia.

É afinal a melhor resposta às insidiosas campanhas dos inimigos do PCP e uma fonte de inspiração e reflexão para os camaradas que no exercício da necessária crítica às falhas e insuficiências do Partido o fazem por métodos irregulares não consentâneos com as normas e princípios por que se rege o Partido.

Neste esteio fundamental o PCP triunfará das suas dificuldades actuais, dará resposta às exigências da hora e da época actuais, dará continuidade à sua indispensável acção e à expressão concreta do seu insubstituível papel na luta do povo português.

Resumo

6 Quarta-feira

Termina greve dos bancários que se prolongou por 48 horas e registou uma adesão acima dos 80 por cento. ■ A União dos Sindicatos de Lisboa apela «aos trabalhadores e às suas organizações para que intervenham no processo de revisão da Constituição» ■ A Federação Nacional dos Professores propõe ao ministro da Educação a realização de uma reunião para análise da carreira docente do ensino não superior e da implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, chega a Macau após uma visita à China, durante a qual aprofundou as relações políticas bilaterais e explorou novas oportunidades de intercâmbio económico e comercial ■ O Presidente da República, Mário Soares, afirma em Gaia «que é precisamente na altura das grandes cidades que se vive pior do que em muitas zonas do interior do País» ■ O Bureau do Parlamento Europeu adia a ratificação dos acordos de cooperação CE-E/Israel para a primeira sessão plenária de Outubro, o que penaliza as exportações de Portugal para Israel ■ O ministro nicaraguense da Defesa revela que 12 pessoas morreram e dez ficaram feridas numa emboscada montada pelos «contras» ■ Mais de 38 milhões de mexicanos vão às urnas para eleger um novo presidente e as duas câmaras do Parlamento ■ Cerca de 1500 operários jugoslavos forçam a entrada do Parlamento em Belgrado para exigir aos dirigentes federais a tomada de posição sobre as suas reivindicações ■ Electivos militares do Ministério da Defesa da URSS desocupam o aeroporto de Erevan e os arredores, onde se concentravam cerca de dois mil manifestantes ■ Acácio da Silva vence etapa da Volta à França que terminou em Evreux.

8 Sexta-feira

CGTP-IN rejeita a teoria do «Estado como oficina do capitalismo» ao comentar a decisão governamental de abrir ao capital privado a Unicer e o Banco Totta e Ações ■ Os trabalhadores da Covina comemoram o 13.º aniversário da nacionalização daquela empresa, reafirmando a sua determinação em continuar a luta pela defesa do estatuto da empresa, dos postos de trabalho e regalias sociais ■ A empresa Medicoplast, recentemente adquirida por capital americano e uma multinacional francesa, fecha as portas colocando os seus 140 trabalhadores no desemprego ■ Abre em Braga a 10.ª edição da Festa da Alegria ■ O Parlamento Europeu aprova por unanimidade o relatório sobre a situação laboral da mulher em Portugal e Espanha ■ O primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, efectua uma remodelação governamental que incluiu a nomeação de seis novos ministros e a criação de dois novos ministérios ■ O balanço da explosão verificada na quarta-feira numa plataforma petrolífera do Mar do Norte indica a morte de dezasseis pessoas e o desaparecimento de 149. Na tragédia encontra-se envolvido um português cujo destino se desconhece.

9 Sábado

Cavaco Silva afirma em Elvas que o Alentejo deixará de ser «conduzido ao sabor de crenças ideológicas» ■ Segundo Vítor Constâncio, o PS fará oposição política ao Governo sobre a nova lei laboral ■ Lista denominada de oficialista e liderada por Alexandre Gouveia vence as eleições para a Comissão Política Distrital de Coimbra do PSD ■ Realiza-se em Moscovo um encontro entre o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Chevardnadze, e o embaixador dos Estados Unidos em Moscovo, Jack Matlock, em que o ministro soviético critica a política antinicaraguense de Washington ■ O enviado das Nações Unidas ao Afeganistão, Diego Cordovez, divulga uma proposta que visa pôr termo à guerra naquele país dentro de dois meses, e estabelecer uma coligação política em Cabul ■ Termina a reunião em Banguecoque entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Asean e os seus principais aliados com a declaração no sentido de impedir o regresso ao poder dos «khmers» vermelhos do Kampuchea.

10 Domingo

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, no comício da Festa da Alegria, em Braga, alerta para o perigo real de o PS vir a pôr-se de acordo com o PSD para uma revisão da Constituição que tornaria constitucionais todos os pacotes ■ Deus Pinheiro, ministro dos Negócios Estrangei-

ros, regressa a Lisboa vindo do Cairo, onde no sábado foi recebido pelo presidente Hosni Mubarak, e pelo seu homólogo egípcio, Ahmed Meguidi ■ Várias centenas de agricultores do Ribatejo, em reunião realizada em Almeirim, exigem que o Governo declare a situação de calamidade pública nos sectores de tomate, melão, vinha, batata e cereais ■ Um jovem palestiano de 17 anos é morto por tropas israelitas nos territórios ocupados da Cisjordânia ■ Sondagem publicada no jornal «El País» indica que 54 por cento dos espanhóis estão cépticos face ao novo governo de Felipe Gonzalez ■ A China estabelece relações diplomáticas com o Qatar, pequeno Estado do Golfo, notícia o jornal «Diário do Povo».

11 Segunda-feira

A Comissão Nacional Justiça e Paz considera que a nova proposta de Lei de Bases da Reforma Agrária pode vir a «reforçar o desemprego» no Alentejo e Ribatejo e a pôr em causa «as legítimas aspirações dos trabalhadores e populações rurais» ■ Oliveira Martins, ministro das Obras Públicas, Transportes e Telecomunicações considera que a autonomização da gestão dos TLP e a privatização minoritária do sector das telecomunicações são as duas grandes acções do seu departamento até final do ano ■ José Ernesto Cartaxo, da Comissão Executiva da CGTP-IN, ao comentar a autorização legislativa sobre matéria laboral, considera que Cavaco Silva e o seu Governo «revelam comportamento golpista de evidente afrontamento social e institucional» ■ É apresentada aos órgãos de comunicação a segunda fase do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, elaborado pela Associação dos Municípios daquele distrito ■ Decorre em Lisboa uma conferência de imprensa com o académico e economista soviético Abel Aganbeguian ■ O dirigente soviético, Mikhail Gorbachov é calorosamente recebido pela população de Varsóvia, no início de uma visita oficial à Polónia ■ O príncipe Norodom Sihanuk demite-se de presidente da coligação de oposição do Kampuchea e vai exilar-se em França ■ Delegações dos Estados Unidos, Angola, Cuba e África do Sul iniciam nos arredores de Nova York, na ilha do Governador, uma nova ronda das conversações sobre os problemas da África do Sudoeste.

12 Terça-feira

Trabalhadores concentrados frente à Assembleia da República denunciaram a intenção do Governo e do grupo parlamentar do PSD de «reacachutar e requestrar a inconstitucionalidade formal» do Pacote Laboral ■ A Comissão Distrital do Porto da CDU acusa o Governo de querer controlar os municípios da região do Porto através da Comissão de Coordenação da Região do Norte, estrutura não eleita pelas populações ■ Uma delegação de representantes das organizações da lavoura é recebida pela Comissão Parlamentar de Agricultura e Pesca para informar sobre a calamidade pública que atinge os agricultores ■ O Soviète da região de Nagorny-Karabakh aprova uma resolução afirmando que esta região deixa de fazer parte da República do Azerbaijão e que serão tomadas medidas tendentes a integrá-la na Arménia

Avante!
Projectado por todos os países UNII-VOS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Soeiro
Pereira Gomes, 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livraria,
SARL, Serviços Centrais: Av.
Santos Dumont, 57 - 2.º
1000 Lisboa
Tel. 69 39 08/69 96 15
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Socorro, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38
Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 -
8000 Faro
Tel. 24417
Delegação do Norte:
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos,
6-B - 1100 Lisboa. Tel.
77 59 36/77 57 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º,
Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Heika
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/88

Reunião da Comissão Política do CC do PCP

1. No dia 11 de Julho realizou-se uma reunião da Comissão Política do Comité Central. Foram debatidas questões relativas aos trabalhos preparatórios do XII Congresso, à reunião do Comité Central convocada para os dias 18 e 19 e ao estado de preparação da Festa do «Avante!». A Comissão Política discutiu ainda a situação política e as tarefas do Partido no quadro actual.

2. Relativamente ao XII Congresso, a Comissão Política tomou conhecimento dos trabalhos das comissões encarregadas da elaboração do novo programa do Partido e da proposta de alterações aos estatutos, tendo sido decidido que cada uma das comissões deverá elaborar um relatório a apresentar ao Comité Central.

3. A Comissão Política debateu igualmente linhas de trabalho relativas ao funcionamento e reestruturação dos organismos de direcção, tendo decidido continuar as consultas necessárias para a elaboração de uma proposta a ser levada oportunamente à apreciação do Comité Central.

4. A Comissão Política aprovou a seguinte proposta de ordem de trabalhos para a reunião do Comité Central:

1.º — XII Congresso

a) Programa

b) Estatutos

c) Local para a realização do Congresso

2.º — Situação política e tarefas do Partido.

5. A Comissão Política sublinhou o êxito extraordinário que no plano político constituiu a Festa da Alegria realizada em Braga neste fim-de-semana e apreciou a informação sobre o Estado de preparação da festa do «Avante!» tendo tomado medidas orgânicas para superar alguns atrasos que se verificam no terreno.

6. Na análise da situação política actual, a Comissão Política destacou três aspectos fundamentais:

a) a nova escalada do Governo PSD/Cavaco Silva contra as conquistas democráticas, designadamente com as privatizações de empresas nacionalizadas, o propósito de liquidar a Reforma Agrária, com a apresentação da nova lei do latifúndio a par de novas medidas restritivas das liberdades (proposta de lei sobre as eleições para o parlamento Europeu e projecto de lei sobre pichagens e afixação da propaganda) constitui uma séria e perigosa ameaça ao regime democrático.

A insistência do Governo e do grupo parlamentar do PSD em quererem impor o «pacote laboral» apesar do generalizado repúdio dos trabalhadores e dos largos sectores democráticos e sociais, e da sua rejeição por inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, comprova mais uma vez o carácter antidemocrático da actuação do PSD.

b) As negociações para um acordo PS/PSD sobre a revisão da Constituição, na base de graves cedências do PS às exigências da direita e do grande capital, constituem um sério perigo para o regime democrático-constitucional.

A luta pela defesa da Constituição torna-se tarefa central das forças democráticas e patrióticas.

c) A Comissão Política apreciou a grave situação criada à agricultura por efeito das más condições climáticas que levou já à ruína de grande número de agricultores, manifestando o seu apoio à justa reclamação junto do Governo de efectivas e urgentes medidas de apoio.

O PCP já apresentou, com este objectivo, na Assembleia da República, um projecto de resolução.

7. A Comissão Política do CC do PCP apreciou o alto significado da XIX Conferência Nacional do PCUS recentemente realizada em Moscovo e as perspectivas que abre ao avanço da reestruturação (Perestroika) para o reforço do poder político dos trabalhadores, do papel do Partido na sociedade soviética, do aprofundamento da democracia no Estado, na sociedade e no Partido, para a aceleração do desenvolvimento socioeconómico e a contribuição da URSS para a causa da paz mundial.

Lisboa, 11 de Julho de 1988

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

Quando a Natureza é adversa, a chuva adversário e o Governo inimigo

■ Henrique Custódio

A desolação choveu por todo o País, na continental face que vai do Minho ao Algarve. A meteorologia agrícola tem destas coisas — tem, sobretudo, uma coisa: quando dá para o torto, quando agride o tecido produtivo nacional, fá-lo em termos definitivos e sem margem para ilusões. Pode-se adiar umas férias que os temporais ameaçam estragar, consegue-se iludir os caprichos atmosféricos com reequacionamentos forçados dos tempos de lazer, mas é sempre impossível intervir numa destruição **de facto**, que haja consumado o desastre através da formidável energia da Natureza, aleatória por definição.

Na verdade estamos perante uma catástrofe agrícola nacional cujas repercussões nos irão vergastar, seriamente, o futuro consumidor. Mas, antes disso e **agora mesmo**, já viraram de pantanas a capacidade de sobrevivência — quanto mais de produção! — da grande, esmagadora generalidade dos agricultores portugueses. O desastre é tão óbvio e violento que o Governo se viu forçado a vir de imediato a público com discursos de intenção e promessas tranquilizadoras. Das promessas aos factos vai a distância exacta do desespero, dramaticamente ilustrado por uma vaga de suicídios que dizem tudo sobre a credibilidade dessas promessas. E voltamos à mesma — ao essencial: os interesses de quem trabalha só podem ser defendidos por quem protagoniza, na primeira pessoa, esse próprio trabalho. Seja contra a Natureza adversa... ou um Governo inimigo...

Sim. «Governo adversário». Que outro nome pode ter um Executivo que, perante um desastre agrícola que deixou muitos milhares de agricultores sufocados de dívidas bancárias e sem colheitas, se afirma decidido a recusar subsídios a fundo perdido, quedando-se, apenas, pela concessão de moratórias na satisfação desses compromissos? Dito de outra maneira: que interessa aos agricultores que o Governo permita o pagamento a prazo das suas dívidas, se já no próximo ano agrícola não vão ter dinheiro para investir?

Esta rápida decisão do Executivo de Cavaco Silva em definir o tipo de apoios a conceder aos agricultores lesados pelos temporais, não configura apenas um oportuno aproveitamento político da situação (tentando provar a «eficácia» governamental na resposta aos problemas), mas, sobretudo, parece esboçar os contornos de uma

manobra muito mais subtil e, sem dúvida, oportunamente posta de pé. Tal manobra consistirá em algo tão simples como isto: ao recusar subsídios a fundo perdido (a única forma de compensar, efectivamente, os milhares de lesados pelos temporais, devolvendo-lhes, ao mesmo tempo, capacidades mínimas para os investimentos necessários a fazer na próxima campanha agrícola), o Governo está a inviabilizar, **de facto**, e no imediato, a actividade de muitos milhares de pequenos agricultores que, ao baterem à porta dos bancos a solicitar novos empréstimos para a campanha do próximo ano, terão uma recusa como resposta, já que estão em dívida em relação aos investimentos deste ano.

Se recordarmos as quotas de produção impostas pela CEE a limitar alguns produtos agrícolas portugueses (veja-se o que já aconteceu com o tomate), somos forçados a concluir que o Gover-



Francisco Figueiredo Bento (à esquerda): «Se não houver subsídios para os encargos que todos aqui enterrámos, adeus minhas encomendas»

Soube-se esta semana que a embaixada portuguesa em Moscovo recusou o visto de entrada no nosso país a dois estudantes soviéticos da cidade de Yaroslavl, que vinham frequentar um curso de português à cidade do Mondego no quadro de um programa de intercâmbio cultural entre as duas cidades — que são geminadas — e que prevê, igualmente, o acolhimento de dois estudantes conimbricenses pelo município de Yaroslavl já em Setembro próximo.

A notícia foi dada pela Câmara Municipal de Coimbra que, atónita, recebeu a queixa, enviada por telegrama pela sua homóloga soviética, contando o sucedido. A autarquia portuguesa deliberou de imediato remeter o pedido de resolução do assunto para o governador do distrito, que o encaminhará para o ministério dos Negócios Estrangeiros.

Curiosamente esta enérgica iniciativa diplomática portuguesa contrastou flagrantemente, e na mesma altura, com uma decisão tomada em Londres, onde se anunciou que um grupo de jovens actores soviéticos vai estagiar no «Royal Shakespeare Company», enquanto estudantes ingleses de arte dramática se deslocarão a Moscovo, pormenorizando-se que o Teatro Artístico de Moscovo enviará, em Setembro, 18 estudantes durante três semanas para a Grã-Bretanha, enquanto em Abril de 1989 um grupo de estudantes britânicos estagiará na União Soviética. O director artístico britânico da recém-formada Fundação Internacional para a Cooperação Artística revelou mesmo que este é o primeiro intercâmbio do género e ambos, o intercâmbio e a própria Fundação, são a consequência natural da «Glasnost» e das cimeiras Reagan-Gorbachov.

Mas isto são os ingleses. Nós, por cá, temos outra loiça — tão original que vai de Sacavém ao galo de Barcelos.

Esta atitude da nossa representação diplomática em Moscovo pode ter, no imediato, uma de duas leituras.

A primeira é que a nossa actual embaixada em Moscovo tem, da missão diplomática na pátria dos soviets, a visão redentora do milagre de Fátima e, portanto, enquanto certamente labuta por lá pela «conversão da santa Rússia», impede quanto pode a vinda de qualquer «bolchevique» ao nosso país, não vá o diabo tecê-las.

Só que esta explicação tem um grande, enorme senão a contrariá-la. É que Portugal é um país democrático construído com a Revolução de 25 de Abril, a qual derrubou o regime, fascista de seu nome, que tinha essa visão paroquial do mundo, além de não ter — cruces canhoto! — relações diplomáticas com a União Soviética.

A própria existência de uma missão diplomática portuguesa em Moscovo é, em si mesmo, a afirmação da impossibilidade de um tal quadro, pois atesta o que toda a gente sabe: que Portugal é um país democrático, soberano, com relações diplomáticas com todos os Estados do mundo e, nomeadamente, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, onde tem uma embaixada que, naturalmente, não está lá para converter ninguém, mas para executar a política definida pelo seu Governo em relação ao país anfitrião, cuja é, como se sabe, de cordial e mutuamente vantajosa cooperação.

Resta uma segunda leitura.

Quiçá, a única interpretação possível.

A de que os nossos representantes diplomáticos em Moscovo têm uma dificuldade qualquer em lidar com estudantes.

Não sabemos se por insepultado trauma provocado por más experiências curriculares, dos tempos em que também passaram pelos bancos da escola na árdua, e sem dúvida aplicada, carreira académica que os conduziria ao prestigioso mundo da diplomacia. É uma hipótese. Não sabemos se por algum desgosto de amor, dos que às vezes ocorrem nos tempos de estudante e deixam feridas abertas por muito, muito tempo. É outra hipótese.

O que sabemos, de certeza, é que é inadmissível a ocupação de postos diplomáticos por gente que desencadeia conflitos internacionais de nível estudantil.

■ H. C.

Desastre agrícola em Portugal

no se prepara para matar dois coelhos de uma só cajadada: inviabilizar (como o exige a CEE) a actividade «excedentária» de muitos milhares de agricultores portugueses e, aparentemente, conseguindo-o sem custos políticos, já que o odioso da manobra cairá sobre a banca nacionalizada, que recusa o crédito. Como se a banca não dependesse do Governo...

Não foi por acaso que só a CAP correu a manifestar público apoio à decisão governamental de recusar subsídios a fundo perdido, ficando-se por moratórias sobre as dívidas à banca; é que tal decisão não afecta os agrários ou os chamados grandes «empresários» agrícolas.

Também não é por acaso que todas as organizações realmente representativas dos agricultores (e é nestas condições que se vê, preto no branco, quem representa quem) se movimentam, em confluência de esforços onde se misturam diversas cores políticas, na defesa dos interesses e da sobrevivência dos agricultores portugueses.

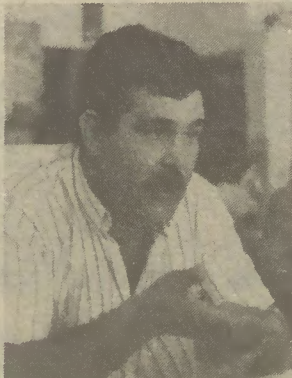
Agricultores que são, realmente, quem «lhes dói a seara».

A seara do diabo

A generalidade da comunicação social abordou a catástrofe agrícola que se abateu sobre o País, numa atitude informativa que, por si só, confirma a extensão e gravidade do problema. É verdade que grande parte dessa comunicação social — com relevo para o órgão mais importante, a televisão — tem vindo paulatinamente a secundarizar o assunto, como

se de coisa arrumada se trasse.

Só que nada está arrumado, para além das imagens concretas da destruição, que se vão sumindo com a água que as engendrou. O verdadeiro drama, aliás, começa agora, quando os campos já secaram e sobre eles flores-



Amândio Freitas: «No mínimo dos mínimos, em qualquer país da CEE já havia técnicos em campo a fazer o levantamento da situação, caso a caso. Aqui nomeiam-se comissões para elaborar relatórios»

ce uma ilusória e seródia explosão de verdura.

Neste fim-de-semana passado fomos colher uns apontamentos de reportagem aos campos do Ribatejo e começámos por nos surpreender com o aspecto viçoso de muitas searas de tomate e melão. Amândio Freitas, o dirigente da Federação dos Agricultores do distrito de Santarém que nos acompanhou, tirou-nos as ilusões. Levantando as ramagens viçosas, expôs os frutos podres escondidos por baixo e disse: «o que está aqui é uma seara do diabo». E contou uma história velha, onde o diabo foi enganado pela sa-

gacidade do agricultor ao aceitar sociedade numa seara de tomate onde, por proposta deste (a quem o diabo, obviamente, pretendia enganar) a infernal criatura ficava com «a parte de cima» (a rama dos tomateiros) e o camponês com a parte de baixo.

Só que desta vez a parte de baixo está podre e o agricultor português, apesar de suficientemente esperto para enganar o diabo, não tem poderes para vencer o tempo.

Nem para pagar encargos com colheitas devastadas e trabalho perdido — por muitas moratórias que o Governo lhe dê...

«Adeus, minhas encomendas»

Foi isso mesmo que Francisco Figueiredo Bento, agricultor de Almeirim, nos disse quando o abordámos nos campos à beira Tejo de Benfica do Ribatejo, onde o encontramos a preparar uma calda para curar o tomate («cada frasco são cinco contos e quinhentos e depois das chuvas já meti aqui dez frascos!»). Desligando o tractor, apontando num gesto vago e desolado a seara enganosamente verde, suspirou: «isto não é só o Primeiro-Ministro vir à televisão dizer que vão tomar medidas. A agricultura fica abalada por dois anos, ninguém tenha dúvidas. O seguro agrícola não dá nada — se vem um tempo anormal o seguro já não paga. Se não houver subsídios para os encargos que todos aqui enterrámos,

adeus minhas encomendas!».

Do outro lado do rio e a alguns quilómetros de Santarém, concretamente nos campos de Valada do Ribatejo, um outro agricultor, desta vez um jovem de 26 anos, Manuel Francisco Concelção Sampalo, preocupava-se em explicar-nos que a seara de tomate que víamos destruída já era a segunda que ele e a família ali puse-ram, já que a primeira «fol-se com as trovoadas de pedra de Abril/Maio». E que ficasse claro: «agora vou fazer aqui a terceira seara, de milho de 90 dias, mas mesmo que corra bem, não pagará, sequer, as despesas das duas searas de tomate que entretanto se perderam». O seu pai, ausente na altura «às voltas com outra seara perdida, mas de melão», falara dias antes para um grupo de jornalistas, expondo as grandes dificuldades em que se encontrava, dados os enormes encargos contraídos com a banca. Veio de novo à baila a decisão governamental de não dar subsídios a fundo perdido. «A ordem do Governo para que se pague o trigo a preços normais, mesmo sem a qualidade exigida, é manifestamente insuficiente», considerou Amândio Freitas, «e insuficiente porque fica de fora tudo o resto: tomate, melão, cereja, uva, etc., etc. O tomate, por exemplo, perdeu-se em 60%, a vinha se alcançar uma produção de 50 ou 60% já será muito. Ora não são moratórias sobre os créditos que vão resolver estes problemas».

E esses problemas estavam ali bem à vista. Ao lado



Na vinha, o «pedrado» e o «desavinho» deitaram a perder as colheitas; no melão até apareceu uma doença nova surgida com as últimas chuvas, que está a sarapintar a fruta toda

Nacional

Desastre agrícola em Portugal

da seara de tomate via-se uma vinha com os cachos em grande parte liquidados («as chuvas caíram precisamente no período da polinização e agora ainda há o mildio a atacar, pois as curas que haviam sido feitas, a água limpou-as»). Uns quilómetros à frente uma extensa seara de melão estendia-se, verdejante, por vários hectares de terra. Nova «seara do diabo»: afastava-se a rama e o que se encontrava era melão podre ou «picado» pela água. «E é tudo assim, por todo o lado», informava, com conhecimento de causa, o dirigente da Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém. Acrescente-se e recorde-se que este todo o lado começa no Minho e termina no Algarve...

Fragilidade e divórcio

Na conversa que tivemos no final da rápida visita aos campos do Tejo, é claro que Amândio Freitas não nos falou dos problemas agrícolas de todo o País, mas, naturalmente, da região a que a sua Federação está ligada, o Ribatejo — o que não é nada



Manuel Francisco Sampaio (à direita): «Agora vou fazer aqui a terceira seara, de milho de 90 dias, mas mesmo que corra bem, não pagará sequer as despesas das duas searas de tomate feitas no mesmo local e que se perderam»

pouco em termos económicos, diga-se de passagem! De qualquer modo, todos sabemos que a catástrofe foi geral, de Norte a Sul, e pormenorizando os problemas numa zona, é quase como estar a fazê-lo em relação ao todo nacional.

Posto isto, ouçamos Amândio Freitas:

Nós pensamos que há quatro sectores que devem ser considerados em situação de calamidade pública — tomate, melão, vinha e cereais. Em nossa opinião está perdida 50 a 70% da

produção de tomate e melão e 40 a 50% de vinho e cereais.

As causas directas da perda da vinha estão perfeitamente identificadas, segundo o nosso interlocutor:

O «desavinho», que é a destruição da polinização provocada por temperaturas muito baixas e húmidas ocorridas em fins de Abril/Maio, impediu a fecundação da uva, enquanto as últimas chuvas provocaram o «pedrado», que é o apodrecimento da uva. Quanto ao melão, «sofre

agora com os mildios — e é impossível combatê-los, mesmo com curas de quatro em quatro dias, devido às chuvas que caíram — e o aparecimento de um mal novo, surgido com as chuvas contínuas, que está a sarapintar o melão todo. Os próprios técnicos do Ministério não sabem como resolver isto».

Entretanto estas intempéries também «molharam» o Ministério da Agricultura:

Tornou-se evidente a fragilidade de actuação e o divórcio entre os técnicos do MAP e os agricultores, o que não é da responsabilidade de uns nem de outros, mas da política agrícola que tem sido seguida e cujo traço dominante é o desprezo pelos interesses e problemas dos agricultores.

Criticando as medidas anunciadas pelo Governo face à catástrofe, Amândio Freitas denunciou:

As moratórias que dilatarão os pagamentos à banca e a redução das taxas de juro são medidas insuficientes porque abrangem apenas os cereais; os sectores do tomate, melão e vinha encontram-se em situação idêntica e requerem medidas específicas, nomeadamente, a declaração, pelo Governo de calamidade pública em alguns sectores, a reclamação, em Bruxelas, de medidas compensatórias para a agricultura portuguesa (curiosamente Bruxelas já disse que sim, solicitando apenas que o Governo português o peça oficialmente — coisa que, estranhamente, o Executivo de Cavaco Silva continua sem fazer) e a reclamação do Imposto agrícola de 1988.

Quanto à actuação concreta do Ministério e do Governo, o dirigente da Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém teve também severas críticas:

No mínimo dos mínimos, em qualquer país da CEE, face a uma catástrofe destas, já havia técnicos em campo a fazer o levantamento da situação, caso a caso. O que o Governo de Cavaco Silva fez até agora foi nomear uma comissão desligada da realidade concreta (e tem de estar desligada, pois nem as próprias organizações regionais do MAP — que serão a fonte de informação desta comissão — têm contactos com os problemas concretos!), para que depois seja elaborado um relatório. Assim não se vai a lado nenhum.

Com a CDU, em Montelavar e Pero Pinheiro

Na passada semana a CDU promoveu uma visita às freguesias de Montelavar e Pero Pinheiro, no concelho de Sintra, levando os jornalistas ao encontro de uma realidade multifacetada, onde a pedra tem uma importância decisiva. Mas não uma pedra qualquer nem de qualquer maneira, como adiante se verá.

Esta região e estes povoados estão intimamente ligados na história da sua evolução socioeconómica, à extracção do mármore que por lá abundava e à mão-de-obra especializada — a qual, no entanto por lá se formou, a trabalhar esta pedra magnífica. Muita da estatuária que vemos em Lisboa saiu das oficinas locais — foram citadas, por exemplo, as estátuas dos escritores românticos que se perfilam na Avenida da Liberdade — enquanto o grande desenvolvimento do trabalho em mármore na zona se iniciou com a construção do convento de Mafra.

Hoje a esmagadora maioria das empresas de mármore de Montelavar e Pero Pinheiro ocupam-se principalmente de trabalhos «standard» da indústria de transformação, como elucidou Domingos Pardal, industrial e artesão de mármore de Pero Pinheiro, homem como muitos outros da região, que se transformou em «artista da pedra» por tradição familiar. Mas as pedreiras locais esgotaram, por isso os industriais compram mármore e brechas no Alentejo. É que os nossos mármore «são dos melhores do mundo», o que faz com que os melhores blocos, sem defeitos, sejam adquiridos em bruto pelos industriais italianos.

Eurídice Sequeira dos Santos, a dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e dos Mármore que também acompanhou a visita, pormenorizou entretanto alguns aspectos sociolaborais desta actividade que envolve, no local, para cima de 3000 trabalhadores, segundo estima Domingos Pardal. Apesar da indústria de mármore estar numa fase florescente (não é por acaso que somos os principais clientes das empresas italianas que produzem maquinaria para trabalhar o mármore), tal não corresponde às melhores condições de trabalho. «Há muito trabalho ilegal — esclareceu a dirigente sindical — em pequenas oficinas recentes que têm trabalhadores pagos à hora e à peça». Além disso, além da exportação de produtos, assiste-se igualmente a uma grande exportação de mão-de-obra especializada, nomeadamente os trabalhadores com a categoria de «assentadores», que vão para os países árabes (actualmente os nossos melhores clientes) fazer a montagem e instalação de obras feitas no nosso país.

Segundo Victor Serrão, historiador dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Sintra que igualmente acompanhou a visita, o exemplo mais espectacular de obras construídas com a pedra e os artistas de Pero Pinheiro e Montelavar é o convento de Mafra, a obra fundamental do barroco português. Toda a pedra usada na sua construção saiu de lá transportada em carros de bois, à excepção de alguns mármore especiais importados de Itália.

Mas o mármore não é a única pedra significativa da região. Apenas a dois quilómetros de Pero Pinheiro «floresce» um extraordinário campo de lapíares, raro na Europa e no mundo. Victor Serrão esclareceu: «Trata-se de vestígios geológicos do período quaternário, constituídos por afloramentos calcários». É, sem dúvida, uma paisagem insólita e espectacular, que merece ser preservada (a Câmara já pediu a criação de um parque natural, mas até agora nem novas nem mandados).

Ordenamento

Lino Paulo, vereador comunista na Câmara de Sintra que está à frente de pelouros importantes — a recuperação de claudestinos e de centros históricos — fez depois um breve historial do concelho de Sintra, após referir que as freguesias de Montelavar e Pero Pinheiro estão claramente vocacionadas para a criação de uma vasta zona de desenvolvimento urbano, com a instalação de mais indústrias, mais habitação e equipamentos relacionados com a actividade industrial.

O concelho de Sintra, actualmente com 320 000 habitantes nos seus 315 km², teve um crescimento populacional ao sabor das principais linhas ferroviárias e rodoviárias. Montelavar e Pero Pinheiro estão na zona Norte do concelho, que começa já a sofrer fortes pressões urbanísticas desde que foi anunciada a construção da CREL (Circular Regional Exterior de Lisboa), a estrada que ligará os concelhos limítrofes de Lisboa. «A CREL é essencial mas temos de ter medidas de ordenamento», frisou.

Segundo Lino Paulo, deveria começar-se rapidamente a promover o desenvolvimento planificado de Pero Pinheiro e Montelavar, «para impedir que venha a ser um dormitório igual aos que já temos no concelho».

Enquanto em Pero Pinheiro a visita se centrou, principalmente, em indústrias e questões relacionadas com o mármore, em Montelavar, onde os jornalistas e seus anfitriões se deslocaram depois de almoço, aproveitou-se para visitar uma colectividade quase centenária, a «Sociedade Filarmónica Boa União Montelavarense», onde encontramos o senhor Natal Pais Capucho, que nos falou do extraordinário historial desta colectividade, principalmente em actividades ligadas à música. «Estão a ouvir, por exemplo — disse-nos ele — um maestro que dá aulas de música todos os dias. Daqui saíram músicos para bandas tão prestigiadas como as da GNR, PSP ou Força Aérea». O tempo já escasseava, mas ainda foi possível dar uma espreitadela aos bombeiros locais, também uma prestigiosa instituição montelavarense com uma capacidade de intervenção bem patente neste simples dado: adquiriu recentemente a sua 24.ª unidade móvel.

Forças vivas

No decorrer do encontro com as forças vivas da região ribatejana e 800 agricultores, abordou-se e aprofundou-se a problemática da agricultura face às condições atmosféricas adversas ao desenvolvimento das culturas e às consequências daí resultantes. É assim que começa o telex chegado à nossa Redacção, dando conta de uma significativa reunião ocorrida no passado domingo no distrito de Santarém, promovida pela Federação de Agricultores deste distrito, por duas Associações de agricultores (dos Produtores de Tomate do Ribatejo e de Melão de Portugal), pela Confederação Nacional de Agricultura de Portugal e pela Comissão de Seareiros das Lezírias do Tejo. Trata-se de organizações que «cobrem», à vontade, todo o espectro socioeconómico agrícola desta importante região. Só não esteve lá a CAP o que, sendo natural, foi, além do mais, assisado: de facto o que é que os agrários absentistas têm a lamentar com o desastre agrícola deste ano? Eles e o Governo já concordaram (e com notável celeridade) sobre as «medidas a tomar»... Só que há, realmente, medidas a tomar — e com celeridade. Exigem-no aqueles que trabalham a terra. Como se segue — neste caso em relação ao Ribatejo.

O Encontro do passado domingo confluiu para um conjunto de conclusões que são, sobretudo, exigências sérias e graves dos agricultores do Ribatejo face ao desastre agrícola com que a generalidade do País se viu confrontado. Transcrevemo-las na íntegra e sem comentários, porque, no caso, os comentários são obviamente redundantes...

Depois de um aprofundado debate e de um conhecimento directo dos prejuízos por parte do gabinete técnico da Federação dos Agricultores do distrito de Santarém e das Associações de Produtores de Tomate do Ribatejo e Associação de Produtores de Melão de Portugal, chegou-se, no final do Encontro, às seguintes conclusões:

Reclamar junto das entidades governamentais e serviços oficiais do MAP o seguinte:

- 1.º — Que o Governo declare a situação de calamidade pública nos sectores do tomate, melão, vinha, batata e cereais.
- 2.º — Que a Bruxelas seja solicitado, através do Governo português, participações para atenuar os graves prejuízos causados nos referidos sectores.
- 3.º — Tendo em conta a grave situação, solicitamos ao Governo a abolição do Imposto Agrícola no ano de 1988.
- 4.º — Estudar a forma de pôr em prática um seguro agrícola ajustado à realidade da agricultura portuguesa: o actual de nada serve aos agricultores.

5.º — Abertura de linhas de crédito a médio prazo (por cinco anos) e com juros bonificados, para se pagarem as dívidas dos agricultores à Banca.

6.º — Empenhamento urgente do Ministério da Agricultura através dos seus técnicos para levantamento da situação existente nalguns sectores da actividade agrícola, para colaboração do levantamento; a Federação, Associação dos Produtores de Tomate do Ribatejo e a Associação dos Produtores de Melão de Portugal, estão ao inteiro dispor dos serviços oficiais.

7.º — Garantia para o escoamento de todas as produções agrícolas, mesmo aquelas de fraca qualidade.

8.º — Apoio técnico do Ministério da Agricultura — urgente — no sentido de se fazer o levantamento da situação aos agricultores que pretendam fazer outras culturas (forragens e hortícolas tardias), assim como o fornecimento de sementes, e que as mesmas sejam compartilhadas.

9.º — Enviar um abaixo-assinado às entidades oficiais e governamentais até dia 20 do corrente, destinado às seguintes entidades:

Presidente da República;
Primeiro-Ministro;
Presidente da Assembleia da República;
Presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura da Assembleia da República.

10.º — Regularização dos vales do Tejo e Sorraia.

Trabalhadores

Nacionalização da Covina

A bem conhecida empresa vidreira Covina foi nacionalizada há treze anos. Para comemorar a data (8 de Julho) os representantes dos seus trabalhadores organizaram comemorações nesse dia. Vários convidados salientaram durante os festejos o significado das nacionalizações e da luta por elas. Esteve em causa claramente que «o sector público não é uma questão do passado», como salientou Manuel Lopes da CGTP.

Com a tónica na defesa da empresa e dos postos de trabalho, é de assinalar que a direcção da Covina, embora mantenha 20 trabalhadores nas condições de «excedentários», não deixa de reconhecer a capacidade e a confiança no esforço dos trabalhadores. Manuel Frazão e o eng. Luís Santos, que nas suas intervenções se referiram ao pessoal, salientaram mesmo, sobretudo este último, a «espectacular capacidade de adaptação» das pessoas.

Não está por conse-

guinte em causa a viabilidade da Covina. O que está em causa é a ameaça da **desnacionalização**. Do lado sindical foi realçado o ataque ao sector público e nacionalização conduzido pelo Governo, juntamente com o pacote laboral.

«Em menos de dois anos» — disse um elemento das ORTs — o **quadro de pessoal da Covina perdeu cerca de 500 trabalhadores**.

Estes estariam a ser «empurrados para a rua, como uma torneira que vai pingando todos os dias».

No anúncio das comemorações, a CT da Covina salienta que é indispensável reforçar a unidade. No seu apelo à participação na luta pelos postos de trabalho e pela defesa da Covina a CT refere especialmente «os **trabalhadores** (super-explorados) **por conta dos empregadores**» ao serviço da empresa.

A CT protesta fortemente contra a «inqualificável agudização da guerra social» que seria a



cedência-venda da creche-infantário projectada pelo Governo e pelos seus porta-vozes dentro da Covina.

Os trabalhadores que completaram 40 e 25 anos de casa foram homenageados numa sessão solene organizada pelos seus representantes das ORTs. Foram estas organizações, as suas próprias organizações, que os homenagearam.

O general Vasco Gonçalves, um dos convidados para as comemorações, felicitou os trabalhadores pela sua tenacidade e apelou à luta, em quaisquer condições por piores que elas sejam.

Nas comemorações do 13.º aniversário da nacionalização da grande empresa vidreira estiveram, entre outros convidados, representantes dos grupos parlamentares do PCP e do PRD



Contra a má gestão em 86

Estudo do Barreiro como comunidade industrial

A revista «Contacto» dos trabalhadores da Quimigal insere um artigo sobre «A sociologia da família e o trabalho». Refere-se a revista ao desenvolvimento de um projecto de investigação que está a ser levado a cabo por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A equipa científica, financiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, abordará um campo de estudos raros entre nós. A revista dos trabalhadores da Quimigal recorda que «o Barreiro representa, neste aspecto, um caso exemplar».

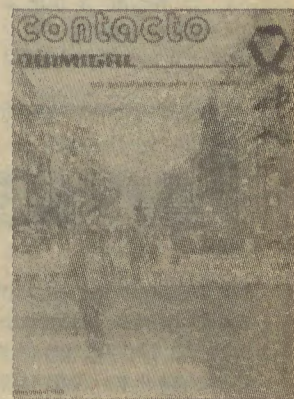
Trata-se de «uma grande concentração industrial e urbana com raízes no século dezanove». Durante o seu desenvolvimento, o Barreiro, embora tivesse recebido «consideráveis contingentes de homens e mulheres operários», vindos inclusive de diversos pontos do País,

«pouco ou nada se sabe» acerca das condições e características da «vida familiar dessa mão-de-obra que fez o Barreiro moderno».

O domínio do estudo é, pois, da «investigação da sociologia familiar». Baseado num «inquérito, a investigação procurará «reconstituir trajetórias familiares e profissionais dos inquiridos, dentro das regras da ética profissional e respeitando os objectivos científicos».

Ainda segundo a revista «Contacto», editada pelas ORTs (organizações representativas dos trabalhadores), a equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa vai reconstituir essas «trajetórias» mediante um inquérito a que as pessoas «respondem voluntariamente, não lhes sendo pedida qualquer identificação».

As perguntas do inquérito científico versam temas como «profissões, idades,



estado civil, número de filhos». Será abrangido, segundo a «Contacto», um «conjunto de pessoas da nossa família». As perguntas serão feitas por «entrevistadores devidamente credenciados».

A «Contacto» das ORTs Quimigal-EP «saúda a equipa de investigadores e apela à colaboração de todos os trabalhadores que para o efeito forem solicitados».

Desnacionalizações

«O Estado como oficina do capital»

Pela sua indelével actualidade e importância, transcreve-se na íntegra o comunicado da CGTP emitido com data da passada sexta-feira pelo departamento de informação (DIF) daquela central sindical. Sob o título «Desnacionalizações: o Estado oficina do capitalismo», escreve o DIF/CGTP:

«1. As privatizações anunciadas ontem pelo Governo, para além de serem inconstitucionais, na medida em que consistem em desnacionalizações, não deixam de provar aquilo que a CGTP-IN sempre tem afirmado.

As justificações para as pri-

vatizações têm-se resumido apenas a duas situações:

— por um lado, o Governo explica-as com o facto de o Estado ser mau gestor e consequentemente tais empresas serem ineficientes e usurpadoras dos dinheiros dos contribuintes;

— por outro lado, aqueles que, tal como a CGTP-IN denunciam nas privatizações um meio de satisfazer os interesses de classe dos grupos económicos nacionais e estrangeiros, entregando ao capital a rentabilidade das empresas públicas.

2. Ora, como entre 1978 e 1986 a Unicer produziu 1,6 milhões de contos de lucros e o Totta & Açores, entre 1984 e

1987, 4,7 milhões de contos, isto a preços de 87, não é por razões de ineficiência que se justificam tais desnacionalizações. É por estes milhões. Só o ano passado, o Totta & Açores teve de resultados 1,2 milhões de contos.

3. A Unicer não deixa de ser um símbolo do significado das privatizações. Iniciando a sua actividade numa situação de falência técnica veio a ganhar sucessivas quotas de mercado num sector caracterizado por uma forte concorrência. Depois de rentabilizada aí vem a desnacionalização. É esta teoria do «Estado oficina do capitalismo» que a CGTP-IN não só rejeita, como denuncia.»

Unicer	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Resultados líquidos	210	23	300	147	6	52	24	227	276
Capitais próprios	917	1041	1206	1306	2503	3049	4620	4619	7 169
Activo total	2215	2455	2946	3191	4438	5491	7355	7757	10 697
Balanço a preços/87	1057	337	(1041)	426	14	98	123	277	302 (1593)

Totta & Açores	1984	1985	1986	1987
Resultados	554	(101)	2327	1 215
Resultados a preços/87	809	(147)	2839	1 215 4 716
Activo total	—	—	—	726 107
Capital	—	—	—	11 500

Unidade: mil contos

CES-Sul Êxito na fusão

O mensário da Fepces, no seu número de Junho, entre variada informação sobre empresas e trabalhadores do sector do comércio e serviços, inclui uma espécie de ficha sobre a orientação do CES-Sul, uma das associações filiadas naquela Federação. Num curto texto bem elaborado, o boletim «CES» revela que este último sindicato, com sede em Setúbal, «constitui o exemplo do mais importante processo de reestruturação sindical realizado no nosso sector após o 25 de Abril».

Com o título «CES-Sul tem seis anos... Fusão permitiu mais e melhor acção sindical», o órgão da Fepces destaca que o processo de fusão terminado com êxito em 1981 permite hoje defender «os interesses de cerca de 20 mil trabalhadores do comércio, escritórios e serviços de cinco distritos do



Um processo que resultou

Sul: Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro».

Raul Pica Sinos, coordenador do CES-Sul, garantiu que a fusão criou as condições necessárias para «ultrapassar muitas dificuldades», que os intervenientes no processo de reestruturação hoje sentiam para prosseguir as suas actividades.

A mesma publicação sindi-

cal («CES») destaca na primeira página que o Ministério do Emprego continua a não cumprir a lei, **congelando os salários de mais de 50 mil trabalhadores** abrangidos pelas PRTs (Portarias de Regulamentação de Trabalho) dos Escritórios, do Comércio e dos IPSSs (Instituições Particulares de Segurância Social).

Trabalhadores

CNT do BTA contra privatizações

Os benefícios sociais alcançados pelos trabalhadores da banca devem ser defendidos. Nessa disposição estão os sindicatos e as outras organizações representativas dos bancários. Essa questão é primordial, porque se liga directamente com a garantia do emprego. Por outro lado, relaciona-se também com as privatizações pretendidas pelo Governo. É já conhecido o caso do BTA (Totta e Açores), onde também a CNT (Comissão Nacional de Trabalhadores) tomou posição contra a desnacionalização do BTA, para o qual o Governo tomou já a decisão de alienar 49 por cento do seu capital nacionalizado.

Numa moção aprovada em 14 do mês passado, a CNT do BTA decidia unanimemente rejeitar qualquer alienação do capital do banco e prometia «desenvolver acções de debate e esclarecimento sobre este assunto com todos os trabalhadores do BTA».

A adesão esmagadora dos trabalhadores bancários às greves nacionais não foi suficiente para demover o Governo de levar por diante o seu processo de privatização do BTA. Mas os trabalhadores mais conscientes e mais atingidos pela pretensa «utilidade» da entrega aos financeiros privados do «sucesso» bancário continuam a manifestar o seu protesto contra o processo de desnacionalização em curso.

A moção aprovada em 14 de Junho sob o título «CNT do BTA contra privatizações» foi oportunamente transmitida aos órgãos de soberania, ao Primeiro-Ministro e aos grupos parlamentares da Assembleia da República.

Os trabalhadores do BTA, através daquele seu organismo representativo (CNT)



alertam os restantes trabalhadores do sector para o facto de que «a transformação de bancos nacionalizados em sociedades anónimas poderá no futuro representar uma desnacionalização de facto».

O que aconteceu agora com os 49 por cento do BTA pode acontecer brevemente em relação ao Banco Nacional Ultramarino e a União de Bancos Portugueses recentemente transformada em sociedade anónima, como se sabe.

A CNT do BTA continuará a lutar pela manutenção do BTA «como empresa do sector nacionalizado» reafirmam aqueles trabalhadores.



Não às desnacionalizações

Continuam as greves na Companhia do Cobre

Depois de um plenário, sexta-feira passada, onde decidiram agravar as formas de luta, os trabalhadores da Companhia Portuguesa do Cobre (CPC) iniciaram uma terceira série de greves que se prolongará até 17 deste mês.

Os 700 trabalhadores daquela grande empresa meta-

lúrgica com sede no Porto paralisarão durante duas horas em cada um dos três turnos que funcionam na empresa.

No plenário do passado dia 8, sexta-feira, os trabalhadores da CPC lembraram que a primeira série de greves parciais se efectuou entre 27 e 30 de Junho findo e a segunda entre 4 e 7 de Julho em curso, **sem quaisquer resultados práticos.**

Como anteriormente informámos, os 700 trabalhado-

res da metalúrgica pretendem uma actualização de salários que não discrimine o sector da produção.

De acordo com o gabinete de informação do STIMMP (Sindicato dos Metalúrgicos do Porto), «as greves estão a provocar fortíssimas reduções na produção».

É ainda o STIMMP a acrescentar que «as greves têm obrigado a empresa a suspender entregas a vários clientes». Entre eles o CTT: na semana passada, a CPC

não entregou 60 toneladas de fio de cobre, mas continua a não ceder na questão dos «reajustamentos salariais», que os trabalhadores pretendem ver «congelados» — adianta o STIMMP — porque agravariam ainda mais a discriminação em prejuízo da massa operária da CPC.

Recorde-se que os operários e outros trabalhadores da Companhia perderam recentemente mais de 20 por cento dos seus salários relativamente ao que recebiam acima dos mínimos da tabela salarial.

gem, por falta de matéria-prima».

Explica o Sindicato que «uma moderna máquina produtora de fio de cobre, que em funcionamento normal apronta quase 100 toneladas de fio em cada turno de oito horas, está a tirar apenas 20 toneladas».

Mas nem assim a direcção da fábrica, que fica na estrada exterior da circunvalação, se decide a entabular o reclamado «diálogo produtivo».

Os representantes dos trabalhadores continuam a afirmar que, entabulado esse diálogo, as greves terminarão.

Trata-se de uma gestão de confronto, que os trabalhadores não entendem, pois, como em outros casos conhecidos, as paralisações são mais dispendiosas para a empresa do que a resolução do conflito pelo diálogo e as negociações.

Mas, embora estas últimas tenham ainda recentemente ocupado nove horas com a CT (comissão de trabalhadores) não se chegou a acordo quanto à «política de salários», conclui o STIMMP.

Adesões superiores a 90 por cento

Afirma o STIMMP do Porto que, segunda-feira passada, primeiro dia da nova série de paralisações, que se prolongará até ao próximo dia 17, as adesões à greve eram superiores a 90 por cento. As paralisações parciais põem em risco «o funcionamento da secção de trefila-



CGTP e UGT coincidem nos objectivos básicos da greve geral

Encontro no CPCS

No âmbito exclusivo da Concertação Social (CPCS), realizou-se, quinta-feira passada, o primeiro encontro a sós entre delegações da UGT e da CGTP-IN.

Observadores e alguns jornalistas consideraram «cordial» o ambiente das conversações entre Carvalho da Silva, coordenador executivo da CGTP, e Torres Couto, secretário-geral da UGT.

Os mesmos observadores salientaram que foi esta a primeira vez que os dois dirigentes sindicais se encontraram a esse nível de representação dos trabalhadores no CPCS.

Na reunião efectuada na sede da Concertação Social em Lisboa, que se teria prolongado por mais de três horas, estiveram também Ruben Rolo e João Correia, pela CGTP, e Rui Oliveira e Costa e Américo Tomati, pela UGT.

Não houve comunicado conjunto. Os dirigentes máximos do grupo **trabalhadores** naquele Conselho Permanente de que fazem parte o Governo, a CAP, a CIP e a CCP pelo **patronato**, teriam agendado apenas os lugares representativos que cabem à CGTP e à UGT no Conselho Permanente de Concertação Social.

CGTP na Espanha

Entre 10 e 14 deste mês encontra-se na Espanha a convite das Comisiones Obreras (CCOs) uma delegação oficial da CGTP.

Num **telex** do departamento de informação da Central, com data da passada sexta-feira, afirma-se que «a CGTP-IN mantém relações de amizade e cooperação históricas e fraternais» com as CCOs.

A visita considerada «importante» pela CGTP-IN servirá para «vários contactos sindicais e actividades com

trabalhadores do país vizinho».

Segundo o departamento de informação da Inter, constará ainda da visita «uma audiência com o ministro do Trabalho da Espanha».

O presidente do município de Madrid receberá a delegação sindical portuguesa que é composta por Manuel Carvalho da Silva, coordenador; José Luís Judas, da Comissão Executiva; Carlos Lopes, do Conselho Nacional; e Fernando Maurício, do departamento internacional da CGTP.

Trabalhadores

Sindicatos coincidem na recusa do pacote

Embora diferente na forma, foi coincidente no conteúdo a recusa do pacote de leis laborais que levou à greve geral a CGTP e a UGT em 28 de Março. Sectores diversos, que cobrem praticamente todas as actividades do País, fizeram chegar aos órgãos de comunicação social a firme opinião de que o pacote laboral — «operação de cosmética» — depois do chumbo no TC, **deve ser definitivamente recusado**, «sob pena de o descrédito nas instituições se instalar». Isto afirma, por exemplo, o CESL, sindicato representativo do comércio de Lisboa.

No cerne da questão continuam, como faz notar por seu lado a União dos Sindicatos de Setúbal, **«as causas objectivas para despedimento e a desprotecção dos representantes dos trabalhadores»**. Isto no que respeita à inconstitucio-

nalidade material. Quanto à formal, ela deriva, segundo a USS, de facto de «não ter sido promovida a necessária discussão pública da proposta de autorização legislativa».

Entretanto, a nova discussão da proposta do Governo na Assembleia da República levava a USS e a USL (União de Lisboa) a um protesto público junto da sede daquele órgão de soberania, na passada terça-feira.

Acompanhado pelas lutas que continuam a desenvolver-se em empresas e sectores, com assinaláveis êxitos na resolução de alguns conflitos através do diálogo e da negociação, a nova e liminar recusa do pacote Governo/PSD inclui também outras formas de análise do assunto, acompanhada de protestos aprovados em plenários e outras reuniões de trabalhadores em empresas e sindicatos.

Corticeiros

Nem 120 escudos para almoço os patrões querem pagar

Devido à «intransigência patronal à mesa das negociações», os trabalhadores corticeiros entraram em greve por aumentos salariais dignos, quarenta horas de trabalho semanal, subsídio de alimentação (reclamam 120 escudos), complemento do subsídio de doença e diuturnidades — tudo reivindicações de há muito alcançadas na maioria dos sectores de actividade.

Segundo o Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte (SOCN), com sede em Santa Maria de Lamas, «o patronato só aceita negociar os aumentos salariais». De regalias nem ouvir falar. A proposta de aumentos de 11,5 por cento também não é aceite pelos patrões, porque, diz o SOCN, aumentos dessa ordem «só para os detentores de cargos políticos e para os gestores».

Estas restrições patronais não têm razão de ser. Afirma o Sindicato do Norte, um dos subscritores do pré-aviso de greve de 24 horas na passada quinta-feira, que o sector regista «um aumento de produtividade».

Mas a produtividade do sector vai para o bolso dos

que emitiam OPVs. Garante o SOCN que as vendas aumentaram, que o sector está de boa saúde. A atestar isso mesmo veja-se «o enorme êxito de algumas OPVs, que conhecidas empresas do sector têm promovido».

A contrapartida para os trabalhadores seria uma massa salarial de miséria, como sublinha com justa razão o Sindicato de Santa Maria de Lamas.

Recorde-se ainda segundo a mesma fonte que «a média salarial do sector corticeiro é inferior à média distrital e esta muito inferior à nacional».

São argumentos justos e razoáveis, mas os patrões não o são. Note-se também, por exemplo que «o patronato

aufere lucros chorudos com a discriminação salarial das mulheres».

De acordo com o SOCN, «só em 1987 arrecadou cerca de um milhão de contos por esse motivo» discriminador.

Só em despesas domésticas, 400 contos mensais

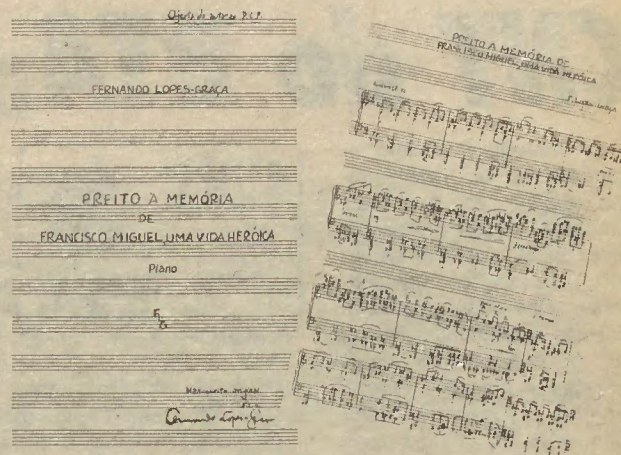
Ainda sobre este assunto, adianta o SOCN que «ainda não há muito tempo, um conhecido industrial do sector gabava-se de gastar 400 contos por mês em despesas de casa, quase tanto como o salário do trabalhador durante um ano».

Os trabalhadores e os sindicatos acusam com razão o patronato de «levar uma vida faustosa e ostentatória», enquanto que os trabalhadores se vêem obrigados a recorrer à greve pelo direito a uma «vida digna, a um salário justo e a condições de trabalho decentes».

Por tudo isso, as adesões à greve de quinta-feira passada rondaram os cem por cento. O SOCN, com sede em Santa Maria de Lamas cita os exemplos seguintes: Domingos Gomes Oliveira (100%); Amorim & Irmãos (100%); Mundial Cortiças (100%); Pereira Santos (100%); Eduardo Alves Ferreira (100%); Rufino Alves Ribeiro (100%); Ribas & Irmão (100%); J. A. Veiga Macedo (100%); António Rodrigues Silva (100%); Orlando C. Melo (100%); Vitorino Dias Coelho (75%); Manuel Dias Fernandes (80%); Lima Fernandes (100%); Neves & Irmão (100%); Corticeira Amorim (100%); A. Paulo Amorim (100%); Silva & Irmão (70%); Inacor (100%); Facol (100%); J. Lima (97%); Nortenha (100%); Central Produtora de Cortiças (100%).

Perante estes números, os trabalhadores e os sindicatos não têm dúvidas em reafirmar que a luta continuará.

PCP



Lopes-Graça compõe «Preito a Francisco Miguel»

«Preito à Memória de Francisco Miguel, Uma Vida Heróica» é o título da mais recente obra daquele que é o maior compositor português contemporâneo, Fernando Lopes Graça.

A revelação de mais uma obra de Lopes Graça é sempre notícia. Mas neste caso, notícia de destaque. Por dois motivos.

O compositor, ao escrever esta peça, elogiou da melhor forma a vida e a luta de Francisco Miguel, herói antifascista e comunista forjado na luta e na resistência; um grande homem na sua humil-

dade e pelo seu exemplo de tenacidade.

E elogiou da melhor forma esta Vida Heróica ao fazê-lo com o produto do seu trabalho criador de beleza.

Notícia ainda porque Fernando Lopes Graça, exemplo — também ele — de uma vida dedicada à luta do seu povo, militante comunista, ofereceu este «Preito à Memória de Francisco Miguel, Uma Vida Heróica» ao seu partido. Ao PCP.

É o *fac-simile* das primeiras páginas do original que aqui reproduzimos nesta página.

Juventude

Reunião conjunta JS/JCP

Delegações das direcções da Juventude Socialista (José Apolinário, Luís Pires e Luís Evangelista) e da Juventude Comunista Portuguesa (Carlos Rabaçal e Rogério Moreira) reuniram no quadro das relações entre as duas organizações, com vista a debater alguns aspectos da actual situação juvenil.

Face à discussão na Assembleia da República de mais uma versão do «pacote laboral» a JS e a JCP reafirmam a sua posição de repúdio pelas consequências negativas desta proposta para os jovens, designadamente por via do aumento da precarização do emprego, colocando todos os jovens à procura de primeiro emprego na situação de contratados a prazo.

As duas organizações manifestaram uma aproximação dos pontos de vista no sentido de que a futura lei de autonomia universitária garanta uma adequada representação estudantil nos órgãos das universidades, nomeadamente nas Assembleias das Universidades e entendem, simultaneamente, que deve ser alargado o prazo para debate público sobre este assunto por forma a permitir a necessária audição e participação das estruturas estudantis.

As delegações da JS e da JCP discutiram ainda a preparação no nosso País do 13.º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes que se realizará no próximo Verão na República Popular Democrática da Coreia, tendo acordado na conjugação de esforços com vista a uma delegação ampla, representativa e plural da juventude portuguesa nesta iniciativa.

As duas organizações vão procurar dinamizar no nosso País acções de solidariedade com os países africanos de língua oficial portuguesa, tendo concluído ainda promover formas de solidariedade com os povos e jovens de países vítimas da repressão e de injustiças, designadamente da África do Sul, do Chile e da Palestina.

Por último, as duas organizações decidiram prosseguir contactos bilaterais tendo considerado realizar brevemente uma reunião sobre as questões da revisão constitucional que mais directamente se relacionam com a juventude.

Beja

Foi criada no distrito de Beja uma Comissão de Trabalho para a Frente da Juventude, que contará com o apoio de um «Espaço Jovem/JCP», na Rua Ancha, 21, em Beja, e procurará criar núcleos da JCP, numa primeira fase, nas escolas de Beja, Moura e Serpa e no Ensino Superior, além da promoção de «forums» para debate dos problemas e aspirações da juventude.

Sumário sindical

Sitese — Num comunicado relativo à Função Pública, sob o título «O Governo não cumpre», o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias afirma que, «no domínio salarial, o que se passa é que, fixados os salários, o Governo não consegue controlar os preços dentro dos limites que ele próprio estabeleceu. O Site-se é um sindicato representativo, um dos maiores, filiado na UGT.

CESL — Publicado há um ano, que completa este mês, o boletim «Publicidade» editado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa faz um apelo de novo tipo à sindicalização dos jovens quadros do sector. O slogan «Amo-me! Sindicalizo-me!» cobriria, entre outros, o fenómeno de os profissionais mais novos se sentirem menos protegidos — interroga-se o CESL — numa referência aos contratos a prazo e à precariedade do emprego. Refira-se que o boletim «Publicidade» é uma entre várias e bem cuidadas publicações editadas pelo CESL, a FEPCEs e os outros sindicatos do sector.

CES-Porto — O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto protesta contra a tentativa governamental de iludir o chumbo do pacote laboral. Procurando iludir a opinião pública, a nova apresentação de projectos nesse campo é para o movimento sindical motivo de repúdio generalizado. O CESP considera a tentativa cavaquista uma «habilidade saloia» destinada a aproveitar o período de férias para impedir na prática a discussão pública da legislação laboral.

SPN — O Sindicato dos Professores do Norte rejeita o projecto do Ministério da Educação para o Estatuto da Carreira Docente. A posição do SPN corresponde ao que afirmámos na semana passada quanto à necessidade, que a Fenprof subscrive, de um projecto desse tipo não poder ser levado a bom termo sem a participação activa dos próprios interessados

— os professores, que efectuaram recentemente em Lisboa um plenário com 3500 participantes.

Fenprof — A Federação Nacional dos Professores afirma que, se o Governo não apresentar até 30 de Setembro a proposta de tabela salarial para o próximo ano, proporá um «calendário de acções de luta» a iniciar no mês seguinte. Para a Federação, a proposta do Governo nesse campo deve começar a ser negociada em 15 de Outubro, quando se inicia o ano lectivo de 1988/89.

Stal — O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local é uma das associações sindicais do sector que admitia recorrer à greve na terça-feira passada, dia 12, caso se mantivesse a «posição antidualogante do Governo» no que respeita a reestruturação de carreiras, horários de trabalho e outros problemas sociolaborais.

SBSI — O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas foi um dos sindicatos do sector a ser convocado para uma reunião com a Associação dos Bancos Portugueses, na mesma altura em que o SBSI considerava «muito positivos» os resultados das acções de luta, designadamente as greves que conduziu com as associações sindicais congéneres do Centro e do Norte do País. Em causa estão, conforme se sabe, aumentos salariais, garantias e direitos — conquistas dos trabalhadores bancários agora postas em causa pela política laboral do Governo e dos seus gestores. Na sexta-feira passada, consideravam-se reabertas as negociações de revisão salarial.

Atleta na URSS

Deve partir amanhã para Moscovo o jovem atleta, Luís Raposo, do Grupo Desportivo Dianias, anuncia a USDE — União dos Sindicatos de Évora. O desportista foi seleccionado para representar a CGTP na «prova de estrada a realizar na URSS».

PCP

Festa da Alegria

Para o ano há mais!



Exposições, desporto e jogos tradicionais

Levados a Braga pela organização de Trás-os-Montes, os jogos populares e tradicionais constituíram outro ponto atractivo de animação e convívio, mobilizando a atenção de muitos visitantes da Festa nas tardes de sábado e domingo.

Não faltaram as corridas de cântaros, os jogos do sapo, da malha e do malhão, da corda, etc. Bonita foi a entrada nos jogos, na tarde de sábado, enquanto decorria a mostra de folclore e música tradicional portuguesa, dos grupos participantes, com os seus trajes de festa e de trabalho representativos de várias regiões do País. Recorde-se que participaram o Rancho Típico das Cantarinhas de Nisa, os grupos folclóricos de São Martinho de Tibães (Braga) e de Tardariz (Gondomar), o grupo de danças e cantares de Serreleis (Viana do Castelo), o grupo de cavaquinhos de Nogueira e o grupo de música tradicional «Cantares da Terra». Várias exposições, envolvendo temas políticos, sociais, artísticos e culturais, contribuíram também para o enriquecimento da Festa, que teve uma componente desportiva com o Grande Prémio de Atletismo, disputado no domingo de manhã com a participação de uma centena de atletas juvenis, juniores, seniores e veteranos.



Debates: auditório cheio

A sala do auditório repleta de público interessado foi uma constante nos quatro debates realizados durante a Festa da Alegria. Blanqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, falou sobre o Partido e o XIII Congresso. Óscar Lopes orientou a sessão subordinada ao tema «Para uma leitura democrática de Fernando Pessoa». Isto no sábado. No dia seguinte, a problemática do desenvolvimento regional e da CEE foi abordada por Barros Moura. Ainda no terceiro dia da Festa decorreu no auditório um encontro com uma delegação do Instituto de Ciências Sociais junto do Comité Central do PCUS. «A URSS no momento actual — a perestroika e 19.ª Conferência Nacional do PCUS» foi o tema da sessão, que contou com a participação de V. Trofimov, vice-reitor e doutor em Ciências Sociais; S. Giurilov, professor catedrático em Ciências Sociais e Históricas; Oleg Tsuganov, candidato a doutor em Sociologia; e Iuri Cucuchkin, candidato a doutor em Ciências Sociais.



Encontro com os jornalistas

Jornalistas de diversos órgãos de comunicação social, incluindo, naturalmente, representantes da imprensa regional e das rádios locais, encontraram-se com o secretário-geral do PCP, numa das salas do Palácio de exposições, logo após a sessão pública. Temas da vida partidária, política nacional e internacional estiveram no centro das atenções.

A Festa da Alegria, a grande festa anual do Norte, conheceu a sua décima edição no passado fim-de-semana, em três dias inesquecíveis vividos por milhares de pessoas na capital do Minho. O programa cumpriu-se a 100 por cento. A festa esteve à altura da tradição e do entusiasmo que faz mexer tantos visitantes e tanta alegria. Para o ano há mais!

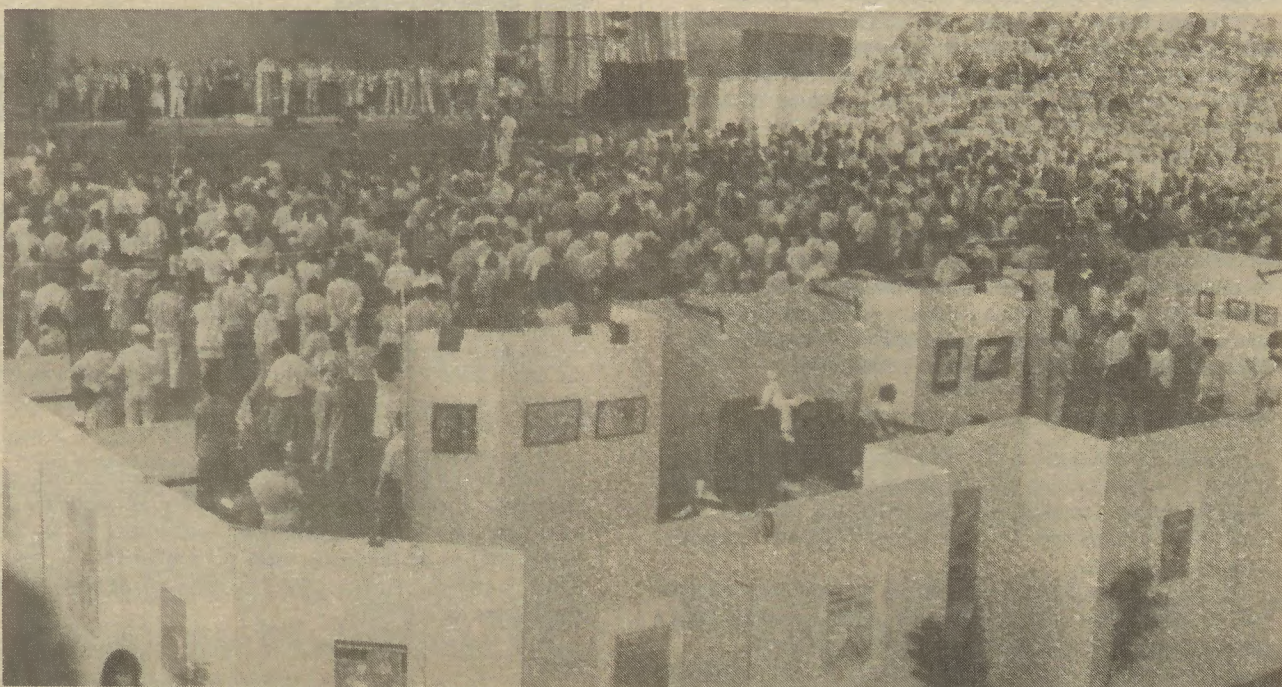


Uma romaria

Animação constante, convívio, fraternidade, festa, calor humano, romaria, alegria. Assim se viveu ao longo de três dias aquele que é justamente considerado o maior acontecimento político-cultural do Norte do País.

Acontecimento que registou a preciosa colaboração do grupo de Zés-Pereiras de Barcelinhos, acompanhados sempre por gigantes

nes e cabeçudos, e também da Banda de Dornelas (Trás-os-Montes). No domingo à tarde esta banda mereceu fortes aplausos na entrada no Palácio Municipal e na actuação no coreto. Uma das novidades apreciadas pelos milhares de visitantes foi o fogo de artifício na noite de sábado. Um verdadeiro espectáculo!



Convívio aberto

Foi bem visível nos três dias. A Festa da Alegria, como logo nos momentos de abertura havia de ser salientado por António Lopes, suplente da C. Política e responsável da DORM do PCP, embora realização dos comunistas, é hoje uma iniciativa que ultrapassa fronteiras partidárias para se afirmar como o maior acontecimento político-cultural e espaço de convívio do Norte do País. Refira-se, entretanto, que na recepção de abertura, realizada no bar panorâmico do Palácio, estiveram presentes, para além de representantes das organizações do PCP nas várias regiões, uma delegação da Federação Distrital do PS, responsáveis do Parque Municipal de Exposições e Desportos de Braga, diversos autarcas, elementos da comunicação social e uma representação do Partido Comunista da Galiza.



Espectáculos

Nomes sonantes da melhor música popular portuguesa e o grupo da Galiza «Na Lua» proporcionaram nos palcos da X Festa da Alegria espectáculos de qualidade, vividos por milhares de pessoas. Artistas a solo e conjuntos deram o seu melhor numa festa em que o espectáculo da música, do som, da cor e da vivacidade se associou ao espectáculo do artesanato, dos stands das organizações, dos «comes-e-bebes» de várias regiões, do folclore, da alegria de estar em convívio numa festa sem igual nas terras do Norte.

Sessão com Álvaro Cunhal

A meio da tarde de domingo a Festa da Alegria viveu um dos seus pontos altos com a sessão pública em que discursou o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. À parte inserimos extractos significativos da intervenção proferida pelo dirigente comunista, atentamente seguida por milhares de pessoas.

Presentes na «Mesa» da sessão representantes das Direcções Regionais promotoras da décima Festa da Alegria (DORP, DORM e DORT) e membros de várias organizações do Partido nessas regiões.

Emídio Ribeiro, suplente do CC e membro da DORP, abriu a sessão e fez as apresentações da praxe. Além de Álvaro Cunhal, também interveio António Lopes, suplente da Comissão Política. As referências à actividade do Partido e à preparação do XII Congresso foram sublinhadas pelos aplausos da numerosa assistência durante a intervenção do secretário-geral do PCP (ver págs. 8/9 deste caderno).



PCP

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

«O Partido está voltado para fora, para o povo, estreitamente ligado aos trabalhadores, estreitamente ligado às massas, na defesa dos seus interesses e direitos»

Camaradas:

Saudamos as organizações do PCP do Norte do País por esta magnífica festa. Estamos aqui com profunda alegria e entusiasmo. Porque aqui está a liberdade, aqui está Abril, aqui está o povo, aqui está o presente de luta e o futuro de Portugal, aqui está o PCP. (...)

As Festas são expressão da política e da luta do nosso Partido.

Ao contrário do que propaga a campanha anti-PCP, o nosso Partido não se encontra paralisado por motivo de questões internas, antes desenvolve uma intensa actividade.

Ao contrário do que propaga a campanha anti-PCP, o nosso Partido não tem a mentalidade de força isolada, sitiada, bloqueada e separada da vida e do mundo, antes atento à vida do povo, aos seus problemas, dificuldades e sofrimentos, em ligação estreita com os trabalhadores e as massas populares, desenvolve intensíssima actividade nas mais variadas frentes de luta.

Na luta de massas, nos movimentos e organizações unitárias, nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu nenhum outro partido desenvolve acção comparável em defesa dos interesses do povo e do País, em defesa do regime democrático e das suas conquistas.

O nosso Partido representa, sem possibilidade de contestação, um papel determinante na luta em defesa dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, das mulheres, da juventude, das pequenas e médias empresas.

O nosso Partido tem dificuldades reais. Temos muita coisa a corrigir e a melhorar e estamos firmemente dispostos a corrigir e a melhorar.

Mas o PCP continua a ser um grande partido nacional, sempre firme e coerente na defesa dos interesses dos trabalhadores na defesa do regime democrático instaurado com a revolução de Abril, sempre firme e coerente na defesa dos interesses e conquistas democráticas do povo português e da independência e soberania da pátria portuguesa.

Sempre com o povo

Quando dizemos que o PCP, de todos os maiores partidos, é o único que está sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, na defesa dos seus interesses e direitos, não se trata de palavras de propaganda. Trata-se de uma realidade, trata-se de uma inteira verdade.

E porque a nossa luta é justa, lutam ao lado dos comunistas, na defesa dos seus interesses e direitos, portugueses e portuguesas de todos os outros partidos políticos.

Muitos votaram no PSD e em Cavaco. Votaram contra os comunistas. Mas são os comunistas que agora estão com eles, apoiando as suas justas reclamações, defendendo os seus interesses, contra a política desse mesmo PSD, desse mesmo Cavaco em que tão confiadamente e tão iludidos votaram em 19 de Julho. (...)

Votaram nele, entre outros, muitos milhares de trabalhadores, muitos milhares de pequenos e médios agricultores, muitos milhares de reformados e pessoas idosas. Todos acreditaram que era o PSD e Cavaco Silva que iriam resolver os seus problemas.

E agora? Agora o Governo paga-lhes com uma política que torna os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Muitos daqueles que votaram no PSD e em Cavaco Silva torcem a orelha e não deita sangue.

Que tem feito e faz o Governo para bem dos trabalhadores? A precariedade do trabalho e os contratos a prazo que se generalizam? O desemprego que subsiste sem solução à vista? Os salários em atraso que só no Porto atingem 61 empresas têxteis e cerca de 10 000 trabalhadores? Os baixos salários? O trabalho à peça? O trabalho infantil? As 147 empresas com 10 000 trabalhadores que no Norte encerraram as portas nos últimos 3 anos?

Que tem feito e faz o Governo para bem dos agricultores? As alterações à lei do arrendamento rural que visam liquidar justos direitos dos rendeiros? O plano de roubar os baldios aos povos? O plano de liquidação da reforma agrária para dar as terras a proprietários, muitos dos quais, só numa família, têm mais terras do que todo o concelho de Braga com todas as suas 61 freguesias? E as dificuldades de escoamento dos produtos agrícolas? E a baixa do preço da carcaça de ovinos e bovinos? E o congelamento do preço do leite? E agora, com o mau tempo, que está fazendo o Governo para apoiar os agricultores nesta hora difícil de calamidade em que os agricultores podem ter gravíssimos prejuízos no vinho, nos cereais, na batata, nas frutas?

Que tem feito e faz o Governo para os pequenos comerciantes e industriais a braços com dificuldades crescentes? E para os jovens a quem dirige muitas palavras mas cujos gravíssimos problemas não resolve? E para as mulheres, que continuam a ser discriminadas? E para os reformados e idosos? E para os deficientes?

Decerto os trabalhadores e os agricultores que votaram no PSD não esperavam os «pacotes» que o Governo procura institucionalmente impor ao País. Certamente não esperavam o «pacote laboral», nem o «pacote agrícola» contra os rendeiros e contra o direito dos povos aos baldios. Nem o «pacote das privatizações». Nem o «pacote da saúde» (saúde para os ricos, doença para os pobres). Nem o «pacote da comunicação social» que visa entregar a televisão e a rádio ao capital privado e às transnacionais e encerrar e liquidar centenas de rádios locais que daqui saúdo e apelo a que resistam porque, independentemente das ideias políticas daqueles que nelas trabalham, representam uma preciosa aquisição da democracia portuguesa que é imperioso continuar a defender.

Podíamos estar aqui horas inteiras desfilando a lista dos males que o Governo do PSD e Cavaco Silva tem provocado ao povo português e a Portugal. E, se não fosse eu a falar, mas vós

próprios, se cada um de vós viesse a este microfone e falasse das suas dificuldades, teríamos de estar aqui para os ouvir dias inteiros.

Estou certo, porque as lutas populares o demonstram, de que, tal como o PCP previu três dias após as eleições, centenas de milhares de portugueses e portuguesas que em 19 de Julho votaram no PSD e em Cavaco já se mostram arrependidos do seu erro, porque estão pagando caro a política do Governo.

Certamente alguns desses estão hoje aqui conosco. (...) Temos afirmado que, com as suas medidas e propostas de lei anticonstitucionais, o Governo pretende mesmo antes da revisão da Constituição, em aspectos essenciais do regime democrático, criar uma situação de facto com a destruição, que a Constituição expressamente proíbe, das conquistas democráticas do povo. (...)

O Governo procura assim antecipar a revisão da Constituição para a qual precisa, mas sozinho não tem, de dois terços de votos na Assembleia da República. (...)

A necessária unidade dos democratas e a posição do PS

A democracia tem forças sociais, políticas e partidárias bastantes para derrotar a reacção. Mas para isso é necessário que essas forças unam ou façam convergir a sua acção.

Que se observa, entretanto, camaradas?

Observa-se que as classes e camadas sociais que são atingidas pela política de restauração monopolista intervêm numa das mais vastas movimentações de massas, se não a mais vasta, desde o 25 de Abril; que na movimentação social contra a política do Governo intervêm activamente milhares de portugueses e portuguesas que votaram no PSD em 19 de Julho do ano passado; que a base de apoio ao Governo e a Cavaco Silva se reduz dia a dia e, com o prosseguimento da sua política antipopular, mais se reduzirá ainda nos tempos próximos.

E no plano político e partidário?

Toda a vida nacional desde o 25 de Abril tem mostrado que a reacção e a direita teriam sido há muito derrotadas e a democracia estaria definitivamente consolidada se as forças democráticas se unissem, mais concretamente (e sem esquecer o valioso contributo de outros partidos), se comunistas e socialistas se unissem.

Mas que tem sucedido? Que sucede actualmente uma vez mais?

Nós, os comunistas, propomos incansavelmente aos socialistas entendimentos, acordos ou a convergência de esforços para lutarmos em conjunto contra a política de direita e para defendermos em conjunto os interesses e direitos dos trabalhadores, do povo, do País. Mas a direcção do PS, ao mesmo tempo que recusa tais entendimentos, acordos ou convergência com o PCP, entra em entendimentos com a direita, com o PSD, contra os direitos dos trabalhadores, contra as conquistas democráticas, contra o regime democrático constitucional. (...)

O PS proclama estar contra alguns dos «pacotes». Mas existe o perigo real de se pôr de acordo com o PSD para uma revisão da Constituição que os tornaria constitucionais. (...)

Temos que continuar a luta, unindo os trabalhadores, unindo todas as forças sociais e políticas que se opõem de facto e não apenas em palavras à política reacçãoária. E também reforçando e mantendo unido o nosso Partido, que é a força política fundamental e determinante na defesa dos interesses do povo e do País, do regime democrático e das suas conquistas.

Direitos dos militantes

Entre as grandes tarefas do PCP no ano corrente conta-se o XII Congresso a realizar de 1 a 4 de Dezembro.

O Comité Central e os seus organismos executivos, as Comissões do Programa e de revisão dos Estatutos, estão trabalhando activamente na elaboração dos documentos a serem discutidos e aprovados pelo Comité Central e submetidos depois ao debate de todo o Partido para serem finalmente levados ao Congresso.

Formam-se comissões especializadas. São feitos estudos por organizações e militantes. Realizam-se numerosas consultas.

Respondendo ao apelo do Comité Central ou por iniciativa própria, numerosos camaradas têm enviado centenas de sugestões e opiniões relativamente a todos os assuntos em exame.

Também as importantes conferências e Encontros do Partido que com a participação total de milhares de militantes se têm realizado sobre problemas específicos — as pescas, a agricultura, o sector empresarial do Estado, o sector automóvel, a CEE, a segurança social, o poder local democrático, a saúde, o ensino, a cultura, a revisão da Constituição — assim como Assembleias de organizações realizadas neste período dão com os seus debates, estudos, conclusões e intervenções dos delegados valiosas contribuições para a preparação do Congresso.

Consideramos de grande valor todas essas contribuições (umas colectivas, outras individuais) que têm merecido atento exame e muitas delas inseridas nos projectos.

Desmentindo o que para aí afirmam inimigos e adversários do nosso Partido e também alguns camaradas, quero aqui insistir em que não só é pleno direito mas dever de todos os militantes do nosso Partido exporem e defenderem as suas opiniões, mesmo que divergentes com orientações decididas e decisões tomadas, de fazerem as críticas que entenderem a aspectos do trabalho, a militantes e a organismos de direcção, de adiantarem

propostas, de, em resumo, participarem no trabalho colectivo do Partido.

Não só esse direito é reconhecido, como é de desejar que todos se sintam inteiramente à vontade, sem qualquer constrangimento, para exercê-lo nos seus organismos e nas reuniões das suas organizações.

E aqui repito um apelo para que o façam todos os que podem dar uma contribuição nesta fase preparatória do Congresso, mesmo antes de terem sido submetidas as propostas do Comité Central ao debate do Partido.

O nosso Partido orgulha-se justamente de uma vida democrática e de uma experiência de democracia interna que não tem paralelo em qualquer outro partido português e que constitui uma valiosa e reconhecida experiência no movimento comunista internacional.

Condenamos no Partido quaisquer decisões ou situações que signifiquem exclusões, perseguições ou discriminações por motivo de opiniões ou críticas expressas por camaradas.

O nosso trabalho, a nossa determinação, o nosso esforço na actividade diária e o nosso propósito relativamente ao XII Congresso não é estreitar e limitar mas aprofundar a democracia interna no nosso Partido.

Essa preocupação está presente no trabalho em curso, tanto no relativo ao novo Programa e à revisão dos Estatutos como no relativo ao regulamento dos trabalhos preparatórios e do Congresso.

Actividades fraccionárias

Mas a democracia interna desenvolve-se segundo normas e princípios que, enquanto estiverem em vigor os actuais Estatutos, são obrigatórios para todos os membros do Partido, desde os organismos superiores às organizações e militantes de base.

Será uma mostra de espírito democrático e respeito pela democracia que tal ou tal militante actue, não segundo esses princípios e normas, mas segundo os seus próprios critérios relativos ao funcionamento do Partido?

Será expressão de espírito democrático e de prática democrática que tal ou tal militante proponha que os Estatutos sejam alterados, que os princípios do Partido sejam alterados e passe desde logo a actuar, não segundo esses princípios e os Estatutos, mas segundo as suas propostas próprias?

Nós pensamos que não. Pensamos que tais camaradas, embora falem muito da democracia no Partido, dão fraca mostra do seu espírito democrático, que, no nosso Partido, se expressa numa outra atitude: inserir cada qual a sua ideia, a sua crítica, a sua proposta, no trabalho e na luta do nosso grande e incomparável colectivo partidário.

Camaradas: Devemos considerar as situações com verdade e objectividade.

Se camaradas constituem um grupo à margem dos organismos e organizações, se reúnem regularmente como grupo, se elaboram documentos, se fazem propaganda deles, se actuam sistematicamente e de forma organizada para espalharem as suas ideias, se procuram no Partido recrutar colaboradores, se passam documentos e dão entrevistas relativas à vida interna do Partido e ao seu grupo a órgãos de comunicação social que conduzem uma violenta campanha das mais delirantes calúnias e mentiras contra o Partido, se procuram sistematicamente vencer outros militantes a actuarem em conjunto, se tomam iniciativas coordenadas de intervenção através dos seus adeptos em organizações dispersas — que é isto, camaradas, senão a constituição de grupos políticos diferenciados no Partido? que é isto senão trabalho fraccional expressamente interdito pelos Estatutos?

Estou certo que entre esses camaradas há camaradas que pensam sinceramente estar a dar assim um contributo para o melhoramento da orientação e da actividade partidária e o consequente reforço do Partido. Mas bom seria que reparassem que a inserção das suas posições em iniciativas de carácter fraccional e o uso dos seus nomes na campanha contra o seu Partido não servem um tal objectivo, antes atingem o Partido, reforçam os ataques contra o Partido e prejudicam o debate livre e fraterno e o trabalho colectivo que realizamos e estamos firmemente dispostos a realizar, com a contribuição de todos, para o sucesso do XII Congresso. (...)

É necessário esclarecer que não estamos inclinados a instituir no PCP um sistema de funcionamento que admita a formação de grupos com os seus chefes, as suas plataformas e os seus adeptos próprios, a sua actuação fraccionária organizada dentro do Partido e projectada para a comunicação social dos nossos inimigos e adversários.

Há partidos comunistas que adoptaram ou acabaram por condescender com tal funcionamento. O que sucedeu? Lutas internas que conduziram, não a um debate construtivo e a uma orientação comum, mas a autênticas guerras dentro do partido, a divisões, a cisões conflituosas e violentas. Não é um caso. São muitos.

Alguém poderá crer que os comunistas portugueses, que construíram o seu grande partido, estão dispostos a deixá-lo degradar-se com semelhantes concepções e práticas?

Estamos certos de que o PCP, pela vontade dos seus militantes, não seguirá por tais caminhos.

Tudo faremos para que, na sequência das suas gloriosas tradições e aprovando as orientações e medidas apropriadas para o melhoramento, aperfeiçoamento e renovação necessários, o nosso Partido continuará sendo um partido forte, unido, coeso, com um funcionamento interno democrático, com o trabalho colectivo e fraterno de todos os órgãos, organizações e militantes.

É um tal partido que os comunistas portugueses construíram. É um tal partido que ganhou a força e a capacidade de interven-

ção que tem na vida nacional e um grande prestígio internacional. Estamos certos de que é um tal partido, atento às novas realidades e pronto às mudanças necessárias, que os comunistas portugueses querem assegurar no futuro.

O XII Congresso terá um papel de relevo nesta confiante perspectiva.

A elaboração do novo Programa

Falamos da realidade, da experiência do passado e do presente do nosso Partido.

Esse valor resulta em grande parte da capacidade do Partido para analisar as situações concretas, para discernir os novos fenómenos e as novas situações e encontrar soluções e respostas adequadas, respeitantes à orientação política, aos objectivos, às formas de luta, aos métodos de organização.

Desde a realização do X Congresso em 1983, último congresso ordinário realizado, verificaram-se grandes modificações na situação nacional e internacional.

No mundo diminuiu a tensão internacional, deram-se passos no caminho da redução dos armamentos, procuram-se soluções políticas para os conflitos regionais e a «perestroika» na URSS e importantes reestruturações noutros países socialistas testemunham o alcance das realizações e as virtualidades e as potencialidades do sistema socialista.

Em Portugal o processo contra-revolucionário avançou, Portugal integrou-se na CEE, mudou-se a armadura e a correlação de forças, surgiram novos condicionaisismos externos à política nacional.

O XII Congresso é chamado, não só a dar um balanço e a fazer uma análise da actividade do Partido nos anos decorridos, como a definir os princípios e objectivos programáticos, a proceder a alterações dos Estatutos e a operar uma mais profunda renovação da Direcção do Partido.

Nestas várias direcções está a avançar o trabalho.

Em que sentido e com que linhas fundamentais está a ser elaborado o projecto de novo Programa do PCP a submeter ao debate e aprovação do Comité Central para ser ulteriormente submetido ao debate de todo o Partido e ser finalmente proposto ao XII Congresso?

A primeira é a consideração da importância histórica da revolução de Abril e das suas conquistas, do valor real do regime democrático consagrado na Constituição da República.

O processo contra-revolucionário avançou e assessorou duros golpes nas nacionalizações, na reforma agrária, nos direitos dos trabalhadores. O actual governo do PSD/Cavaco Silva, dispendo da maioria na Assembleia, tem como plano subversivo a liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático constitucional.

A integração na CEE, as suas consequências imediatas e directas e a supranacionalidade das suas instâncias criam reais condicionaisismos externos à política nacional.

Entretanto, camaradas, se a revolução de Abril não foi completada, também não foi destruída na realidade portuguesa. Uma revolução não é apenas um acto, mas um processo. A revolução de Abril foi uma revolução inacabada, mas conseguiu reformas e criou valores agora presentes em toda a realidade portuguesa.

A liquidação dos monopólios e dos latifúndios, os direitos dos trabalhadores, o poder local democrático, o sistema eleitoral, são grandes realizações que correspondem inteiramente às necessidades e interesses do povo português e de Portugal.

E o nosso projecto político não pode submeter os objectivos que consideramos fundamentais para o desenvolvimento, o bem-estar, a liberdade e a independência do povo português, nem aos interesses dos grandes capitalistas e agrários portugueses, nem aos interesses de Estados estrangeiros ou a decisões supranacionais que afectem vitalmente os interesses nacionais.

Por isso continuamos firmemente a luta na defesa das conquistas de Abril e na defesa da Constituição. Por isso as conquistas de Abril têm necessariamente projecção na proposta a fazer ao povo português pelo nosso Partido de uma democracia avançada no limiar do século XXI. (...)

Que democracia é essa a propor ao povo português? Quais são os seus grandes objectivos? Quais são as suas grandes características?

É um regime de liberdade, porque a liberdade é um valor inalienável para a sociedade, para o povo e para o indivíduo. Um regime que garanta efectivamente a realização de eleições verdadeiramente democráticas, uma comunicação social democrática plural e responsável, o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos entre os quais o respeito pela crença religiosa e o culto, designadamente da Igreja Católica, que tem em Portugal tantos praticantes, muitos dos quais (estou certo) aqui estão hoje conosco e que fraternalmente saúdo.

A democracia avançada que propomos ao povo é um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente, o que implica uma correspondente organização do poder político com participação popular permanentemente, da administração pública, de serviços públicos essenciais, da justiça, das forças armadas, da segurança e ordem pública.

É o desenvolvimento económico baseado numa economia mista de que são formações complementares um Sector Empresarial do Estado dinâmico, integrado e modernizado nos sectores-chave da economia, um sector privado igualmente dinâmico e indispensável ao desenvolvimento, as pequenas e médias empresas, as cooperativas e as unidades de produção agrícola da reforma agrária, e que deve ter como principais vectores a mobilização e a gestão adequada dos recursos nacionais, o aumento da produção nacional, a modernização da economia, o

aumento da produtividade, o planeamento e a cooperação económica internacional.

É uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo, o que incluirá, como parte integrante da democracia avançada proposta pelo PCP, direitos sociais fundamentais como o direito ao trabalho e à justa remuneração, os direitos à segurança social, à saúde, à educação, ao ensino, à cultura, à habitação, a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, sem esquecer o direito das mulheres à igualdade, o direito dos jovens ao ensino, à formação profissional, à educação física, ao desporto e ao aproveitamento dos tempos livres, os direitos dos idosos e dos deficientes.

E é ainda uma política nacional de independência e soberania, de cooperação, segurança e paz.

Camaradas, estas são as grandes linhas da democracia avançada no limiar do século XXI a propor pelo PCP ao povo português, que estão a ser consideradas na elaboração do novo Programa do Partido.

Mas nós, além de sermos democratas, somos comunistas e o nosso Partido existe porque somos comunistas e há um ideal comunista. Para nós a luta por uma democracia avançada é parte constitutiva da nossa luta pelo socialismo.

O novo Programa deverá expor ao povo português a sociedade socialista por que lutam os comunistas portugueses, uma sociedade sem exploradores e explorados, sem classes antagónicas, uma sociedade de justiça social, de bem-estar, de liberdade, de democracia e de paz, uma sociedade que corresponda aos interesses vitais e às mais profundas aspirações do povo português.

Na definição dessa sociedade devemos ter em conta não só as condições específicas de Portugal como as grandes transformações do mundo actual, as experiências positivas e negativas e os novos processos, caminhos e soluções na construção do socialismo em numerosos países.

Cabe aqui referir com particular relevo, a Conferência do Partido Comunista da União Soviética que nos últimos dias se realizou em Moscovo.

O Comité Central do nosso Partido enviou uma saudação fraternal à Conferência.

Nela sublinhámos as tarefas de grande importância revolucionária da reestruturação, da «perestroika», em que o povo soviético está empenhado. Nela salientámos a profunda atenção e interesse do PCP no processo em curso na URSS visando a aceleração do desenvolvimento económico e social, o revigoreamento dos soviets e do poder dos trabalhadores, o aprofundamento da democracia no Partido, no Estado e na sociedade, o reforço da iniciativa e criatividade das massas, o reforço e o aperfeiçoamento do socialismo.

Salientámos também a importância das extraordinárias realizações de 70 anos de poder soviético, da superação de atrasos, erros e deformações e da passagem a uma etapa qualitativamente superior da nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem em que se afirmam mais amplamente as vantagens e potencialidades do socialismo para satisfazer as necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores.

Esta Conferência do PCUS terá sem qualquer dúvida profundas repercussões no desenvolvimento da sociedade socialista na URSS, repercussões também noutros países socialistas, na luta de libertação dos povos, em toda a vida internacional.

Creio camaradas que estareis de acordo com a nossa apreensão e que todos aqui presentes desejamos ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético o inteiro êxito na realização da «perestroika».

Alterações aos Estatutos

Nos trabalhos preparatórios do XII Congresso do nosso Partido, têm também particular relevo as alterações aos Estatutos. (...)

Tal como a Comissão do Programa, a Comissão criada pelo Comité Central para a revisão dos Estatutos apresentará ao CC, para exame e aprovação, um projecto de alterações que, uma vez aprovado pelo CC, será submetido ao debate em todo o Partido para ser finalmente levado ao XII Congresso, com alterações e emendas que eventualmente resultarem do debate.

A Comissão tem recebido centenas de contribuições de organizações e militantes que, como resposta ao apelo do CC ou espontaneamente, dão as suas opiniões e fazem sugestões e propostas que são atentamente examinadas e muitas delas certamente aceites e integradas no projecto a levar ao Comité Central.

O trabalho desenvolve-se a partir de algumas ideias centrais. Em primeiro lugar a natureza de classe do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores, — o que exige o estudo atento das alterações que se operam na própria composição e limites da classe operária e a valorização, tanto no partido como na sociedade, de outras classes e camadas sociais, designadamente os agricultores e os intelectuais.

Em segundo lugar, a substituição do enunciado dos princípios programáticos por um texto conforme com o novo Programa do Partido a aprovar.

Em terceiro lugar, uma definição mais rigorosa e clara do centralismo democrático, o que significa a tradução em normas estatutárias do aprofundamento da rica experiência do Partido relativa à vida democrática interna e da importância e forma de assegurar uma única orientação do Partido e a sua unidade e coesão.

Em quarto lugar, precisar melhor os direitos e deveres dos membros do Partido, o que exige preceitos suficientemente claros que indiquem que os direitos e deveres são iguais para todos os membros do Partido e que, na intervenção e comportamento dos militantes, direitos e deveres são inseparáveis.

Em quinto lugar, a estrutura dos organismos de Direcção, a sua eleição, as suas competências e os seus deveres, com vis-

tas a assegurar a superação de deficiências verificadas e maior capacidade, prontidão e eficiência do seu trabalho.

Em sexto lugar, a consideração da experiência partidária das «frentes de trabalho» e a necessidade de coordenação e articulação (em termos de Direcção, de organização e de dinamização da actividade) entre as frentes de trabalho e a estrutura orgânica tradicional do Partido.

Em sétimo lugar, como sublinha a Nota do Secretariado de 28 de Junho, a reafirmação do PCP como partido marxista-leninista, antidogmático, atento às transformações e mudanças, e tendo no marxismo-leninismo (que muitos querem pôr em causa) um sólido instrumento para analisar as novas realidades e os novos fenómenos e para encontrar, com criatividade, as soluções correctas para os problemas.

Finalmente, a confirmação do PCP como partido patriótico e internacionalista. (...)

A renovação da Direcção

Como sabeis, nos termos dos Estatutos, o Comité Central, que no XII Congresso cessará as suas funções, apresentará ao Congresso uma proposta para o novo Comité Central a ser eleito. O trabalho relativo à elaboração dessa proposta está a ser feito.

Foram pedidos aos organismos de direcção regional e sectorial informações, opiniões e propostas relativas a camaradas que, no entender dos organismos consultados, têm condições para ser eleitos para o Comité Central. Foram assim recebidas informações, notas biográficas e propostas relativas a centenas de camaradas.

Em relação a camaradas a propor será ouvida ulteriormente a opinião das organizações respectivas. Como temos repetidas vezes informado, estamos trabalhando para que a renovação da Direcção seja mais profunda que em qualquer dos Congressos anteriores.

Sendo direito indiscutível de um partido ser ele próprio a decidir da organização e composição da sua Direcção, está-se criando em Portugal uma situação original pois há quem procure de fora do Partido indicar como o Partido deve ser por dentro. (...)

Há órgãos de comunicação social que por um lado conduzem uma violenta campanha de mentiras e calúnias contra o Partido, e que ao mesmo tempo adiantam quem deve ficar e quem não deve ficar no Comité Central e noutros órgãos de Direcção do Partido.

Com invencionices procuram socavar o justo prestígio de muitos dos melhores quadros do Partido e promover outros, em termos de imagem e de opinião pública.

Começam, por exemplo, por dizer ser necessário substituir os velhos pelos novos e passam depois a atacar os mais destacados quadros novos do Partido porque eles dão provas da sua firmeza e do seu amor ao Partido, ao mesmo tempo esse órgão da comunicação social vão lançando (com elogios, referências, entrevistas e profusas fotografias) os nomes daqueles que, no entender dos que conduzem a campanha contra o Partido, deveriam ser os futuros dirigentes do PCP.

Ora bem, camaradas. Estamos trabalhando para que a renovação da Direcção no próximo Congresso se opere não apenas com entradas e saídas de militantes, mas também com a adopção de soluções orgânicas, de métodos e de estilo de trabalho que dêem aos órgãos dirigentes do Partido uma maior capacidade de direcção, intervenção e direcção da actividade partidária.

Os dirigentes do Partido não têm nem pretendem ter cargos vitalícios. Estais certamente de acordo em que o carreirismo e a ambição pessoal são dos mais graves defeitos que um dirigente comunista pode ter. Os dirigentes do Partido devem estar sempre prontos, e os actuais estão prontos, a desempenhar as tarefas que o Partido considere necessárias e apropriadas.

Estamos trabalhando para que, tanto nos debates normais e correntes do Partido, como nos debates que se realizarão para discussão dos documentos e propostas do Comité Central ao XII Congresso, assim como em todas as eleições do Partido seja assegurada a livre intervenção, a livre defesa de opiniões, o livre voto, o direito de discordar e de propor.

Não se iludam aqueles que de fora do Partido desenvolvem campanhas procurando influir na escolha pelo XII Congresso da futura Direcção. A Direcção do Partido, os dirigentes do Partido, serão aqueles que o Partido escolher, aqueles que o XII Congresso democraticamente eleger.

Palavras finais

Não somos um partido a criar de novo. Somos um partido que existe há muitos anos, um partido forte, com rica experiência, com muitos milhares de quadros firmes, dedicados e combativos, com amplo apoio de massas. (...)

Ao contrário do que espalha a campanha que se desenvolve contra o nosso Partido e espalha também alguns camaradas, o Partido não está paralisado e isolado, antes cada dia demonstra a sua vitalidade, a sua iniciativa e a sua forte dinâmica de luta.

O Partido não afrouxou a sua intervenção na acção política e na luta de massas, antes desenvolve uma intensíssima acção.

O Partido não está fechado em si próprio e de costas voltadas para a realidade, antes, simultaneamente com a sua vida interna, está voltado para fora, para o povo, estreitamente ligado aos trabalhadores, estreitamente ligado às massas, na defesa dos seus interesses e direitos.

Não tenham ilusões os que apregoam o «declínio irreversível» do PCP.

O PCP superará ultrapassará dificuldades e obstáculos, internos e externos, encontrará colectiva e democraticamente o caminho certo e continuará a ser o partido necessário indispensável e insubstituível que tem sido na democracia portuguesa.

Assembleia da República

Interpelação comprova Esta política não serve o País!

Um importante balanço da acção governativa foi efectuado faz hoje oito dias na Assembleia da República. Coincidindo com o termo do primeiro ano do mandato de Cavaco Silva, tratou-se sobretudo de avaliar criticamente um Governo cuja gestão tem sido objecto de forte contestação e de críticas provenientes de todos os quadrantes.

Passando a pente fino praticamente todas as áreas em que se inserem as grandes questões de natureza política, económica e social, esta interpelação serviu basicamente para evidenciar o incumprimento das promessas eleitorais, pôr a nu nas suas linhas gerais a falência desta política, seus erros e fracassos, e dar a conhecer simultaneamente propostas e orientações alternativas.

Aos membros do Governo presentes e à bancada da maioria coube naturalmente ripostar. Repetiram-se argumentos, não faltaram os números para comprovar alegados êxitos, reafirmaram-se intenções, e até se reconheceram dificuldades, mas tudo, está bem de ver, para concluir que «nunca se fez tanto em tão pouco».

Quem não se impressionou com tais afirmações foram as bancadas da oposição. Para o PS, pela voz do seu líder Vítor Constâncio, a radiografia à situação não deixa margem para dúvidas: o Governo «errou na estratégia, naufragou nas reformas, fracassou nas políticas». Fundamentando a sua afirmação, adiantou o dirigente do PS como explicação para estas realidades a «incapacidade política do Primeiro-Ministro», a sua «errada concepção da vida democrática, reduzida a um projecto de dominação da maioria» e ainda a «ausência de estratégia adequada para reformar e modernizar a sociedade portuguesa».

Estratégia inconstitucional

Ilda Figueiredo, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, numa intervenção que incidiu sobretudo nas questões económicas, também não poupou por sua vez as críticas ao Executivo, começando por definir como tra-

ços mais característicos do actual momento político por um lado a estratégia cavaquista de antecipação inconstitucional da revisão da Constituição através dos «pacotes» e, por outro lado, a resistência democrática que lhe tem sido oposta.

Como peças essenciais desta estratégia inconstitucional distinguem-se ainda no comportamento do Governo as «formas de pressão, inibição e intimidação» que este tem exercido sobre outros órgãos de soberania vi-

sando constranger e condicionar a sua intervenção, atitude esta que do ponto de vista dos parlamentares comunistas deve merecer não apenas uma «rigorosa resposta das forças democráticas» como também uma «firme recusa» por parte das instituições democráticas em aceitarem as «tentativas de perturbação do seu regular funcionamento e da amputação dos seus poderes».

Seria no entanto em torno do incumprimento da generalidade das promessas de melhoria das condições de vida dos portugueses que Ilda Figueiredo centraria grande parte da sua intervenção, avivando a memória dos membros do Governo e dos deputados da maioria presentes com um conjunto de exemplos elucidativos do enorme fosso que separa a prática governativa das promessas anteriormente feitas.

O tão falado «ajustamento estrutural da economia portuguesa e a modernização das estruturas produtivas» deram por exemplo lugar — em vez

das necessárias iniciativas legislativas e acções práticas tendentes a preparar a economia para o embate do Grande Mercado interno — a uma enorme ofensiva legislativa contra a Reforma Agrária e o Sector Empresarial do Estado, ofensiva cuja concretização conduziria, segundo a deputada comunista a «debilitar ainda mais a já frágil estrutura produtiva nacional» e a inviabilizar «um mínimo de autonomia nacional» face às consequências de tal mercado.

A multiplicação de benefícios financeiros e fiscais ao grande capital, ao invés de uma política integrada coerente de acções visando a efectiva e sustentada modernização das estruturas produtivas, constitui por seu turno outro dos aspectos atentamente analisado pela deputada do PCP.

Os barões da especulação

«A sua preocupação não é a modernização da econo-

mia mas a entrega de bens públicos e empresas rentáveis à clientela governamental», acusou Ilda Figueiredo, para logo acrescentar que, numa alusão ao leilão de duas empresas nacionalizadas (Unicer e Banco Totta e Açores) nesse mesmo dia anunciado pelo Governo, «no passado houve quem comprasse bancos com o dinheiro dos mesmos. Agora, com o dinheiro destas duas empresas, os barões da especulação têm aqui a primeira rampa de lançamento. O negócio está aberto. O PSD mexe. Os lobbies dinamizam-se. As transnacionais sorriem-se e o povo continua à margem dos mais elementares benefícios sociais».

Processo aleijado

A análise à política do Governo no plano social coube por sua vez a Jerónimo de Sousa, numa intervenção onde dominaram os temas quentes como o trabalho infantil, a contratação colectiva, as reformas da Adminis-

tração do Trabalho e ainda o «pacote» laboral.

A respeito deste último, depois de ter recordado a dimensão sem precedentes do movimento de repúdio que culminou na greve geral de Março último, Jerónimo de Sousa lamentou que o Governo na sua arrogância e auto-suficiência tenha desperdiçado a oportunidade criada pelo Tribunal Constitucional e não tenha sabido retirar as devidas ilações da derrota política que sofreu, repondo no são «todo um processo aleijado desde a origem».

Jerónimo de Sousa acusou ainda o Executivo de tentar fugir desajeitadamente à inconstitucionalidade formal através de alterações jurídico-constitucionais «mal recomendadas e inaceitáveis no plano material» e defendeu que face aos incidentes de percurso e ao «carácter desumano e socialmente injusto» do diploma, a Assembleia deveria «afastar definitivamente este decreto de autorização».

Antecipando Lei Eleitoral

Aprovadas normas que constroem a propaganda partidária

Na sequência de anteriores iniciativas tendentes à limitação da liberdade de expressão, o PSD acabou na passada semana por ver aprovado um projecto de lei da sua autoria que retoma um outro visando condicionar a afixação de publicidade ou de propaganda bem como a realização de inscrições ou de pinturas murais.

Elaborado para alegadamente preservar o património dos portugueses e simultaneamente pôr cobro aos «abusos», «atropelos» e «degradações», o diploma agora aprovado com os votos do PSD, PS e CDS (PRD absteve-se e PCP e ID votaram contra) enferma todavia na opinião da bancada comunista de várias inconstitucionalidades, sendo por esse motivo alvo de duras críticas.

Na declaração de voto que proferiu em nome da sua bancada, José Magalhães afirmou que o texto sofre de «inconstitucionalidade congénita» sem falar nas várias «deficiências e vícios» que perpassam todo o seu articulado.

Para o deputado comunista importa distinguir entre aquilo que considerou ser por um lado a «preservação de valores arquitectónicos» e, por outro, a «concessão de instrumentos legais», os quais, alertou, podem permi-

tir a «instituição de elementos de censura, de limitação e mesmo de constrangimento do exercício das liberdades políticas em Portugal».

Ora o que acontece, como fez questão de sublinhar, é que essa distinção não é operada por esta lei — pese embora os esforços desenvolvidos na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias — persistindo assim muitos dos vícios originários do texto do PSD.

Na sua declaração, o deputado comunista chamou também a atenção para a circunstância de alguns partidos, e nomeadamente o PS, não terem ponderado as consequências exactas do regime agora aprovado, regime esse que, garantiu, introduz «elementos de perturbação séria» na actividade propagandística e «elementos que calcam os seus próprios pés na actividade eleitoral».

A este respeito, afirmou que a «Lei Eleitoral começou hoje, aqui, a ser revista e com os votos conjuntos do PS e do PSD», contra a vontade e as advertências de outros partidos, facto este que, asseverou, não pode deixar de ser considerado como um fenómeno negativo.

José Magalhães alertou ainda para a adopção que qualificou de leviana do princípio do poluidor/pagador aplicado à liberdade de expressão, princípio que, segundo disse, é susceptível de criar abusos na sua aplicação, podendo conduzir a «uma tal purga dos cofres das diversas entidades que

fazem propaganda que é virtualmente possível desencadear um contencioso, em espiral, com qualquer partido político no sentido de lhe aplicar coimas ou a título de reparação e remoção verbas verdadeiramente de fazer flectir qualquer um».

Recorde-se entretanto que ao contrário do sistema geral de liberdade de propaganda vigente, o diploma agora aprovado no que respeita às formas de propaganda partidária condiciona-as a espaços e lugares públicos apenas disponibilizados para o efeito pelas câmaras municipais, enquanto que nos locais em propriedade particular a sua colocação fica dependente do consentimento dos respectivos proprietários, devendo sempre respeitar as normas em vigor sobre o património arquitectónico e o meio urbanístico, ambiental e paisagístico.

Entre o conjunto de normas redutoras previstas no articulado da nova lei susceptíveis dos mais dispares e polémicos critérios, contam-se as que referem a obrigatoriedade de não obstrução às perspectivas panorâmicas, não causar danos a terceiros, não prejudicar a beleza e enquadramento dos monumentos nacionais, não afectar a segurança das pessoas ou coisas (nomeadamente na circulação ferroviária ou rodoviária), não prejudicar a circulação de peões, proibindo-se ainda toda a propaganda que apresente disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com a sinalização do tráfego.

Calamidade nos campos

PCP advoga medidas de apoio

A prorrogação por dois anos, sem juros, do pagamento dos débitos contraídos pelos agricultores junto da EPAC e de outras empresas na aquisição de sementes e de outros factores de produção para as duas últimas campanhas e, bem assim, a concessão de um subsídio a fundo perdido em função dos prejuízos concretos sofridos pelos agricultores afectados, constituem duas das medidas contidas no projecto de resolução subscrito por parlamentares comunistas e entregues na Mesa da Assembleia da República com vista a minorar os enormes estragos provocados na agricultura em resultado das inusitadas chuvas que têm fustigado todo o País.

O alargamento do âmbito

de cobertura do seguro agrícola de colheitas e a criação de uma comissão eventual que proceda ao levantamento da situação e acompanhe as medidas adequadas são medidas igualmente preconizadas no projecto de resolução que classifica de «autêntica calamidade pública» as enormes perdas registadas em várias produções um pouco por todo o País.

Estas mesmas questões seriam aliás desenvolvidamente abordadas por Álvaro Brasileiro numa intervenção no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana, tendo o deputado comunista reclamado na ocasião a mobilização através do Ministério da Agricultura dos

técnicos disponíveis para que seja prestada a necessária ajuda aos agricultores de molde a ser salvo o que ainda resta.

Apelou ainda Álvaro Brasileiro ao levantamento das ceifeiras debulhadoras por concelhos onde existam culturas cerealíferas de maneira a que, segundo disse, «através de um trabalho pedagógico, todos em conjunto, não se deixe estragar aquilo que irá restar da desgraça que bateu à porta de quem trabalha a terra».

E a verdade é que de uma verdadeira calamidade se trata, como o comprovam algumas das perdas já sofridas que em alguns casos se situam entre os 80 e os 100 por cento (cevadas e

aveias), outras entre os 50 e os 70 por cento (tomate), encontrando-se ainda algumas outras produções com elevados prejuízos como sejam o trigo (50 por cento), o pimento (70 por cento) e o tabaco (60 a 70 por cento).

Completando o quadro sombrio que se abateu sobre a agricultura, referiu ainda o deputado comunista as muitas dezenas serão centenas de toneladas de batata que irão apodrecer na terra, a situação angustiante em que vivem os produtores de melão a braços com o excesso de humidade que tem dado origem a várias doenças e ao ataque dos fungos, e, por último, o drama em tudo idêntico sentido pelos agricultores com pomares, oliveiras e vinhas.

Assembleia da República

Revisão constitucional

- PCP: aperfeiçoar Lei Fundamental
- PSD: subversão do regime
- PS: acordos com a direita?

A estratégia cavaquista de levar a cabo uma verdadeira ruptura constitucional antecipando desde já e para o efeito a revisão da Constituição através de sucessivos pacotes num quadro de confronto com outros órgãos de soberania, constitui um dos aspectos mais significativos que caracterizam o quadro em que se desenvolve o processo de revisão constitucional em curso, quadro esse onde avultam simultaneamente os perigos de o PS e o PSD chegarem a acordo para descaracterizarem gravemente o texto da lei fundamental.

Reveladores destes objectivos são sem dúvida as múltiplas posições assumidas por dirigentes do PSD e posteriormente confirmadas quer nos trabalhos da Comissão Parlamentar de Revisão Constitucional quer no recente congresso deste partido, apontando inequivocamente — pese embora declarações em contrário procurando camuflar as suas reais intenções — para a subversão do regime democrático em algumas das suas características essenciais através de uma ruptura constitucional.

A política dos pacotes, visando como já se disse consumir um conjunto de alterações à Constituição, funciona neste contexto como uma das mais decisivas peças da estratégia cavaquista, sendo clara a pretensão de através de leis ordinárias impor por maioria simples o que afinal em sede de revisão só pode ser concretizado por maioria de dois terços.

Motivo de séria preocupação não podem entretanto deixar de suscitar quer o projecto de revisão do PS quer as posições defendidas tanto por dirigentes seus como pelos representantes socialistas na Comissão de Revisão, posições que em certos casos deixam indiciar a existência de acordos com a direita visando o enfraquecimento das garantias constitucionais em matérias tão importantes como a Reforma Agrária, as nacionalizações e o planeamento democrático, a introdução da moção de censura construtiva, a mutilação dos limites materiais, com a supressão designadamente do princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção, solos e recursos naturais e a eliminação da proibição do retorno dos monopólios e latifúndios.

A luz deste panorama devem pois ser entendidas as advertências feitas pelo PCP, segundo as quais uma revisão descaracterizadora da Constituição, ao contrário do que afirma a propaganda da direita e do próprio PS, não constitui um «factor de consenso», antes sim um sério e grave motivo de conflito.

Esta mesma ideia ainda recentemente num Encontro Nacional sobre a Revisão da Constituição promovido pelo PCP foi desenvolvidamente explanada pelo dirigente comunista Carlos Brito, tendo este na ocasião afirmado que uma revisão que «facilite a reconstituição dos grupos económicos monopolistas associados às transnacionais e a

restauração do latifúndio» representaria indiscutivelmente «um grande retrocesso em relação às conquistas do 25 de Abril e um gravíssimo condicionamento da acção e da luta não só dos comunistas, mas da acção e da luta de toda a esquerda».

Apontando algumas das razões que explicam os ferozes ataques que continuam a ser movidos à carta fundamental, o líder parlamentar sublinharia a este propósito no referido Encontro que tais ataques não são feitos porque «ela limite ou cerceie as liberdades, os direitos ou as garantias do nosso povo», ou porque ela

«garante mal o acesso dos portugueses à saúde, à segurança social, ao ensino, à habitação ou à justiça», mas sim porque a direita entende que a Constituição «garante de mais os direitos do nosso povo e condiciona e limita de facto o poder reaccionário — o direito de explorar, de discriminar, de reprimir, de oprimir».

Definindo algumas das respostas que importa considerar na actual situação, Carlos Brito sublinhou a importância de «continuar a aprofundar o diálogo com as outras forças democráticas», lembrando simultaneamente que para o PCP, com este processo de revisão em curso, não está apenas em causa a salvaguarda dos «aspectos essenciais da Constituição e do regime democrático que consagra», mas também a luta pela «introdução de normas que respondam a problemas vivos ou que assumiram particular acuidade», como sejam o reforço das garantias contra a utilização da informática con-

tra as liberdades, o aperfeiçoamento do sistema político ou o reforço da democracia participativa.

Recorde-se ainda que no decorrer do citado Encontro subordinado ao tema «O PCP e a Participação Popular na Revisão da Constituição» foram desenvolvidamente tratados em três painéis temáticos os **direitos, liberdades e garantias pessoais e dos trabalhadores, a organização económica e a organização do poder político**.

Presididos respectivamente pelos dirigentes do PCP Jerónimo de Sousa, António Andrez, Carlos Brito e José Casanova, os três painéis contaram nas suas mesas com a presença dos camaradas Barros Moura, Jorge Leite, Vítor Dias, Manuel Gusmão, Gomes Canotilho, Luís Sá, Carlos Carvalhas, Octávio Teixeira, José Magalhães, Pina Moura, Joaquim Miranda, Avelãs Nunes, João Amaral, Odete Santos, José Manuel Mendes, Daniel Branco e António Babo.

Eleições para Parlamento Europeu

Mais uma peça de desnaturação do sistema eleitoral

Profundas divergências marcaram o debate em torno da proposta de lei que introduz alterações à Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu. Em causa, na discussão que ocupou a totalidade da agenda faz amanhã oito dias, estiveram sobretudo a extensão e a forma de votação dos emigrantes.

Na sua exposição de motivos, salienta o Governo, no que foi acompanhado pela bancada da maioria estar nos seus objectivos não apenas o alargamento da capacidade eleitoral activa a todos os eleitores independentemente do local do seu recenseamento como também a revisão do regime das ilegibilidades e das incompatibilidades. No entender do Executivo do que se trata, pois, segundo as palavras do próprio ministro Silveira Godinho, é de «obter uma ainda maior harmonização do regime eleitoral para o Parlamento Europeu com aquele que rege as eleições para a Assembleia da República».

Pontos de vista diversos sustentaram entretanto as bancadas situadas à esquerda do Hemiciclo. Para o PS, pela voz de Jorge Lacão, não faltam motivos de crítica na proposta em análise quer quanto à forma como foi apresentada, quer quanto ao seu conteúdo. Quanto ao primeiro aspecto, referiu como

principais aspectos a assinalar a sua «ligeireza, falta de profundidade analítica, ausência de informação objectiva e desatenção aos mais elementares imperativos de rigor e da prudência» enquanto que em relação ao segundo, de que se retiram em sua opinião ilações mais graves, há a reter a «inércia injustificável no aprofundamento das garantias aos emigrantes portugueses residentes nos países-membros da Comunidade Europeia e afectação a raia a leviandade, de essenciais princípios que enformam o regime democrático e salvaguardam a independência nacional».

Em sentido idêntico foi por sua vez a posição sustentada pela bancada comunista que por intermédio de José Manuel Mendes lembrou que a presente proposta visa no fundo «legimitar uma velha pretensão: a de desfigurar, pelo voto indebito dos emigrantes, onde quer que se hajam instalado no vasto mundo, o princípio da representatividade proporcional».

Depois de circunstanciadamente analisar os principais argumentos aduzidos no texto governamental, especialmente aquele que invoca a natureza similar das duas instituições (Assembleia da República e Parlamento Europeu), José Manuel Mendes pôs o dedo na ferida ao afir-

mar que «esta proposta de lei, recoberta com mantos diáfanos, não é coisa despienda que se faz crer é uma peça engrenável com outras, já aqui convenientemente desmontadas, de desnaturação do sistema eleitoral».

Antes, porém, explicitando melhor a sua asserção de que a proposta em apreço não assegura a fidedignidade das eleições, lembrou ainda o deputado comunista de que importa não hiperbolizar o «peso dos votos de todos os que, longe da realidade nacional, dos seus conflitos e das suas propostas, mais sujeitos se acham às manipulações e mais disponíveis para o conformismo».

E, a este propósito, interrogou: «Que garantias de igualdade de condições de propaganda de liberdade de campanha, em países como a África do Sul ou os Estados Unidos? Que certeza no que concerne à fiscalização e que fiabilidade do recenseamento, sabendo-se como se sabe, que os erros detectados são imensos e os detectáveis proventura maiores? Que segurança no tocante a que questões como as da nacionalidade, conhecendo-se os alcapões da lei e a incontinente apetência de fabricar portugueses, para efeitos de fraude política, por parte de certos concorrentes?».

Pacote laboral

Persistem violações à Constituição

Esgotados todos os meios regimentais accionados pelo Grupo Parlamentar do PCP no sentido de o «pacote laboral» ser submetido à consulta pública das organizações de trabalhadores, o Plenário voltou a apreciar terça-feira o diploma. Este novo agendamento, recorde-se, resultou da decisão do Tribunal Constitucional de declarar inconstitucional (ver página 6) o Decreto de Autorização Legislativa do Pacote Laboral (n.º 81/V).

Apesar das alterações ao texto inicial, subsistem no essencial as inconstitucionalidades quer formais quer materiais, tendo a este propósito lembrado Odete Santos que todas essas modificações do PSD «não retiram ao Decreto as suas mais profundas feridas abertas pela violação de preceitos constitucionais».

«Querendo vender gato por lebre, o PSD vem apresentar propostas de expurgo do Decreto 81/V — salientou a deputada comunista — quando a verdade é que deveria começar por expurgar de si mesmos os sentimentos viciosos perante os mais elementares direitos dos trabalhadores que se reconduzem no seu fundamental direito à vida».

Depois de chamar a atenção para o facto de o Decreto persistir no vício de inconstitucionalidade formal (a consulta pública não foi organizada pela Assembleia) e de as propostas de expurgo e de alteração apresentadas não o sanarem de «inconstitucionalidades materiais», Odete Santos concluiu que a «operação semântica efectuada pelo PSD não evita que se chegue à conclusão de que, de facto, se continua a pretender alargar o conceito de justa causa a causas objectivas ligadas à pessoa do empregador ou do trabalhador, fundadas em motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado».

Administração Pública

Problemas continuam a aguardar resposta

A ausência de diálogo, a imposição de um tecto salarial injusto; a recusa em negociar matérias de relevante interesse para os trabalhadores como os horários, férias, faltas e licenças, estatuto de aposentação, vínculos e carreiras; a manutenção da precarização do emprego para 85 mil trabalhadores tarefeiros; a redução a uma mera gestão contabilística e de cifrões da tão almejada Reforma da Administração Pública capaz de a tornar eficiente, moderna e responsável, eis, sumariamente, os traços mais fortes que têm caracterizado a actuação governamental no que diz respeito à Administração Pública e aos seus cerca de 400 mil funcionários.

Ao Ministério das Finanças, acusado de «falta de sensibilidade e flexibilidade», é imputada em larguíssima medida a responsabilidade por este estado de coisas,

Ainda na passada semana estas questões voltaram a estar em foco no Plenário da Assembleia por iniciativa da bancada comunista que através do seu deputado Cláudio Percheiro deu como exemplo para esta situação o sucedido com a publicação do Decreto-Lei sobre horário e duração de trabalho (DL n.º 187/88), o qual, para além de impor em certos sectores o aumento da carga horária (prejudicando os trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, MIE, LNEC, Comunicação Social, Santa Casa da Misericórdia, alguns hospitais, entre outros), mantém por outro lado o princípio do não pagamento de horas extraordinárias para o trabalhador que já tenha excedido 120 dias no ano ou um terço do salário mensal, obrigando assim esse trabalhador a fazê-las sem a respectiva e justa retribuição.

É também de todo inaceitável, como bem lembrou Cláudio Percheiro, que o Ministério continue a assumir atitudes como aquela que assumiu ao afirmar que a

«criação ou reestruturação de carreiras não é matéria negociável», posição esta que segundo o deputado comunista está na origem de que se mantenham sem análise as «justas reivindicações de há muito reclamadas» por um elevado número de trabalhadores, como sucede com os mais de vinte mil da carreira técnica superior, da carreira técnico-profissional, cargos de chefia, pessoal auxiliar e operário; com os mais de 80 mil trabalhadores da carreira de oficial administrativo; ou com os milhares de trabalhadores de carreiras específicas de serviços.

Condenado pelo deputado comunista foi ainda o recurso por diferentes serviços ao trabalho precário, à tarefa, avença, ao trabalho juvenil dos OTLs e OTJs bem como a bolseiros, enquanto que, por outro lado, se assiste à «desenfreada privatização de serviços públicos» e à reestruturação de outros no sentido de «reduzir a sua capacidade de intervenção» de que são exemplo, sem falar nos organismos de coordenação económica já extintos, o IROMA (para o qual se perspectiva a redução de cinco mil trabalhadores) e a privatização de 94 matadouros pondo em causa cerca de dois mil postos de trabalho.

PCP

Um contributo valioso

«Contribuir para a unidade de esforços entre todos aqueles que, com os seus conhecimentos e vontade, estão seriamente empenhados em participar de forma activa num verdadeiro desenvolvimento do distrito» é um dos objectivos centrais das Primeiras Jornadas sobre o Desenvolvimento Económico e Social de Portalegre, iniciativa da Comissão Distrital do PCP, que decorrerá no próximo sábado, dia 16, no Hotel D. João III, naquela cidade alentejana.

A análise da situação económica e social e a determinação das medidas prioritárias para inverter a tendência de crescente desertificação do distrito são os outros objectivos enunciados pela Comissão Distrital do PCP. A iniciativa é aberta à participação com

direito de intervir, dos democratas, técnicos, organizações e entidades do distrito, como o movimento sindical, as autarquias, as organizações da agricultura e da Reforma Agrária, ensino, saúde, colectividades, etc. Os trabalhos são igualmente abertos aos representantes da comunicação social.



Horário

O período de abertura das Jornadas contará com duas intervenções essenciais: uma sobre os objectivos da iniciativa e outra sobre a problemática do desenvolvimento em termos gerais. Após estas intervenções iniciais, o debate arranca até ao fim da tarde. Mas vejamos o horário completo:

- Das 10 às 10 e 45 horas (abertura).
- Das 10 e 45 às 13 (comunicações).
- Das 13 às 15 (almoço).
- Das 15 às 16 (comunicações e debate).
- Das 16 às 16 e 30 (intervalo).
- Das 16 e 30 às 17 e 30 (continuação do debate).
- Das 17 e 30 às 18 (sessão de encerramento).

Zona Franca e colonia

Às derrotas, Jardim responde com o silenciamento...

A instalação e regulamentação da chamada «Zona Franca da Madeira» e as normas de processo aplicáveis à remição da colonia são assuntos da vida regional madeirense que, recentemente, envolveram o Governo de Alberto João Jardim em duas derrotas políticas com algum significado, como sublinha o Secretariado da DORAM do PCP em breve nota divulgada à Comunicação Social.

Como já vem sendo hábito, a proporção dos desaires foi «minimizada» junto da população madeirense, tendo o PSD regional recorrido ao seu silenciamento.

Vamos por partes. Em relação à Zona Franca, o que se passa é que o Dec.-Lei n.º 197/88, de 31 de Maio, emanado do Governo da República introduz grandes limitações ao anterior diploma que regulava o chamado sistema «off-shore». Com efeito, desde logo fica proibida a utilização da designação «off-shore», prevista no anterior diploma, e essa alteração não é inocente. O presente decreto introduz restrições que descaracterizam completamente o projecto que era defendido pelo Governo Regional, e vem dificultar a instalação de sucursais financeiras, tornando ainda mais longínqua a instalação da tão apregoada Zona Franca. Face a esta medida do Governo da República, o silêncio do Governo Regional é bem revelador da sua total subordinação a Cavaco Silva, observa a Direcção Regional do PCP.

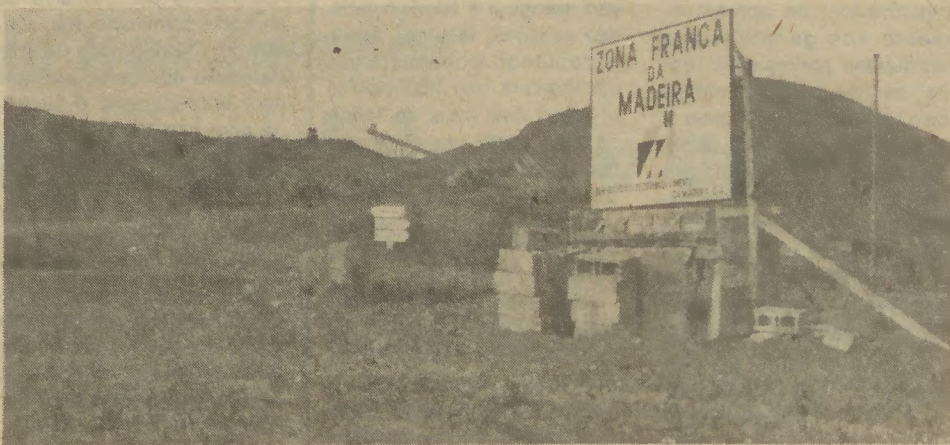
«A decisão do Tribunal Constitucional, que declarou

inconstitucionais aspectos formais do dec. legislativo regional 1/83/R, sobre normas de processo aplicáveis à re-

Quer neste, como noutros aspectos, o PCP tem denunciado a ligeireza e a falta de cuidado com que o PSD e o seu Governo regional tem tratado um assunto tão grave como é a extinção da colonia. A vida tem-nos dado razão e essa extinção tem-se arrastado através dos anos e com esta política continuará a arrastar-se com graves

cussão na Assembleia Regional, o que o PSD impediu sistematicamente.

Estas duas significativas derrotas políticas do Governo Regional PSD vem mais uma vez demonstrar a forma inconsequente e demagógica como este partido tem governado a região, mantendo o seu poder à custa do silenciamento dos problemas, concluiu a DORAM do PCP.



mição da colonia, é a outra derrota do Governo madeirense, que merece da DORAM o seguinte esclarecimento:

De notar que o Tribunal Constitucional deu inteira razão ao deputado do PCP na Assembleia Regional, que, na discussão parlamentar, levantou fortes objecções à aprovação dessas normas que violavam regras tradicionais e fundamentais do nosso direito.

custos e prejuízos para os colonos.

Ainda quanto à extinção da colonia, verifica-se que, na zona do Funchal, alguns senhorios cortaram e outros ameaçaram cortar a água de rega aos seus colonos e ex-colonos, levando as suas exigências tão longe que já pedem um preço de 3 contos pela venda de um minuto de água. O PCP tem alertado repetidamente para este problema e propôs a sua dis-

Comício no Couço

Reforma Agrária não está só

«O Governo PSD/Cavaco Silva tem agora como prioridade liquidar a Reforma Agrária, criando as condições para a reconstituição do latifúndio» — são palavras de António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do PCP, durante a intervenção no comício da Festa da Espiga Vermelha, animado convívio da população do Couço, realizado no último fim-de-semana por iniciativa dos comunistas. Voltando ao tema e às palavras do dirigente comunista, aqui ficam algumas considerações para reflexão:

«A proposta do Governo agora votada na generalidade unicamente com os votos favoráveis do PSD e do CDS conta com o repúdio generalizado dos trabalhadores e do povo: contra tal proposta se pronunciaram mais de meio milhão de entidades e organizações variadas.

«Têm razão e é justa a luta dos trabalhadores da Reforma Agrária que ao longo dos anos se têm batido de forma exemplar, enfrentando os inimigos da Reforma Agrária, os bastões, as armas, os cães, os jeeps, os tanques, os helicópteros. Já foram ceifadas vidas, já muitas UCP's foram destruídas, já vários prazos foram marcados para acabar com a Reforma Agrária...

«Aqui no Couço, a exploração do proletariado agrícola foi abolida, foi criado emprego para todos, grandes transformações económicas e sociais se deram nesta freguesia: as decisões passaram a ser colectivas; a gestão passou a ser dos trabalhadores. Mas a ofensiva já destruiu muitas cooperativas, foram roubadas muitas terras e bens, o desemprego voltou de novo, particularmente entre as mulheres e os jovens (o exemplo está bem à vista: com a saída dos jovens para o estrangeiro e outros pontos do País, à procura de emprego).

«Mas esta proposta do Governo representa um autêntico assalto à Reforma Agrária e à riqueza que os seus obreiros têm produzido.

«Um pacote laboral para dar força ao patronato todo poderoso e retirar direitos e regalias aos trabalhadores, institucionalizar o livre despedimento, criar ainda mais insegurança no emprego.

«A nova versão do «pacote laboral» do Governo não altera em nada este conteúdo de classe, e representa uma manobra e uma afronta, que exige uma vigorosa resposta das forças democráticas e do movimento de massas. Ao mesmo tempo, as instituições democráticas devem manter o seu regular funcionamento e recusar as pressões e intimidações exercidas pelo Governo e o PSD.

«O «pacote das privatizações», para entregar aos grandes grupos económicos, nacionais e transnacionais, as empresas nacionalizadas

mais lucrativas, e o exemplo disso foi a recente decisão do Governo em privatizar 49% do capital da Unicer, que em 1987 facturou mais de 14 milhões de contos, ou o caso do Banco Totta e Açores, que teve mais de meio milhão de contos de lucro líquido em 1987.

«O «pacote da Saúde» para servir os grandes tubarões, espalhar ainda mais a doença, criando cada vez mais dificuldades ao povo trabalhador e às camadas mais desfavorecidas.

«São muitos os pacotes, as leis e as medidas que o Governo PSD/Cavaco Silva tem procurado impor contra os interesses do povo, de Portugal e da democracia.

«A política que vem a ser seguida de pacote em pacote, tem um objectivo: destruir a essência do regime democrático.

«Actualmente estão a preparar, e tentarão impô-lo seguidamente, o grande «pacote» dos pacotes, um projecto de revisão para a ruptura constitucional. E a este respeito são preocupantes as declarações de Vítor Constâncio, secretário-geral do PS, que parece mais uma vez virar-se para a direita e entender-se com esta, para poderem ser riscados da Constituição aspectos importantes do regime democrático e poderem mesmo proceder a uma revisão inconstitucional da Constituição.

«A ofensiva do Governo Cavaco Silva e do PSD é um dos traços mais salientes da situação política nacional. Mas, um traço igualmente marcante é a grande onda de protesto e luta dos trabalhadores e de amplas camadas da população.

«Convém aqui realçar que a Reforma Agrária não se encontra sozinha na luta.

«São os agricultores, rendeiros, seareiros, que em vários pontos do País lutam pelos seus direitos contra o pacote agrícola, e agora justamente exigem que seja declarado o estatuto de calamidade pública devido aos graves prejuízos que o tempo tem causado na agricultura e para os agricultores e UCP's; são as populações inteiras em luta contra a implantação forçada de eucaliptos; lutam os trabalhadores bancários, do Metro, da Carris, da RN, da Eurofil, da Dialap, os trabalhadores da Administração Local, os trabalhadores da Companhia Portuguesa de Cobre.

«Descontentes e a preparar a luta estão outros sectores, como é o caso dos professores, os trabalhadores da Função Pública, da Sapac, do Pão de Açúcar e Lojas Mini-Preço, e muitos outros.

«De destacar a luta dos corticeiros que de Norte a Sul do País teve elevada adesão, e mesmo em Vila da Feira, as agressões da GNR não fizeram recuar os trabalhadores.» (...)

Assembleia em Mértola

«Com o PCP mais forte, pelo desenvolvimento, pela paz, por Abril» é o lema da 3.ª Assembleia da organização concelhia de Mértola do PCP. A situação social e económica, a vida do Partido e as principais tarefas que irão mobilizar os militantes comunistas deste concelho do Baixo Alentejo, são temas em agenda para debates na Assembleia, marcada para as 9 e 30 horas, no Teatro Marques Duque.

PCP

Viseu

Primeiro, os interesses da CEE...

• Comunistas analisam situação no distrito

«A política de liquidação e de entrega das riquezas nacionais a grupos privados e de humilhante subordinação dos interesses do País aos interesses da CEE continua a causar prejuízos e preocupações na economia do distrito: para além de se manter a paralisação da **Companhia de Fornos Eléctricos** (CPFE), em Canas de Senhorim, surgem ameaças de privatização indirecta da **Empresa Nacional de Urânio-EP**, através da participação da multinacional «TOTAL» e eventualmente de outros grupos e empresas, no seu capital, facto que poderá ter graves consequências tendo em conta o valor estratégico da produção de urânio.»

O «alerta» é dado pela Comissão Distrital de Viseu do PCP, que esteve reunida há dias para «analisar fundamentalmente» a situação política nacional e distrital, bem como as tarefas e iniciativas partidárias em curso, a preparação do XII Congresso e aspectos da vida interna do Partido.

Referindo que no distrito de Viseu têm continuado a surgir manifestações de descontentamento e expressões de reivindicação social e económica, de que são exemplos recentes as **greves altamente participadas dos médicos, dos trabalhadores rodoviários e dos bancários e a luta dos trabalhadores da Função Pública**, a Distrital do PCP chama a atenção para estes aspectos:

«Os Conselhos Directivos, Compares e Povos dos Baldios viram-se obrigados a

de Freguesia CDU e pelos autarcas apoiantes desta Coligação no distrito, que continuam a desenvolver uma profícua actividade virada para a resolução dos problemas das populações — como mostram as conclusões dos recentes Encontros de Eleitos Autárquicos e Quadros da CDU promovidos em Lamego e em Tarouca —, **rebentam graves escândalos e indícios inquietantes de corrupção na gestão de autárquicas dominadas de facto ou formalmente pelo PSD, de que são**

Uma «balda» para o homem do PSD em Tarouca...

Populações como a da Várzea da Serra, do concelho de Tarouca, levantaram-se contra as ilegalidades e manobras sujas da Junta de Freguesia local e da maioria PSD da Câmara Municipal, que, contra as leis em vigor, tentaram beneficiar o presidente da Comissão Política concelhia do PSD com 60 hectares do respectivo baldio.

continuar a sua luta em defesa dos decretos-lei n.º 39/76 e 40/76, tendo sido expressão alta da sua inquebrantável vontade de resistir ao roubo dos baldios a grandiosa manifestação que realizaram na noite de 4 de Junho em Viseu, com a participação de mais de um milhar de pessoas com centenas de archotes.»

Noutra passagem das suas conclusões, os comunistas de Viseu sublinham «os graves prejuízos causados nas culturas do vinho, fruta e batata pelas tempestades das últimas semanas» e «os problemas causados pela importação de carne.

Corrupção em autarquias

Vejamos, em síntese, outras notas conclusivas do debate a que chegou a Distrital de Viseu do PCP:

Em contradição com a política de transparência, desenvolvimento e progresso levada a cabo pelas Juntas

exemplos mais significativos os recentes acontecimentos na Câmara Municipal de Tarouca, neste momento a braços como a impossível tentativa de «explicar» aos 2 vereadores da CDU e à opinião pública do concelho como conseguiu pagar a um empreiteiro 6500 contos a mais do que aquilo que lhe era devido. Igualmente escandalosas são as graves irregularidades detectadas nas Câmaras Municipais de Lamego e de S. Pedro do Sul, esta última com uma dívida de cerca de 400 mil contos, sem entretanto apresentar obras completas que justifiquem as despesas efectuadas e inscritas no Orçamento...!

Os avisos feitos antes do 19 de Julho

A Comissão Distrital de Viseu do PCP concluiu que a evolução da situação política nacional e de modo especial a actuação do Governo de

Cavaco Silva confirmam as chamadas de atenção feitas pelos comunistas há um ano atrás, durante as eleições para a Assembleia da República, sobre as gravíssimas consequências que resultariam de um vitória eleitoral do PSD, tanto para a situação económica e social da grande maioria dos portugueses, como para a vida democrática do País. Verifica-se uma crescente contradição entre a política do governo e os interesses da maioria dos portugueses, circunstância que é responsável quer pelas grandes lutas dos trabalhadores e de outras camadas populares contra a política governamental quer pela visível redução da base social e política do governo.

Muitos dos que, antes das eleições de 19 de Julho de 1987, não foram capazes de ouvir o alerta do PCP estão hoje seriamente arrependidos da sua opção de voto porque verificam que, depois do 25 de Abril, nunca existiu um governo que fosse tão sistematicamente favorável aos ricos e tão determinante desfavorável aos pobres (como demonstra a sua actuação no domínio da política salarial e fiscal, o pacote laboral e outras políticas sociais), ou um governo que tentasse exercer um controlo tão absoluto sobre as instituições da República e a comunicação social, ou que procurasse silenciar tão drasticamente a voz dos partidos da oposição, ou ainda um governo que levasse tão longe os planos para a destruição das conquistas democráticas do 25 de Abril e assumisse tão abertamente a defesa e as medidas para a restauração dos grupos monopolistas e do seu poder sobre a vida nacional — sublinham os comunistas de Viseu.

A Comissão Distrital do PCP entende, entretanto, ser seu dever alertar todos os trabalhadores do distrito para o facto de Cavaco Silva e o PSD tencionarem voltar à carga com o «Pacote Laboral» e apela também ao prosseguimento e aprofundamento do diálogo entre as forças democráticas do distrito, designadamente entre comunistas e socialistas, tendo em vista a defesa da Constituição.

Os alertas já expressos por organismos da direcção do PCP, segundo os quais é essencialmente preocupante que o PS não só não reaja com energia aos propósitos de ruptura constitucional claramente proclamados pelo PSD e da direita em áreas estratégicas da revisão constitucional como a irreversibilidade das nacionalizações, a reforma agrária e outros princípios de organização económica, são referidos pelos camaradas de Viseu.

XII

festa

Avante!

Chegaram as finais

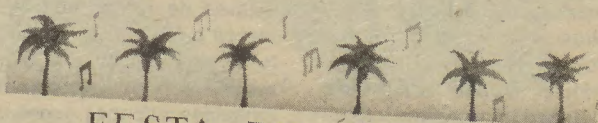
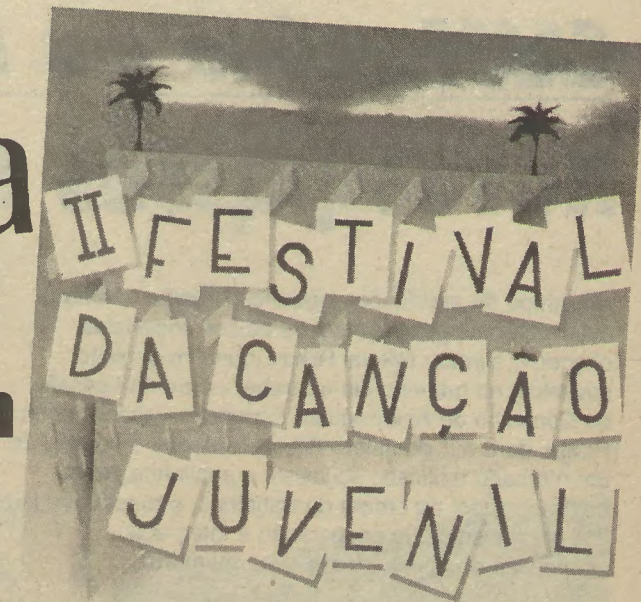
O Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» teve o primeiro grande arranque no passado fim-de-semana com a realização das finais da Zona Norte e do distrito de Leiria.

Em Braga, a final da Zona Norte, que incluiu Porto e Trás-os-Montes, decorreu também no sábado durante a tarde no Espaço da Juventude da Festa da Alegria.

No palco desfilaram oito temas nas modalidades de *rock* e solistas. O júri escolheu e, na Festa do «Avante!», a Zona Norte vai estar representada pelo solista, Vítor Santos, de Famalicão com o tema «Pássaro Verde» e pelo grupo de *rock* bracarense Orpheu Rebelde com o tema «Ocaso».

A final de Leiria teve lugar em S. Pedro de Moel, no passado sábado, dia 9, num palco instalado ao ar livre junto à praia. A assistência foi numerosa e o público aderiu com animação à música de Jorge Lomba que actuou como artista convidado.

Em concurso estiveram doze temas da autoria de jovens músicos de várias zonas do distrito e até um tema vindado de Tomar, distrito de San-



tarém, onde o Festival não se realiza este ano. Foi o Jorge Rivotti quem se deslocou de Tomar a S. Pedro de Moel para se classificar em primeiro lugar na modalidade de solista com o tema «(In)certeza».

Na modalidade de música *rock* foi apurada a «Banda do Castelo» com o «Rock dos Bons Velhos Tempos», este grupo de Porto de Mós apresentou ainda um tema de música popular portuguesa, que ficou classificado em segundo lugar com um ponto de diferença em relação ao tema «Caminho de Volta» interpretado pelo Marco José e Susana Marina também de Porto de Mós. Mas regras são regras e apesar de o júri ter considerado que também esta canção é merecedora, só o Marco e a Susana vão repre-

sentar esta modalidade pelo distrito de Leiria, na Final Nacional a realizar na Festa do «Avante!» em 9, 10 e 11 de Setembro.

Mais finais

Já este fim-de-semana, realizam-se mais duas finais distritais, numa demonstração do interesse e da dinâmica que se criaram em torno deste 2.º Festival da Canção Juvenil Festa do «Avante!'/88.

Na sexta-feira, a partir das 16 horas, é tempo para a final distrital de Évora e no sábado, às 21 horas, os Bombeiros Voluntários de Seia são palco para a final da Guarda, que nos aproximamos a passadas de gigante da finalíssima na Festa do «Avante!».



Tabela de assinaturas (12 números)

Continente e ilhas	770\$00
Europa	2070\$00
P. Exp. Portuguesa	2870\$00
Extra-Europa	3620\$00

Pagamento em cheque ou vale de correio dirigido à Central Distribuidora Livreira, SARL
Av. Santos Dumont, 57, 2.º
1500 Lisboa

Internacional

CAME reúne em Praga**Novos passos na integração**

«O tempo de aprofundar mudanças qualitativas na esfera da cooperação entre os países socialistas chegou», afirmou Nikolai Rijkov, primeiro-ministro soviético, no primeiro dia de trabalhos da 44.ª sessão do Conselho de Ajuda Mútua Económica, realizada em Praga, de 5 a 7 de Julho. Rijkov defendeu a criação de um mercado unificado socialista e sublinhou, como ponto principal da ordem de trabalhos, a reestruturação dos mecanismos de cooperação e integração económica dos países socialistas membros.

A 44.ª sessão do CAME reuniu em Praga, ao nível de chefes de Estado, os representantes dos dez países membros — Bulgária, Checoslováquia, Hungria, República Democrática Alemã, Polónia, Roménia, União Soviética, Cuba, Mongólia e Vietnam —, e, como observadores, especialistas da Jugoslávia, Laos, Afeganistão, Angola, Etiópia, República Popular Democrática do Yémen, Moçambique e Nicarágua.

No centro dos debates esteve o relatório do Comité Executivo sobre a actividade do CAME nos últimos 2 anos, relatório concebido como uma análise crítica do processo de desenvolvimento da comunidade no contexto da evolução mundial.

Outro importante documento debatido em Praga aborda novas concepções da divisão internacional socialista do trabalho.

Foi simultaneamente avaliado o cumprimento do programa integral do progresso científico-técnico dos países membros do CAME, em particular no que se refere à generalização da informática e da electrónica e avanços decisivos no domínio da energia nuclear, do desenvolvimento de novos materiais, das biotecnologias.

A coordenação dos planos dos países membros e

a esfera das relações jurídico-financeiras, foram igualmente questões centrais.

As alterações debatidas em Praga impuseram-se, nas palavras de Rijkov, porque a prática da edificação socialista afirmou a necessidade de realizar nos países membros profundas reformas económicas e combinar organica-

mente a gestão centralizada e planificada com o emprego sempre maior de alavancas monetário-mercantis.

A 44.ª sessão do CAME terminou com a divulgação de um comunicado onde se assinala a necessidade de acelerar a economia nacional dos países membros daquela organização, baseando-se em infra-estruturas técnicas e tecnológicas qualitativamente novas e em vias de desenvolvimento que garantam a poupança de recursos.

A reunião aprovou uma nova concepção de divisão internacional do trabalho, a implementar entre 1991 e o ano 2000, que abrange programas de desenvolvimento

especializado e a cooperação multilateral dos países membros nas indústrias de construção de máquinas, radiotecnica, electrónica e química, além de programas especiais de cooperação com Cuba, Vietnam e Mongólia.

A coordenação dos planos de desenvolvimento das economias dos países membros, deverá ser, conforme foi assinalado, o instrumento principal de implementação da concepção colectiva e dos programas previstos.

O comunicado aprovado aponta ainda para a criação de condições com vista à formação de um mercado unificado socialista.

Gorbatchov propõe Reykjavik pan-europeia

«Talvez seja razoável realizar uma Reykjavik pan-europeia, ou seja, uma reunião de todos os líderes europeus, para discutir uma questão apenas: como ultrapassar o círculo vicioso e iniciar um movimento para a redução das armas convencionais». Esta uma proposta agora avançada por Gorbatchov no discurso pronunciado no Parlamento em Varsóvia, no início da sua visita à Polónia.

De par da realização de uma conferência europeia para a redução do armamento convencional, Gorbatchov propôs ainda a criação de um centro europeu para a diminuição do perigo de confronto militar. E ainda a retirada de meios aéreos soviéticos, caso a NATO renuncie à instalação em Itália dos 76 caças F-16 que deverão ser retirados de Espanha.

Concretamente, o secretário-

rio-geral do PCUS propôs a criação de um «centro de cooperação europeia», para actuar como mediano entre as alianças militares, sublinhando que tal centro, que deveria funcionar a título permanente, «poderia tornar-se de grande utilidade para o fomento da segurança e da paz europeias».

Quanto à possibilidade de retirada de meios aéreos soviéticos, Gorbatchov afirmou,

na sua intervenção: «Estamos preparados para retirar as nossas forças aéreas dos países do Leste, se a NATO não instalar em Itália os 72 caças F-16 que a Espanha recusou».

Também em Washington

Novos passos foram também entretanto dados em Washington no sentido do desanuviamento e de melhores relações entre a União Soviética e os Estados Unidos.

O marechal da União Soviética Serguei Akromeev, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da URSS e primeiro vice-ministro da Defesa, terminou a sua visita oficial de uma semana aos EUA, a convite do almirante William Crowe, que por sua vez deverá visitar a URSS no Verão do próximo ano.

O plano de contactos militares entre os dois países prevê um intercâmbio de visitas de chefes das Forças Armadas, navios, delegações de historiadores, médicos, desportistas e bandas militares, assim como de estabelecimentos de ensino militar.

O marechal Akromeev e o almirante Crowe fizeram uma declaração conjunta em que se manifestam a favor da melhoria das relações entre as Forças Armadas da URSS e dos EUA de forma a contribuir para a diminuição do risco da deflagração de situações de perigo. Planeia-se igualmente criar um grupo militar de trabalho soviético-americano, encarregado de debater pormenorizadamente a questão da actividade militar perigosa e elaborar as respectivas recomendações.

Entretanto, em Genebra, iniciou-se a 10.ª volta das conversações soviético-norte-americanas sobre os armamentos nucleares e espaciais.

Costa do Marfim proíbe importação de resíduos tóxicos

A Costa do Marfim aprovou uma lei que proíbe a utilização do seu território e águas territoriais para cemitério de resíduos tóxicos dos países industrializados. Segundo a legislação, os infractores ficarão sujeitos a uma multa que pode atingir os 1,6 milhões de dólares e penas de prisão entre 10 a 15 anos.

Recorda-se que nos últimos meses foram descobertos em vários países da África Ocidental depósitos de resíduos industriais transportados ilegalmente dos EUA e da Europa Ocidental.

«É inaceitável, para nós, a política das potências industrializadas que compram matérias-primas africanas a preços reduzidos e depositam os resíduos tóxicos nos países da África» — afirmou a propósito o governo da Costa do Marfim.

Também o governo da Libéria está preocupado com esta questão, tendo protestado recentemente junto da Organização marítima internacional contra as acções de companhias ocidentais que despejam resíduos tóxicos nas águas costeiras do seu país.

«É necessário tomar medidas mais rigorosas contra os poluidores do oceano», afirmou Thomas Keller, comissário para os assuntos marítimos da Libéria.

Recentemente, a ministra liberiana da Saúde e da Previdência Social, Martha Sendolo-Belleh, afirmou ter sido contactada por representantes de três países industrializados que lhe solicitaram autorização para o enterramento de resíduos tóxicos no país. Segundo a ministra, que não revelou o nome das referidas companhias, uma delas propôs-se, em troca, construir na Libéria um hospital com equipamento moderno e conceder um lote de medicamentos no valor de um milhão de dólares àquele país africano.

Angola e Cuba assinam protocolo

As negociações no âmbito da Comissão mista Angolano-Cubana para a cooperação económica e técnico-científica terminaram a semana passada em Luanda, com a assinatura de um protocolo, que prevê o alargamento dos contactos bilaterais nas áreas da agricultura, indústria, energia, petróleo, construção civil, saúde pública, educação e cultura.

No decurso das conversações foi ainda aprovada uma resolução sobre a dinamização da cooperação no domínio da ciência e da técnica, mediante a prestação de assistência técnica de Cuba a Angola envio de especialistas cubanos para trabalhar em Angola, preparação de quadros angolanos e troca de informações técnico-científicas e de delegados.

Zaire contra o FMI

O primeiro-ministro do Zaire, Sambwa Pida Nbagui, acusou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de tratarem o país como uma colónia, e apelou às organizações financeiras para alterarem a sua política face ao Zaire.

A actual dívida externa do Zaire é de 7 mil milhões de dólares, tendo a sua situação sido agravada depois de os bancos ocidentais terem aumentado em 50 por cento os juros do serviço da dívida. Essa circunstância levou ao aumento dos produtos de consumo em 35 por cento desde o princípio do ano e à desvalorização da moeda nacional em mais de 33 por cento em relação ao dólar norte-americano.

Mobutu Sese Seko rejeitou há dias as tentativas do FMI de impor ao país um «plano de recuperação económica», que prevê a contínua subida dos preços de alguns produtos e a redistribuição dos meios no âmbito das verbas orçamentais.

Propostas de desarmamento aproximam RDA e RFA

O Partido dirigente da República Democrática Alemã, PSUA, e o Partido Social Democrata da RFA, SPD, apresentaram a semana passada à opinião pública uma proposta conjunta para a criação de uma «zona de confiança e segurança na Europa Central». Numa conferência de imprensa realizada em Bona, Hermann Axen e Egon Bahr, membros das direcções de ambos os partidos, expuseram a proposta elaborada por um grupo de trabalho e aprovada pelo Bureau Político do PSUA e pela presidência do SPD. A referida proposta apela a que todos os Estados signatários da Acta Final da Conferência de Helsínquia sobre medidas criadoras de confiança na Europa continuem a reduzir a participação das Forças Armadas em manobras e não realizem mais manobras numa zona que diste, por exemplo, menos de 50 quilómetros para cada lado da fronteira entre as duas alianças militares. Recomenda-se, além disso, a integração das forças navais e aéreas no anúncio de manobras militares e que sejam convidados observadores para todas as manobras a efectuar.

**Colômbia — o diálogo para a paz**

A Colômbia está a viver uma nova escalada de violência fascista, que desde o início do mês provocou já a morte de três dezenas de pessoas, operários e camponeses na sua maioria. Em comum, as vítimas tinham o facto de serem apoiantes da União Patriótica, ou serem suspeitas de tal. As autoridades colombianas continuam a manifestar-se impotentes para pôr

cobro a estes massacres.

De assinalar, por outro lado, o esforço de diálogo que de novo está a ser feito pelos partidos Liberal, Social Conservador e União Patriótica, cujos presidentes a foto reproduz, em reunião recente, na procura de um acordo para a defesa da democracia e da paz na Colômbia. (Mais informação sobre a Colômbia no Em Foco).

Internacional

«Airbus», 290 mortos

Uma crescente exigência de paz

«O único interesse dos Estados Unidos no Golfo Pérsico é a paz». São palavras de Reagan. No passado dia 3, a marinha de guerra norte-americana abate um avião comercial sobre o Estreito de Ormuz, com dois mísseis lançados do cruzador norte-americano «Vincennes», um dos mais sofisticados navios de guerra do mundo. 290 mortos, entre os quais 57 crianças entre os 2 e os 13 anos de idade e 9 bebés.

Para o crime, o chefe do Estado-Maior, almirante William Crowe, avançou rapidamente com uma espantosa «razão»: o avião de passageiros «Airbus» iraniano teria «intencões hostis». Também o presidente Reagan fala de uma «acção defensiva»... E pelos vistos, em matéria de «defesa», os EUA não se demoram na decisão de ataque. Sete minutos foi tempo bastante para no «Vincennes» se decidir quanto ao abate de um avião que levantava voo na sua rota comercial normal, dificilmente confundível com um caça, de tamanho três vezes inferior e velocidade de três vezes superior.

Possivelmente também em nome dessa paz, que os EUA afirmam desejar, se declarou não estar em vista qualquer mudança de estratégia na zona. Enquanto quatro navios da marinha de guerra da Grã-Bretanha entravam no canal do Suez, dirigindo-se para o Golfo Pérsico, e uma fragata francesa igualmente passava o canal com o mesmo destino.

Não é difícil discernir os contornos das lições deste crime. A menos que se lhes queira fechar os olhos. Sintoma, aliás, de que se anda desfasado das realidades do mundo contemporâneo, e das suas exigências.

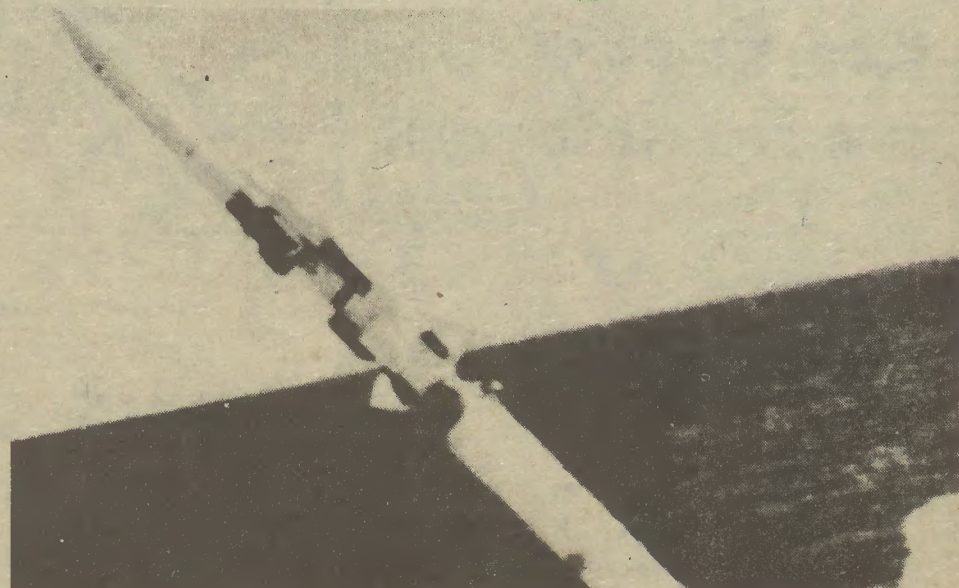
A verdade é que por todo o mundo ressaltam as vozes de protesto, e bem raras e limitadas foram as posições de apoio.

Essas vieram apenas de Thatcher, que afirmou que o seu governo «aceita sem reserva o direito das forças envolvidas em tais hostilidades a defenderem-se». E do primeiro-ministro japonês, Noboru Takeshita, que exprimiu o seu «recoio» de que a destruição do avião «Airbus» iraniano possa levar a uma retirada dos Estados Unidos do Golfo.

A condenação por todo o mundo

«Que diríamos nós se eles (os Iranianos) tivessem abatido um aparelho perto das nossas costas?» pergunta-se Jesse Jackson. — «Há já um ano que os Estados Unidos estão metidos no Golfo e continua a não haver uma política definida, um empenhamento firme para fazer parar a guerra». Uma posição um pouco isolada do candidato democrata norte-americano, mas nem por isso menos significativa. E amplamente partilhada por diferentes forças políticas em todo o mundo.

Na Itália, por exemplo, surgem posições oficiais no sentido da necessidade de uma iniciativa concreta de paz «nesta região atormentada do mundo». Posições de repúdio ou consternação vieram da parte de múltiplos go-



Foi um míssil deste tipo que pulverizou o «Airbus» iraniano, com 290 pessoas a bordo

vernios, desde a Suíça, Noruega, Bélgica, ao Koweit, Paquistão, Argentina. E naturalmente por parte dos países socialistas.

O Parlamento Europeu — por 138 votos a favor, 15 contra e 6 abstenções — pediu aos governos dos doze para que participem nas iniciativas que visam uma solução de paz para o conflito irano-iraquiano e exigiu a «retirada, o mais brevemente possível, de todos os navios de guerra estrangeiros» daquela região.

Entretanto o caso «Airbus» é apreciado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pela Organização Internacional de Aviação Civil.

O Conselho Mundial da Paz divulgou uma declaração condenando a destruição do avião civil iraniano pelo navio de guerra norte-americano.

«O acidente ocorrido no Golfo Pérsico provou, uma vez mais, que a permanência das forças navais dos EUA ameaça a soberania dos países costeiros e a paz internacional».

O Conselho Mundial da Paz apela à retirada das esquadras estrangeiras do Golfo Pérsico e à criação de forças da ONU para a manutenção da paz naquela região.

Medidas de paz, exige a URSS

«A tragédia, de que a responsabilidade incumbe totalmente ao comando americano, não é de forma alguma accidental» — declarou o porta-voz do ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Guennadi Guerassimov. «Na verdade, ela é consequência directa das acções empreendidas pelos Estados Unidos este último ano, e destinadas a reforçar a sua presença militar no Golfo».

Simultaneamente a agência soviética Tass sublinha que «é indispensável retirar o mais rapidamente possível desta região a armada americana e introduzir aí uma força naval da ONU».

No mesmo sentido — a urgência de criar condições de paz na zona — vão as declarações do secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que sublinhou a necessidade de levar à prática a resolução do Conselho de

Segurança em que nomeadamente se pede a todas as partes presentes na zona do conflito, evitar actos susceptíveis de exacerbar as hostilidades no Golfo.

É bem de paz que se trata neste momento. Pelos quase 300 mortos do avião iraniano agora abatido. Pelas crianças que agora morreram vítimas de dois mísseis norte-americanos. Mas também pelas que todos os dias morrem nesta zona. Vítimas quotidianas da guerra Irão-Iraque. Usadas por vezes até de armas na mão. Vítimas também de outras guerras, como a movida por Israel contra o povo palestino.

De salientar que neste

momento se desenvolvem esforços para abrir perspectivas de paz e de uma solução política dos conflitos regionais — na América Central, em África, no Sudeste Asiático. No que respeita ao Afeganistão, e apesar das dificuldades que subsistem, foi possível chegar aos acordos de Genebra. Sem dúvida um marco muito significativo no que respeita às possibilidades de solução dos conflitos regionais. No Médio-Oriente arrasta-se uma situação de múltiplos focos de tensão. Sem que nenhuma porta tenha entretanto sido aberta para a paz. Os EUA têm vindo a fechá-las todas. E os resultados estão à vista.

«Guerra das estrelas» no mar

Os resultados estão à vista

O cruzador «Vincennes» é um dos mais sofisticados navios de guerra do mundo. Entrou em serviço em Julho de 1985. Os seus sistemas de radar e electrónicos hiper sofisticados permitem-lhe seguir simultaneamente 256 alvos de qualquer natureza, trate-se de aviões, navios ou submarinos. É capaz de detectar um alvo a 3600 km de distância e de desencadear um ataque a 500 km. Nos EUA há quem o apelide de «guerra das estrelas no mar». O Pentágono prevê a construção de 27 navios deste tipo. Pertence à classe de cruzadores lança-torpedeiros «Ticonderoga», que começaram a ser fornecidos à marinha de guerra norte-americana em 1983.

Chegou ao Golfo Pérsico há cerca de seis semanas. Já abateu um alvo civil. Dizem que por engano.

Um alerta bem claro e palpável quanto aos perigos de armas cada vez mais sofisticadas. Em qualquer parte da Terra. E mais ainda no espaço, onde as «guerras das estrelas» teriam consequências irremediáveis, não para quase 300 vítimas. Mas para todos nós.

Um alerta no «Washington Post»

William Arkin, um dos dirigentes do Instituto de Estudos Políticos de Washington, publicou nas páginas do «Washington Post» — antes da tragédia do «Airbus» — um artigo significativamente intitulado «A arriscada estratégia militar marítima dos EUA pode arruinar-nos». O artigo visa analisar os problemas estratégicos colocados pelo grande afastamento das esquadras norte-americanas das águas territoriais dos EUA.

Neste artigo se sublinha, por exemplo, que os «comandantes de esquadra gozam de grande liberdade em determinar as operações a serem cumpridas pelas forças a eles subordinadas» — um alerta agora particularmente significativo quando o

avião iraniano foi abatido apenas por decisão do comandante de um cruzador.

William Arkin chama a atenção para vários factores de perigo ligados à estratégia militar norte-americana no mar.

Os navios de guerra norte-americanos sulcam as águas não só do golfo Pérsico mas de todos os oceanos — escreve Arkin — levando a efeito grandes exercícios militares e outras «operações agressivas» na proximidade imediata da União Soviética e nas águas territoriais dos aliados dos EUA, da NATO e do Japão.

O autor recorda as perigosas e provocatórias operações dos navios de guerra dos EUA como a incursão do

couraçado «Yorktown» e do contratorpedeiro «Caron» em águas territoriais soviéticas junto da costa da Crimeia, em 1986 e 1988.

Em casos como este, pergunta-se Arkin, quanto falta para a deflagração de uma situação de crise? E sublinha que tal estratégia militar de modo algum contribui para o estreitamento das relações dos EUA com os Estados estrangeiros, nomeadamente países aliados da América.

E mais ainda, «ela não reforça também a segurança nacional dos EUA, uma vez que a estratégia agressiva marítima aumenta consideravelmente as possibilidades para confrontos no mar e o risco de que estes confrontos possam conduzir a uma guerra nuclear».

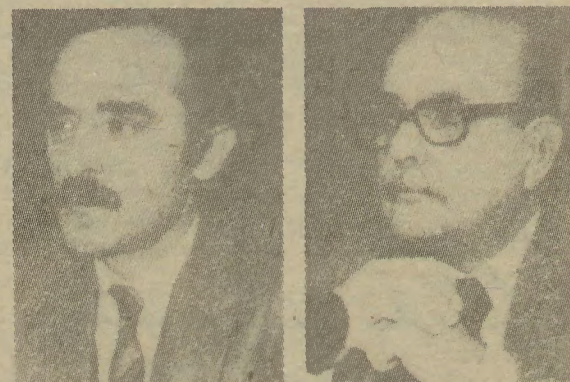
Julgamento em Ankara

«Queixoso: ministério público da República da Turquia. Acusados: Haydar Kutlu e Nihat Sargin. O seu delito: ser secretário-geral do Partido Comunista da Turquia, ilegal, e secretário-geral do Partido Operário da Turquia, fora da lei, e ambos fundadores do Partido Comunista Unificado da Turquia, projectar a instauração de um tipo de administração e de Estado obedecendo a uma ordem marxista-leninista e, por consequência: tentar formar um partido ilegal para instaurar a dominação de uma classe social sobre as outras classes sociais.» Estes os termos iniciais da acta de acusação apresentada no tribunal de Ankara contra os camaradas turcos.

Em causa nomeadamente quatro artigos do Código Penal directamente inspirados nas leis fascistas italianas.

Presos em 16 de Novembro passado. O julgamento teve início em 8 de Junho. Mas tem vindo a ser adiado, face à impressionante presença de personalidades vindas de todo o mundo, num gesto de solidariedade com os dirigentes comunistas turcos e de repúdio pelos métodos repressivos utilizados pela ditadura.

O público e a imprensa têm sido impossibilitados de entrar na sala de audiências. E os próprios advogados impedidos de assistir aos seus clientes.



Haydar Kutlu, secretário-geral do Partido Comunista da Turquia e Mihai Sargin, secretário-geral do Partido Operário da Turquia.

Internacional

Expectativa na reunião dos quatro em Nova Iorque

A hora do fecho desta edição ignorava-se ainda qual o resultado da nova ronda de negociações quadripartidas sobre a paz na África Austral, desta feita realizada em Nova Iorque, na ilha do Governador, um reduto inacessível à imprensa.

Como estava previsto, as negociações iniciaram-se na segunda-feira de manhã, prolongando-se até ontem, sob a presidência do norte-americano Chester Crocker, secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos.

A delegação angolana foi dirigida por António dos Santos França, primeiro vice-ministro da Defesa e do Estado-Maior General das FAPLA, integrando ainda o vice-ministro da Defesa, Francisco Magalhães Paiva «Nvunda», o ministro da Justiça, Fernando França Van-Dunem, o vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura e o representante de Angola na ONU, Pedro Pacavira.

A delegação cubana foi dirigida por Carlos Aldana, chefe do Departamento do Comité Central do PCC para a Orientação Revolucionária, e a da África do Sul por Neil Van Heerden, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africanos.

Como se pode ver pela própria composição das delegações, apesar deste encontro ter sido previamente apresentado como de «peritos», é notório o peso da componente político-militar. Este facto, sem pôr em causa a operacionalidade da reunião, cujo objectivo era o de tentar elaborar os princípios básicos de um protocolo de acordo a discutir posteriormente ao mais alto nível entre os representantes dos quatro países, foi considerado como uma medida cautelar a possíveis manobras sul-africanas, no final dos trabalhos.

Recorda-se que na reunião do Cairo a delegação sul-africana procurou boicotar as negociações especulando sobre as «ameaças» representadas pelo avanço das forças angolano-cubanas para regiões mais próximas da fronteira com a Namíbia, ainda que tal se registasse em território angolano.

Neste contexto, admitia-se mesmo que o chefe da delegação angolana, no final dos trabalhos quadripartidos, desse uma conferência de imprensa sobre a situação militar no sul de Angola.

Em qualquer dos casos, não será difícil, a curto prazo, medir o resultado deste novo encontro. A serem atingidos os objectivos propostos, as delegações de alto nível dos EUA, África do Sul, Angola e Cuba voltarão a reunir-se, provavelmente ainda este mês, para debate da proposta de acordo de paz. O que implicará que alguma coisa se terá avançado no calendário para a independência da Namíbia, a retirada das tropas sul-africanas de Angola e o recuo das forças cubanas para norte do paralelo 13.



Jorge Risquet, entre o embaixador cubano e um tradutor da embaixada de Cuba em Lisboa, com Álvaro Cunhal

Relações internacionais do PCP

O camarada Jorge Risquet, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, reuniu a semana passada em Lisboa, na sede da Soeiro Pereira Gomes, com o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal

Jorge Risquet, que dirige a delegação cubana de alto nível às conversações quadripartidas sobre a África Austral, deslocou-se a Portugal para informar as autoridades portuguesas e os dirigentes partidários do resultado das negociações recentemente realizadas no Cairo.

como outros realizados na capital, suscitaram grande interesse, reveladores da aten-

ção com que em Portugal se seguem as transformações em curso na URSS.

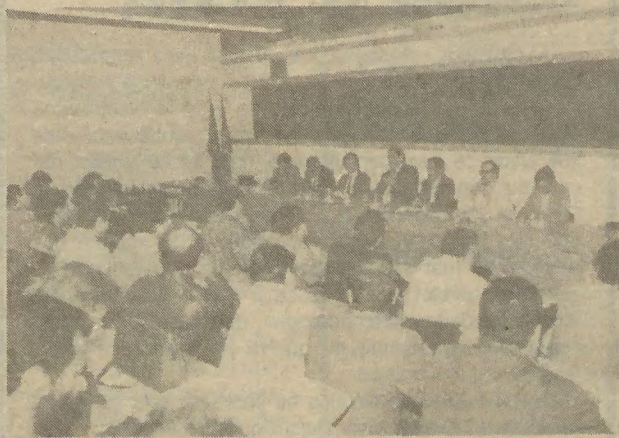


Abel Aganbeguan, acompanhado do embaixador da URSS em Portugal e de um tradutor, com Álvaro Cunhal

Abel Aganbeguan em Lisboa

O académico e economista soviético Abel Aganbeguan, que visitou Portugal a convite do editor do seu livro sobre as reformas económicas da «perestroika», foi recebido pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, na sede da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, onde se encontrou também com economistas comunistas.

Estes encontros, bem



Abel Aganbeguan, no encontro com economistas comunistas

Fraude nas presidenciais mexicanas

A Comissão Nacional de Eleições mexicana anunciou no início da semana a vitória de Carlos Salinas, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), nas eleições presidenciais do passado dia 6, com 47,4 por cento dos votos expressos.

Num ambiente marcado por fortes acusações de fraude eleitoral, ameaças de impugnação do escrutínio e a já tradicional elevada abstenção (que ronda os cinquenta por cento), as eleições presidenciais mexicanas trouxeram de novo à ribalta as incongruências de um sistema que, assente num presidencialismo radical, pretende simultaneamente ser um garante dos mais elementares direitos democráticos.

Recorda-se que o PRI, há sessenta anos no poder, exerce através do presidente eleito o controlo de todo o país. Segundo a Constituição do México, é ao presidente que cabe não apenas designar os ministros, governadores e funcionários do aparelho estatal, como inclusive o seu próprio sucessor.

As fraudes eleitorais — desde a compra dos eleitores à manipulação dos votos entrados nas urnas — têm sido uma constante ao longo das últimas décadas, mas a

sua denúncia assumiu este ano características novas, a que não é estranha, por um lado, a grave situação económica que se vive no país e, por outro lado, a entrada na corrida eleitoral, pela oposição, de um candidato saído do próprio PRI.

Com efeito, o candidato da Frente Nacional Democrática, Cuauhtemoc Cardenas — a quem os resultados oficiais dão 26,7% dos votos — conhece bem os meandros do partido no poder e não hesitou em denunciar a cor-

rupção que preside aos actos eleitorais. Por outro lado, a própria Frente, resultante de uma cisão do PRI, conseguiu congrega à sua volta inúmeros apoios políticos, incluindo o do Partido Socialista, o que lhe deu uma expressão de força nacional, susceptível de se tornar numa alternativa de poder.

Este factor, em conjunto com a situação económica do país, fez tremer pela primeira vez as bases do PRI, cujo candidato — e virtual novo presidente do México — foi forçado a reconhecer publicamente a necessidade de mudanças no país.

Recorde-se que o México se debate actualmente com uma dívida externa que ultrapassa os cem mil milhões de dólares, ou seja, mais de 80 por cento do que produzirá o país durante o corrente ano. Só entre 1982 e 1987, o México pagou 97 mil milhões de dólares de juros da sua dívida, o que se reflectiu muito negativamente nas con-

dições de vida da população: uma inflação galopante, o aumento do desemprego, o enfraquecimento do sector estatal. A mão-de-obra mexicana é uma das mais baratas do mundo, o que faz do país um «paraíso» para as multinacionais.

Não foi certamente por acaso que Salinas, no decorrer da campanha eleitoral, admitiu a necessidade de mudanças no país, prometendo travar a inflação, baixar os preços, criar novos postos de trabalho e elevar o nível de vida da população em geral, ao mesmo tempo que admitia o fim do sistema de partido único.

Em entrevista ao «Le Monde», Salinas afirmou que o escrutínio do passado dia 6 assinalava o «fim do sistema de partido único e, por conseguinte, o reconhecimento do pluralismo democrático», numa consequência «da crise económica dos últimos anos e das transformações sociais por ela provocadas».

O reconhecimento desta realidade, bem como do facto de que «actualmente a população está melhor informada e quer participar mais activamente na vida política nacional», não parece no entanto ter influído no modo fraudulento como decorreu o escrutínio, alvo de múltiplos ataques, incluindo da direita conservadora. O candidato da Acção Nacional, Manuel Clouthier, que segundo a contagem oficial recolheu 20,7 por cento dos votos, ameaçou já com uma campanha de desobediência civil pacífica, como forma de protesto.

Seja qual for o resultado de todo este intrincado processo, o México terá de enfrentar nos próximos anos um sério desafio para procurar ultrapassar os problemas provocados por uma dívida externa que já se tornou insustentável e por um sistema político que não responde à correlação de forças nacionais.

«A morte trágica, por afogamento de 4 cadetes do 1.º ciclo do COM, Mafra, na manhã de 4 de Junho, no decurso dos duríssimos exercícios que realizavam, foi o rastilho que fez deflagrar em revolta aberta o profundo descontentamento que os cadetes de Mafra vinham acumulando.

Ao almoço, os 800 cadetes desta Unidade fazem um levantamento de rancho e, às tentativas do 1.º comandante para os dividir e ilibar o fascismo de toda a responsabilidade na tragédia, respondem acusando: aos gritos de «Fascistas! Assassinos!» abandonam os refeitórios.

Numa reunião realizada a seguir, numa sala ocupada pela força, os cadetes condenam a violência dos exercícios, falta de condições de segurança, o militarismo fascista, a guerra colonial. Reclamam o fim dos fogos reais e dos exercícios perigosos. Os oficiais fascistas tentam impedir que a reunião prossiga, ordenam a evacuação da sala, mas recebidos com vaia e gritos recuam rapidamente, prometem ouvir as reclamações dos cadetes, prometem um inquérito.

Receoso do que poderia suceder durante os funerais, o comando antecipa o fim-de-semana e faz correr que os funerais serão na segunda-feira; entretanto, estes tiveram lugar no sábado.

Se a morte trágica dos 4 cadetes de Mafra é mais uma demonstração da forma sem escrúpulos como o fascismo sacrifica a juventude portuguesa, a decidida reacção dos seus 800 companheiros confirma o amadurecimento de condições para uma decisiva resistência revolucionária a esta política no próprio interior das Forças Armadas.»

(«Mafra — 800 cadetes acusam o fascismo» — «Avante!», VI Série, n.º 431, Julho 1971)

AVANTE!

«O debate em curso na AN fascista sobre a revisão da Constituição, se põe em relevo a diferenciação de opiniões no seio do regime relativamente a métodos de actuação, está a confirmar, de forma clara, o que o PCP repetidamente tem afirmado: Marcelo Caetano e o seu governo não se propõem levar a cabo qualquer processo de «liberalização», «democratização» e «descolonização».

(...)

As tímidas medidas de liberalização preconizadas pelo pequeno grupo de deputados que a si mesmos se intitulam de «minoria» e de «ala liberal» foram repelidos pela assembleia fascista, sob o comando do governo, e os seus autores tratados com rudeza.

(...)

Intervindo directamente no debate, dando ordens à assembleia, impedindo que os projectos desses deputados fossem objecto de discussão na especialidade, o governo não fez senão aquilo que é próprio de um governo fascista: amordaçar as bocas quando estas falam de liberdades, mesmo que se trate de vozes escolhidas pelos próprios órgãos do poder fascista.

(...)

O que se passa confirma o que o PCP previra: o projecto dos deputados não tinha qualquer probabilidade de vingar e a sua apresentação só contribuiu para «criar a falsa ideia de que as liberdades por que o povo português aspira e combate lhe poderão ser dadas, sem luta, por um dos órgãos da opressão». O que se passa não altera o que o CC do nosso Partido preconizou em Maio de 1970: não é o movimento democrático que tem que apoiar as ilusórias palavras «liberalizantes» pronunciadas no campo fascista: «são aqueles que se pronunciam contra a continuação da ditadura fascista que têm que apoiar as reivindicações democráticas».

(«Na Assembleia Nacional fascista» — «Avante!», VI Série, n.º 431, Julho 1971)

ЧТО ТЫ ДАЛ ПЕРЕСТРОЙКЕ?



Perestroika A batalha dos actos concretos

«Que fizeste para a perestroika?» — capa do primeiro número de Julho da revista «Ogonhok», publicação das edições «Pravda» com uma tiragem de 1 800 000 exemplares

Terminada a Conferência o trabalho continua

Terminou a 19.ª Conferência do Partido Comunista da União Soviética. Na imprensa da URSS foram amplamente divulgadas as suas resoluções, onde se faz o balanço dos primeiros três anos de um profundo processo de transformações revolucionárias para corrigir os graves erros cometidos no processo de construção do socialismo, para eliminar deformações que são alheias ao projecto de sociedade que os comunistas e os povos da URSS estão a edificar e para revelar plenamente as potencialidades que tal projecto abre ao progresso do homem e da sociedade.

A Conferência confirmou a justeza da orientação definida no plenário de Abril de 1985 do CC do PCUS e no 27.º Congresso. Embora, como se assinala numa das resoluções, as mudanças se efectuem «**contraditoriamente, de forma complexa, com dificuldades, numa luta entre o velho e o novo**», o balanço é positivo: «**está a ser firmemente aplicada a estratégia de renovação da sociedade soviética e de aceleração do seu desenvolvimento económico e social**», «foi sustido o deslize do país para uma crise

económica e sociopolítica», «**as pessoas acreditaram na reestruturação e manifestam-se pelo seu aprofundamento**», «**a democratização e a transparência alteraram de forma radical a atmosfera social e política**».

A *perestroika* — assinala-se na resolução da Conferência «Sobre a realização das decisões do 27.º Congresso do PCUS e as tarefas para o aprofundamento da reestruturação» — é «**o único caminho possível para o reforço e o desenvolvimento do socialismo, para a resolução no interesse do povo dos problemas que hoje coloca o desenvolvimento social**».

O debate vivo e muito amplo da realidade soviética prossegue agora numa nova etapa: a realização prática das decisões da Conferência. O *bureau* político do CC do PCUS reuniu logo na segunda-feira, dia 4, e avançou precisamente nesta direcção. Para o fim deste mês ficou convocada uma reunião plenária do Comité Central do PCUS; foram distribuídas responsabilidades para o estudo mais pormenorizado e a concretização de propostas feitas na Conferência (nomeadamente sobre a

resolução do problema alimentar, o aumento da produção de artigos de grande procura, o alargamento dos serviços prestados à população, a reforma económica, a construção, o comércio). Foi decidido dar andamento às propostas feitas na Conferência para a construção em Moscovo de um monumento às vítimas das arbitrariedades e da repressão nos anos do culto da personalidade.

O *bureau* político do CC do PCUS — afirma-se na nota divulgada nos órgãos de comunicação social — chamou especialmente a atenção para a necessidade de todos os organismos do partido e do Estado e todas as organizações de massas «**desde já, sem estarem à espera de quaisquer instruções, actuarem decididamente, iniciarem a realização daquelas decisões da Conferência que têm a ver com as aspirações dos soviéticos, com a satisfação de necessidades básicas das populações, com a preocupação em melhorar em todos os sentidos o bem-estar dos trabalhadores**».

Terminou a Conferência. O trabalho, esse, continua, agora com um novo ímpeto. ■



Mais democracia mais socialismo

**19.ª Conferência do PCUS
sobre a democratização e a reforma política**

Juntamente com a reforma económica — e num processo de mútuo estímulo —, a reforma do sistema político tem hoje um lugar de primeiro plano nas transformações revolucionárias em curso na União Soviética; «é precisamente ela que deve abrir novas possibilidades de aprofundamento da reestruturação em todas as áreas da vida social e garantir a sua irreversibilidade» — afirma-se numa das sete resoluções da 19.ª Conferência do PCUS, (às quais já fizemos referência no número anterior do «Avante!»). Vejamos mais pormenorizadamente o que a Conferência decidiu sobre a questão.

«O Estado soviético nasceu como instrumento da ditadura do proletariado e, em determinado estágio do desenvolvimento social, transformou-se em Estado de todo o povo. Agora há que fazer com que a realidade estatal soviética corresponda, em toda a medida, a este conceito, fazer com que todos os assuntos sejam resolvidos pelo povo e pelos seus representantes plenipotenciários, estejam sob o seu controlo total e eficiente.»

Assim abre a resolução «Sobre a democratização da sociedade soviética e a reforma do sistema político», aprovada com duas abstenções no último dia de trabalhos da 19.ª Conferência do PCUS.

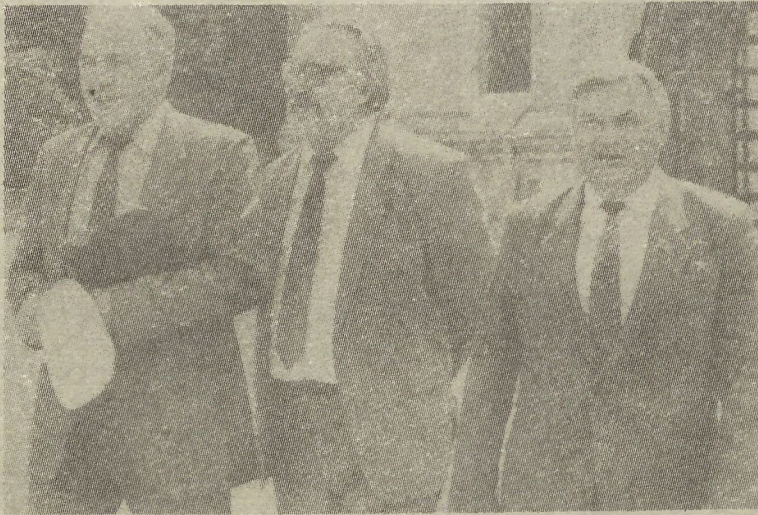
Objetivos

Como tarefas da reforma política a resolução aponta:

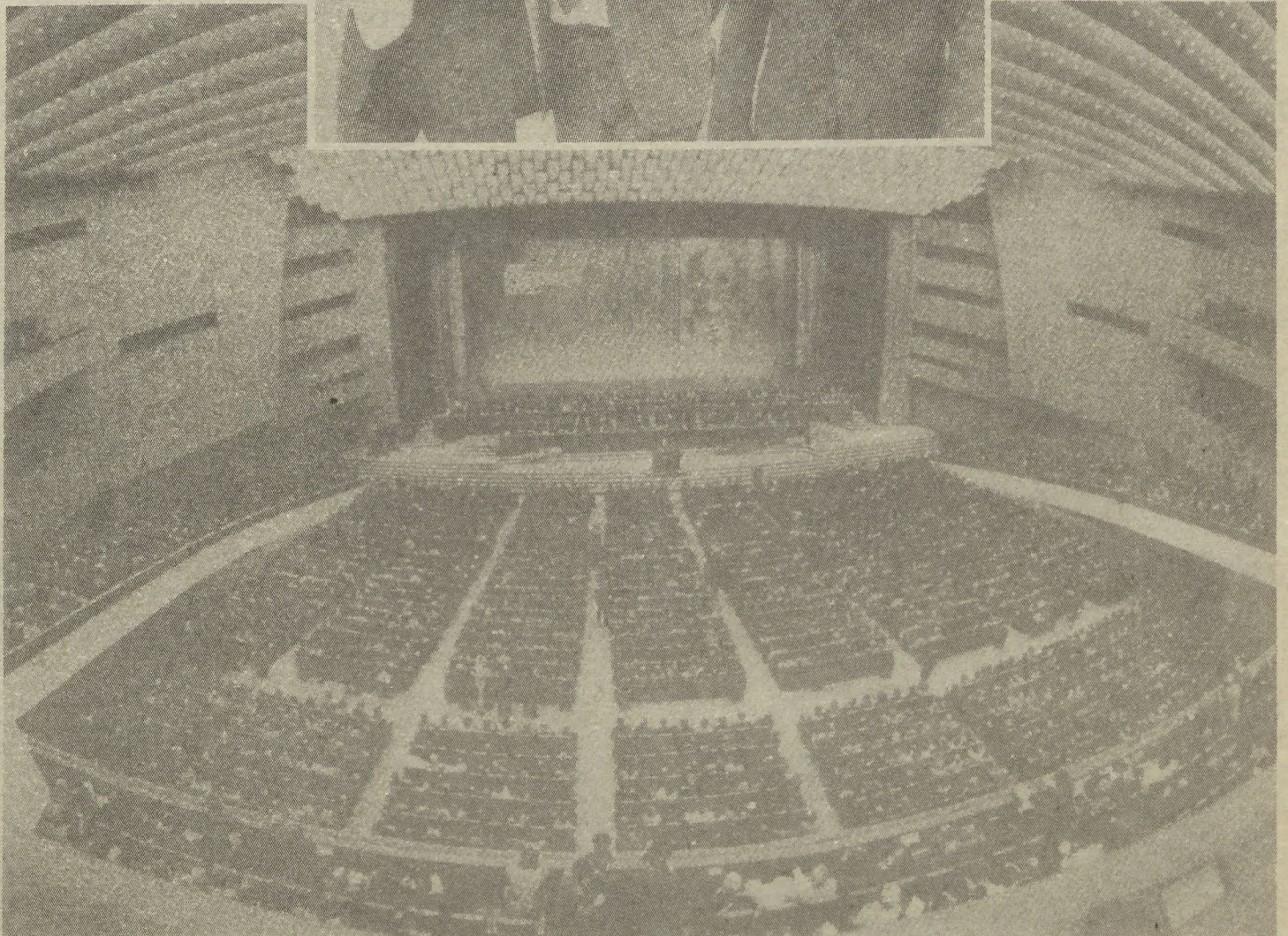
- dar as maiores possibilidades à auto-administração da sociedade, criar condições para o desenvolvimento total da iniciativa dos cidadãos, dos órgãos de poder representativos, das organizações sociais e do partido, dos colectivos de trabalhadores;
- pôr em funcionamento um mecanismo que permita a expressão e formação democráticas dos interesses e da vontade de todas as classes e grupos sociais, a sua conjugação e a sua realização na política interna e externa do Estado soviético;
- garantir condições para prosseguir o desenvolvimento livre de cada nação e etnia, o reforço da sua amizade e da cooperação em pé de igualdade, segundo os princípios do internacionalismo;
- fortalecer radicalmente a legalidade socialista e o direito, de forma a excluir a possibilidade de usurpação do poder e de abusos, lutar eficientemente contra o burocratismo e o formalismo, ter garantias seguras de defesa dos direitos e liberdades constitucionais dos cidadãos, bem como do cumprimento por estes das suas obrigações para com a sociedade e o Estado;
- delimitar claramente as funções dos organismos do partido e do Estado, de acordo com o conceito leninista acerca do papel do partido comunista como vanguarda política da sociedade e do papel do Estado soviético como organização e instrumento do poder do povo;
- criar um mecanismo eficiente que garanta a auto-renovação em devido tempo do sistema político, tendo em conta as alterações que decorrem no país e a nível internacional, e que assegure o desenvolvimento e a aplicação dos princípios da democracia socialista e da autodeterminação em todas as esferas da vida.

Todo o poder aos sovietes

Uma direcção fundamental da reforma política é «garantir todo o po-



Na 19.ª Conferência do PCUS participaram cinco mil delegados, em representação dos 19,5 milhões de comunistas de toda a URSS; pelo Palácio dos Congressos de Moscovo passaram, de 28 de Junho a 1 de Julho, vários milhares de convidados da Conferência, sobretudo moscovitas. Todos reconheciam que havia muitos anos que não se realizava uma reunião tão viva, com um ambiente de tão grande abertura e franqueza



Novas da URSS

Uma novidade

Durante algumas horas não conseguimos fotografar a mais recente novidade da fábrica de veículos especializados de Baku, um modelo experimental de camião-frigorífico, tantos eram os representantes de outras empresas que ali vieram dar uma olhada à máquina de que há muito se falava.

O caminho — que em anos anteriores era muito longo — da ideia até à preparação de um modelo para produção fora percorrido desta vez num período recorde. Os estímulos económicos da autogestão financeira deram os seus frutos.

— Este ano tivemos que pagar multas muito grandes por causa da produção envelhecida — diz o director da fábrica, U. Baguirov. — Antes, isso não nos preocupava muito. Na renovação dos produtos foi o Ministério quem teve a iniciativa. Agora estamos a pagar por durante dez anos não termos modificado um modelo envelhecido. Os economistas da fábrica fizeram contas e chegaram à conclusão que, se não avançássemos com um novo modelo, iríamos pagar no ano que vem cerca de 6 milhões de rublos só em multas. Não nos podíamos dar a esse luxo.

A situação complicava-se ainda por o novo veículo que a fábrica estava a preparar já ter envelhecido enquanto se preparavam os projectos. Os construtores tiveram que deitar mãos, urgentemente, a um modelo mais avançado. O camião-frigorífico que desenharam mereceu do Ministério da Indústria Automóvel da URSS a avaliação máxima.

Na fábrica estão prontos para começar a produzir o novo veículo. Mas por enquanto o Ministério ainda não conseguiu garantir o fornecimento de componentes... A questão discute-se e «trabalha-se» a vários níveis, mas está a levar tanto tempo que também este modelo corre o risco de envelhecer.

(H. Imanov, correspondente da TASS em Baku, para o jornal «Sotsialisticheskaya industriya»)

Soviete de trabalhadores

Pela primeira vez na oficina de locomotivas de Achkhabad foi eleito em assembleia o soviete de trabalhadores. Para presidente foi escolhido A. Rabinovitch, serralheiro conhecido por todos pela sua honestidade, coerência e combatividade.

Os problemas na oficina, durante muito tempo, acumularam-se sem lhes ser dada uma solução adequada, tendo eles a ver sobretudo com as condições de trabalho. As instalações estão degradadas, os equipamentos são velhos, a canalização está avariada.

O presidente do soviete de trabalhadores juntamente com os restantes membros do organismo fazem todos os esforços para alterar a situação, nomeadamente apoiando-se na Lei sobre a Empresa Estatal, que o confere aos operários mais direitos e poder de decisão. Contudo, A. Rabinovitch é claro quando diz que «por vezes temos de entrar em conflito com a administração. Frequentemente, deparamo-nos com ouvidos moucos na direcção. No entanto, conseguimos avançar em algumas questões ligadas ao trabalho e bem-estar dos operários. Como resultado da nossa actividade foi finalmente substituído o aquecimento central do bloco principal da oficina. Sentimos que as pessoas começaram a confiar na eficiência do soviete, várias vêm até nós com problemas vários para que as ajudemos. Somos pela introdução de métodos exclusivamente económicos, pela democratização das relações de produção, matéria em que nem sempre encontramos apoio por parte da administração.

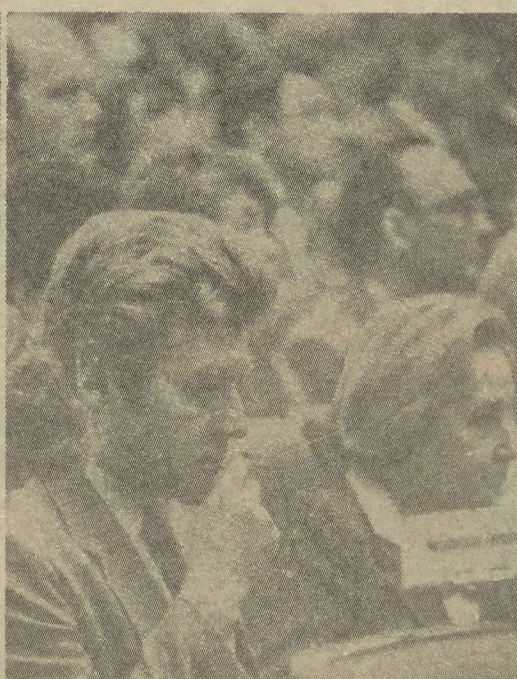
(A. Ribak, correspondente da TASS em Achkhabad para o jornal «Trud»)



Foi constante o grande interesse dos delegados pelas intervenções feitas da tribuna da Conferência. Sucederam-se as réplicas, os comentários, as observações, sem formalismos e para dizer o que realmente ia na alma



Mais de 15 milhões de pessoas intervieram em reuniões do Komsomol durante a discussão das teses do CC do PCUS para a 19.ª Conferência, documento em relação ao qual os jovens comunistas soviéticos fizeram cerca de 216 mil propostas e observações (na foto Vitalina Trifonenko, estudante do Instituto de Tecnologia Química de Moscovo D. I. Mendeleev; com 21 anos, foi a mais jovem delegada da 19.ª Conferência do PCUS)



Novas da URSS

Sovkhozes concorrem com comércio privado

Hoje, nas ruas mais movimentadas de Tallin, capital da Estónia, encontram-se dezenas de quiosques, onde é possível comprar um bonito ramo de flores ao preço de Estado, a qualquer hora do dia e sem bicha.

— Para tanto, refere o director do sovkhöz de floricultura «Leinermann», foi necessário introduzir tecnologias intensivas de cultura de rosas, seleccionar as espécies, estudar e aplicar métodos progressivos de produção, bem como repensar a organização do trabalho, de modo a reduzir ao mínimo os custos de produção. Assim, num prazo bastante curto, tornámo-nos capazes de competir com êxito com os produtores privados. Por outro lado, com a ajuda do poder local, criámos uma verdadeira rede de estabelecimentos em toda a cidade que nos permite realizar rapidamente a produção.

Muitos outros floricultores da região já começaram também a alterar o seu estilo de trabalho. Neste momento, não só estamos à altura de satisfazer totalmente a procura, como pela primeira vez pudemos vender cravos e rosas noutras cidades e repúblicas.

(F. Kaazik, correspondente da TASS em Tallin)

Controlo popular e informação

Apesar do ano agrícola ter sido favorável à cultura de fruta e legumes, os moscovitas não notaram grandes diferenças no abastecimento destes produtos. Uma das razões fundamentais tem a ver com a falta de condições para a sua conservação.

O presidente do Comité do Controlo Popular de Moscovo, E. Dikarev, considera que assuntos sérios exigem um controlo sério. Neste sentido estão a ser criados nos locais de colheita e selecção da produção, bem como, já em Moscovo, junto das organizações de revenda e distribuição, postos de fiscalização, que funcionarão em conjunto de modo a melhorar o panorama nesta área.

A tarefa destes controladores será avaliar a qualidade dos produtos que chegam à capital, as possibilidades de conservação e os prazos da sua comercialização. Atenção especial já está a ser dada às condições de transporte e mecanização.

É igualmente importante que seja dada uma adequada cobertura informativa ao nosso trabalho — adianta E. Dikarev. Pensamos que uma larga divulgação dos resultados das inspecções que realizamos, quer através dos órgãos do Partido, quer em jornais de parede nas empresas do sector e, evidentemente, nos meios de comunicação de massas, dará uma ajuda preciosa na solução deste problema.

(V. Protassov, correspondente da TASS para o jornal «Moskovskaia Pravda»)

Kolkhoz passa a cooperativa de rendeiros

No kolkhoz «Sverdlov» há muito que se falava de uma reestruturação profunda do trabalho. Concretamente, tratava-se de o transformar numa cooperativa de rendeiros, em que as possibilidades de cada trabalhador fossem aproveitadas ao máximo.

Unanimemente, os membros do kolkhoz decidiram proceder imediatamente às transformações, sem esperar mais por orientações «de cima», as quais, na opinião do presidente da actual direcção da cooperativa, «não se esperavam para breve».

Por vontade dos trabalhadores, foi dissolvida a antiga direcção e eleito um novo organismo composto por 17 pessoas. O kolkhoz passou a alugar aos colectivos tractores e os instrumentos agrícolas necessários, responsabilizando-se entretanto pela reparação e substituição das máquinas, dentro das verbas destinadas pelos rendeiros à sua amortização. Os rendeiros vendem as suas colheitas a preços previamente acordados, com base nas normas vigentes em todo o país relativas aos custos de produção. Esta situação impele os agricultores a atingirem altos padrões de qualidade, reduzindo simultaneamente os gastos. A razão é que a diferença entre o preço estabelecido e os custos reais de uma dada colheita funciona para os rendeiros como lucro.

Os resultados já são sensíveis. Por exemplo, o custo de um quintal de carne de porco, em comparação com o ano passado, baixou mais de 40 rublos. O plano semestral de produção de carne foi cumprido em 163 por cento, enquanto o de leite atingiu 121 por cento. De acrescentar que os lucros aumentaram bruscamente, tendo sido acompanhados de uma redução significativa dos custos de produção.

(I. Likhopek, correspondente da TASS em Oriol)

der dos soviets de deputados do povo como base do Estado socialista e da autodeterminação» na URSS. É necessário «reforçar as funções legislativas, de gestão e de controlo dos soviets, passar-lhes a análise e decisão de todas as questões importantes do Estado, da economia e socioculturais, restaurar a posição dirigente dos órgãos eleitos em relação aos executivos e ao seu aparelho».

Ou seja, a política do partido «deve ser posta em prática, antes de mais, através dos órgãos eleitos pelo povo».

Deve ser renovada a forma como está organizado o trabalho dos soviets, alargando as questões de competência exclusiva das assembleias, prevendo a possibilidade de os deputados serem periodicamente dispensados no emprego e partindo do princípio de que cada soviets tem plenas possibilidades de escolher as formas e métodos que melhor correspondam às condições concretas da sua actividade.

Aos soviets locais devem ser garantidas condições, nomeadamente económicas, para que possam resolver autonomamente as questões (como o desenvolvimento económico e o melhoramento das condições de vida da população, a defesa do meio ambiente, etc.) do território que administram, tendo em conta os princípios da auto-administração, do autofinanciamento, da conjugação dos interesses locais com os de toda a União.

Em todos os órgãos de poder local, à excepção dos das aldeias e vilas, devem ser eleitos presidentes com actividade permanente.

Para melhor separar poder legislativo e executivo, os membros dos comités executivos dos soviets, tal como os responsáveis dos seus departamentos, os juizes, procurado-



res, mediadores estatais, não devem poder ser eleitos deputados do respectivo soviete; esta regra — aponta a resolução — deveria ser alargada aos membros do governo e aos responsáveis de departamentos da União e das repúblicas federadas e autónomas.

Não deverá ultrapassar dois mandatos seguidos (de cinco anos cada) o período máximo em que uma pessoa pode ocupar um lugar por eleição, bem como um cargo por nomeação do soviete.

Propõe-se na resolução uma «renovação substancial» do sistema eleitoral, assegurando a possibilidade de apresentação ilimitada de candidaturas, a sua discussão ampla e livre, um número de candidatos superior ao número de mandatos, o respeito estrito dos procedimentos eleitorais democráticos, a prestação regular de contas aos eleitores e a possibilidade de estes destituírem deputados.

A resolução consagra a proposta feita no relatório do CC para que se proceda a uma reestruturação dos órgãos supremos do poder estatal, constituindo um congresso de deputados do povo da URSS — que formará um Soviete Supremo com duas câmaras e elegerá um Presidente do Soviete Supremo.

Outras direcções apontadas na resolução são a descentralização de poderes e funções, de forma a garantir «a máxima iniciativa e autonomia locais», a «simplificação da estrutura e aperfeiçoamento dos méto-

«O homem soviético não deve ser apartado do poder — esta é a questão principal que temos pela frente. Tal separação teve lugar nos anos 30, quando formalmente existiam instituições de poder popular, mas o seu conteúdo real estava amputado. O homem só pode sentir-se responsável perante a sociedade quando sente sobre si o fardo do poder.» (...)

«Não consigo esquecer um programa da televisão em que uma operária têxtil, eleita deputada de um soviete, agradecia ao partido pela confiança que depositara nela. O caso é que a classe operária não precisa de ter a confiança do partido, pelo contrário: o partido é que deve merecer a confiança do povo.»

(Nikolai Bikkenin, director do «Kommunist», revista teórica do PCUS, numa conferência de imprensa sobre a *glasnost*)

dos de trabalho de todo o aparelho estatal», a criação de um sistema unificado de controlo socioestatal, dependente dos órgãos de poder eleitos.

Como «forma de organização do poder político que corresponde totalmente ao socialismo», a resolução considera uma questão de importância primordial a formação de um «Estado socialista de direito».

A reforma do sistema político pressupõe a reestruturação das organizações sociais de massas; ao lado dos sindicatos, do Komsomol, das cooperativas, de organizações de mulheres, de veteranos e outras a resolução refere também como «fenómeno positivo» as muitas associações que têm surgido nos últimos tempos (mais de 40 mil, segundo foi dito numa conferência de imprensa).

«Nas condições do sistema unitário que se formou no nosso país — afirma-se na resolução — a existência de um mecanismo actuante de diálogo livre, de crítica e de auto-avaliação no partido e na sociedade é uma questão de importância vital».

O PCUS entende que devem ser reforçados os direitos sociais dos trabalhadores, «expressão clara das vantagens do sistema socialista»; é importante o alargamento dos direitos políticos e das liberdades individuais — consagrados na Constituição — a realização prática deve ser fixada em legislação própria (por exemplo, em Moscovo falou-se várias vezes da necessidade

Os jornalistas acompanharam os trabalhos da Conferência no Centro de Imprensa, no Boulevard Zúbovski. Aqui se realizaram encontros com delegados, com dirigentes do Estado soviético e do PCUS. Ao princípio da tarde de 1 de Julho já os lugares na sala maior estavam todos ocupados; os profissionais da informação ocuparam ainda o bar, o hall, a sala de trabalho. Depois da transmissão pela TV do discurso de encerramento de Mikhail Gorbachov (foto), realizou-se uma conferência de imprensa com o presidente da comissão de verificação de mandatos da Conferência, Georgui Razumovski (suplente do bureau político e membro do secretariado do CC do PCUS), Anatoli Luklanov (do secretariado do CC) e Iuri Skliárov (chefe da secção de propaganda do CC e responsável do Centro de Imprensa); acabou já depois da uma da madrugada... mas em Portugal ainda não eram onze horas

de uma Lei de Imprensa); entre eles, a resolução refere os direitos do homem à participação na administração, à expressão da sua opinião sobre qualquer assunto, a liberdade de consciência. Estes e demais direitos do homem devem ser firmemente defendidos pela lei.

O PCUS, vanguarda política

O êxito da reforma do sistema político depende de forma determinante do trabalho do PCUS. «A

principal especificidade do momento histórico que estamos a viver — afirma-se na resolução — está em conseguir que, não só pelo conteúdo, mas igualmente pelos métodos de actuação, o PCUS corresponda em toda a medida à concepção leninista do papel dirigente do partido na sociedade».

Antes de mais nada isto exige, como se sublinhou na Conferência, que os comités do partido deixem de substituir na prática os organismos estatais e económicos, que se deixem de tomar decisões partidárias com instruções concretas a estes

organismos e que se respeite o princípio de que o partido leva à prática a sua linha política através dos militantes que trabalham nas diversas áreas da vida da sociedade.

Neste contexto se integra a proposta de recomendar para candidatos ao cargo de presidentes dos sovietes os primeiros-secretários dos respectivos comités do partido.

Assim, devem ser postos de parte os métodos de comando e administrativos. «Precisamente pela capacidade de pôr em prática a linha do partido de outra forma, pelos métodos de trabalho político e orga-



Na sala, nos corredores ou ao ar livre as discussões acaloradas não paravam. A Conferência do PCUS foi o espelho do grande debate político que se trava em toda a URSS e que envolve muitos milhões de soviéticos



«Como entender o pluralismo na vossa sociedade?» — pergunta-se ao centro de imprensa durante um dos encontros com delegados à Conferência. «Quer dizer que uma grande diversidade de pessoas discutem uma grande diversidade de problemas que as preocupam» — respondeu Iuri Tchernitchenko, vice-director da revista «Ogoniok» (na foto entre o director da revista «Znamie», Grigori Baklanov, e o realizador cinematográfico Tengiz Abuladze)



«Glasnost!» — caricatura de M. Belomlinski no «Ogoniok». «Glasnost» significa transparência, abertura informativa, amplo conhecimento público; «No» quer dizer «mas». O que dará, como tradução, mais ou menos isto: «TransMASparência!»

nizativo nas massas, é que se deve avaliar a actividade de cada organização do partido e a maturidade dos funcionários do partido» — sublinha-se na resolução.

O papel de vanguarda do PCUS exige uma profunda democratização da vida partidária. Deve ser retomada em plena medida — diz-se na resolução — o conceito leninista de centralismo democrático: «liberdade de discussão no estádio do debate das questões e unidade na acção

depois de tomadas as decisões pela maioria».

Tem grande importância a democratização da vida nas organizações de base do partido. «Antes de mais nada há que aumentar a sua autonomia, acabando com a regulamentação pormenorizada vinda de cima, reforçar a autoridade dos órgãos eleitos e dos secretários, criar estímulos ao seu trabalho, vencer a passividade de parte dos militantes» — precisa a resolução.

São ainda referidas questões como a admissão de novos membros do partido, a restauração do princípio leninista de discussão e decisão colegial, a necessidade de os órgãos eleitos prestarem contas da sua actividade e de as organizações poderem destituir quem não cumpra as suas tarefas. Em relação à política de quadros, a resolução afirma que a decisão final deve ser determinada pelos resultados das eleições.

Uma questão da maior importância é, para o PCUS e de acordo com a resolução da Conferência sobre democratização e reforma política, o processo eleitoral: «na eleição dos membros e secretários de todos os comités do partido, incluindo o CC do PCUS, deve ser assegurada a ampla discussão das candidaturas e o voto secreto, a possibilidade de incluir nos boletins mais candidatos que o número de mandatos».

Além de um período único de 5 anos para cada mandato nos órgãos eleitos, com realização de conferências cada 2 ou 3 anos em que poderiam ser renovados até 20% dos dirigentes, a Conferência estabeleceu um máximo de dois mandatos seguidos para que um mesmo camarada ocupe um cargo nos organismos de direcção, incluindo o bureau político e o secretário-geral do CC.

A Conferência decidiu ainda criar uma Comissão Central de Controlo (e órgãos correspondentes a nível local).

Tem grande importância a reorganização do aparelho partidário com menores dimensões e maior eficiência no seu trabalho, subordinado e prestando contas aos organismos eleitos.

Ajudam a compreender melhor as tarefas dos comunistas soviéticos no momento actual as palavras do secretário-geral do CC do PCUS no encerramento da 19.ª Conferência sobre o papel do partido:

«Nas condições da democratização, da transparência, da modificação das funções dos comités partidários — disse Mikhail Gorbachov —, a autoridade do partido passará, camaradas, por uma prova séria. Este processo já está em curso. Sejam sinceros: nas condições do sistema de comando e administrativo, quando o aparelho do partido punha e dispunha em todas as questões, frequentemente não era fácil destrinçar onde tinham o comité partidário e o secretário do partido a autêntica autoridade de um líder e onde, no melhor dos casos, tinham a «autoridade do posto» e eram ouvidos apenas por força da necessidade.

Não há dúvida, camaradas, que a *perestroika*, a reforma do sistema político, vão criar uma situação completamente diferente. O papel dirigente do partido nas novas condições dependerá completamente da autoridade real que tem que ser provada todos os dias com acções concretas.»

É essa a batalha principal da *perestroika* neste momento: a batalha das acções concretas. E também aqui, a par das outras medidas em curso, a democratização tem um papel fundamental, ao permitir que o povo assuma completamente o poder e participe de forma decisiva na definição dos destinos do seu país, na construção de uma vida melhor.

As sete resoluções da Conferência, o debate amplo e vivo em curso, a campanha de prestação de contas e eleição de organismos diri-

Novas da URSS

Um advogado ao seu dispor

Consultar um advogado em Moscovo não é tarefa fácil. Os escritórios existentes não têm mãos a medir, sendo necessário esperar longamente para ser atendido. Sobretudo hoje, quando se operam grandes reformas no sistema jurídico, o número de interessados em falar com um entendido aumenta vertiginosamente.

Esta situação foi perfeitamente compreendida por um conjunto de juristas que abriram recentemente um escritório, em regime cooperativo, em Moscovo, o primeiro do género na capital.

Os serviços oferecidos são os habituais, desde o prestar ajuda na solução de processos, à preparação de projectos e documentos que têm de respeitar os requisitos da lei. Em tudo isto a Cooperativa «Konsul» dará uma ajuda inestimável. O seu presidente, M. Jitenov, revelou que os primeiros clientes foram os cafés e outros estabelecimentos cooperativos.

E deixou bem claro que todos os segredos comerciais e da produção serão religiosamente conservados.

(TASS, Moscovo)

Uma mercearia de duas famílias

Uma das mercearias de Ust-Kamenogorsk sofreu recentemente alterações apreciáveis, que se reflectiram antes de mais na quantidade e variedade de produtos disponíveis.

A sua frente estão hoje duas famílias: o ex-metalúrgico Popov e sua mulher e o casal Kotliarov, empregados de balcão.

Este pequeno colectivo começou por fechar contratos de fornecimento com cooperativas e produtores individuais, visando alargar o sortido do estabelecimento. A sua divisa é levar em conta todas aquelas «insignificâncias» que os antigos trabalhadores pura e simplesmente desprezavam. Por exemplo, logo no primeiro mês, apenas em despesas de transporte foram economizados 150 rublos. Agora os veículos são rapidamente descarregados, e só se alugam quando estritamente necessários. Outros pormenores fazem com que esta pequena cooperativa se orgulhe de movimentar um capital 20 por cento superior ao que era habitual anteriormente.

(A. Sotnikov, correspondente da TASS)

No Casaquistão, em coreano, alemão e ostíaco

No final deste ano lectivo deram entrada na Faculdade de Jornalismo da Universidade Estatal do Casaquistão os primeiros pedidos de admissão de estudantes de nacionalidade alemã, ostíaca e coreana. É seu desejo integrar um grupo recém-criado na faculdade com vista a formar quadros para os jornais que saem nas línguas destes povos, assim como para a rádio e televisão. O curso geral será leccionado em russo, estando todavia previstos seminários especiais nas línguas maternais. Há já muito, porém, que se estudam no Casaquistão jornais como, por exemplo, o «Freundschaft», editado em alemão, o «Kommunizm Tugui» em ostíaco, ou ainda o «Lenin Kitchi» que sai em coreano. Podem também ser admitidos nestes cursos estudantes de outras nacionalidades, desde que dominem um dos idiomas acima referidos.

(TASS)



COLÔMBIA

O tempo dos massacres

Na Colômbia, como afirmou um jornal daquele país, vive-se um «tempo de massacres». A violência contra as massas populares, que tem como base o desenvolvimento de uma contra-revolução preventiva conhecida sob a designação geral de «guerra suja», atingiu níveis mais sangrentos e cobardes, massificou-se sem perder o seu carácter selectivo.

Desde há cerca de três anos que as forças políticas de esquerda e o movimento popular vêm sendo submetidos na Colômbia ao flagelo de uma terrível operação de extermínio, amplamente denunciada à escala internacional. Durante este período, o Partido Comunista Colombiano e a União Patriótica viram cair mortalmente cerca de 600 dos seus dirigentes e activistas, entre os quais deputados, responsáveis autárquicos, candidatos.

Não está preso um único responsável por estes crimes, as investigações estão paradas e as que foram levadas a efeito não conduziram a nenhum esclarecimento efectivo. A impunidade apoia e estimula a operação de extermínio.

As forças democráticas colombianas, e em particular o PCC, têm vindo a denunciar que a onda de crimes políticos na Colômbia não apenas continua como entrou numa nova fase: a de matanças colectivas de pessoas indefesas, pelo único facto de serem sindicalistas ou simpatizantes de algum movimento de esquerda.

É com horror que um país já abalado pela estatística das mortes — em 1987 cometeram-se 52,8 homicídios por cada cem mil habitantes, o que coloca a Colômbia em terceiro lugar no mundo pelos índices de violência — regista agora a carnificina dos massacres.

Segundo o PCC, esta nova fase começou com o assalto, em Novembro de 1987, à sede política da Juventude Comunista, em pleno centro da cidade de Medellín, onde um grupo de terroristas metralharam os jovens — todos com menos de 20 anos — que ali se encontravam, provocando cinco mortos e vários feridos.

Os polícias que faziam segurança ao local, na sequência de diversas ameaças anónimas contra os comunistas, haviam-se retirado minutos antes, numa ostensiva atitude de cumplicidade com os criminosos.

De então para cá, a já longa lista das vítimas do terror fascista não parou de crescer.

A guerra suja

A guerra suja que se trava na Colômbia começou num momento

pelos comunistas e apoiada por vastos sectores progressistas por responder a um justo anseio popular.

Esta política, refere o PCC, começou a concretizar-se nos acordos de cessar-fogo e de tréguas subscritos pelo governo do presidente Betancur e pelo movimento guerrilheiro representado nas FARC, inicialmente, e depois pelo M-19 e o EPL. Foi uma política que, explicou pormenorizadamente o Partido Comunista Colombiano, não se desenvolveu até aos seus objectivos finais, devido às vacilações e inconsequências do próprio governo de Betancur e à forte oposição dos círculos oligárquicos e do militarismo.

As forças reacçãoárias impedi-

ram que fossem aprovadas reformas políticas, sociais e económicas indispensáveis para o cumprimento dos acordos, e o governo esteve conivente com elas. Os comandos militares, comprometidos com a estratégia contra-revolucionária traçada pelo imperialismo norte-americano para a região, e apoiada pelos sectores mais reacçãoários das classes dominantes, não só se pronunciaram contra a amnistia como se empenharam em sabotar as tréguas, engendrando provocações contra as forças guerrilheiras que as haviam acatado, e organizaram grupos paramilitares e terroristas para eliminar as personalidades conhecidas e legais da esquerda. Procurou-se desta forma fazer fracassar uma

dos da Colômbia. De referir ainda, como um dos factos políticos mais positivos, a formação da Coordenadora Guerrilheira «Simon Bolívar» (CGSB), que agrupa todas as formações guerrilheiras do país.

Justamente para cortar o avanço das forças democráticas, como denunciou o PCC, foi desencadeada a onda de crimes políticos, de violência militarista. Pretende-se deter o processo unitário, o desenvolvimento das lutas de massas, desorganizar e intimidar o movimento popular.

Trata-se, afinal, de uma contra-revolução preventiva, em que se aplicam os métodos concebidos para os chamados «conflitos de baixa intensidade» pelos estrategas do imperialismo norte-americano.



A violência fascista na Colômbia não consegue impedir a crescente adesão popular à luta pela paz e pelo direito à vida.



política que o imperialismo e os aliados do poder oligárquico consideram inaceitável para os seus interesses e para a sua dominação.

O avanço das forças democráticas

O período de trégua permitiu, no entanto, avançar no caminho da democratização, dando às forças de esquerda, no seu conjunto, uma influência jamais alcançada anteriormente.

É neste contexto que surge a União Patriótica, um movimento democrático em que convergem diversas correntes políticas, a qual conseguiu, em 1986 e 1988, apesar das condições adversas, uma significativa expressão eleitoral.

Foi também criada a Central Unitária de Trabalhadores (CUT), expressão da unidade sindical nacional, que aglutina cerca de 80 por cento dos trabalhadores organiza-

A curto prazo, procurou-se impedir, sem sucesso, que a União Patriótica participasse nas eleições autárquicas que se realizaram pela primeira vez na Colômbia em 13 de Março passado. Vencendo o terror e a falta de garantias, as forças de esquerda mantiveram a sua presença e conseguiram estabelecer alianças a nível local, incluindo com sectores dos partidos tradicionais, que se debatem numa grave crise, ainda que conservando a sua hegemonia absoluta.

A responsabilidade do militarismo

Para as forças democráticas colombianas, a participação dos militares na onda de violência que massacrava o país é evidente. Não apenas pelo facto de ser ostensivo o anticomunismo da hierarquia castrense, a sua adesão a uma ideologia e o comportamento que toma como «inimigo interno» o povo que protesta e as forças de esquerda,

mas também porque foi possível apontar responsabilidades concretas. Acusações a que os militares respondem com um estreito espírito de corpo, acolhendo-se ao foro militar como meio de sabotar as investigações e assegurar a impunidade dos seus homens de mão.

Não é demais lembrar que dois meses depois do presidente da União Patriótica, o jurista Jaime Pardo Leal, ter acusado com nomes militares que participaram em crimes contra dirigentes e activistas da UP, foi ele próprio assassinado. Tal como o foram personalidades defensoras dos direitos humanos, como o médico liberal Hector Abad Gomez, que havia denunciado militares pela violação desses direitos e encabeçado actos públicos de protesto.

O actual governo do presidente Barco, que nada tem feito para o esclarecimento dos assassinatos e o castigo dos responsáveis, torna-se cúmplice desta política de violência militarista e reaccionária. Todavia, recentemente, devido à pressão da opinião pública nacional e internacional, foi forçado a adoptar medidas de ordem judicial e promover investigações cujos resultados, embora diminutos, confirmam as denúncias de que membros das Forças Armadas oficiais e dos organismos de segurança do Estado participaram activamente nos crimes.

O Departamento Administrativo de Segurança (DAS), ligado à presidência, informou recentemente sobre a actuação de militares do Batalhão «Voltigeros», estacionado em Urabá, na matança de operários dessa zona bananeira.

Outro relatório, também recente, do Procurador Geral da Nação, reconhece ter sido estabelecida a participação de militares e polícias em casos de assassinatos, desaparecimentos e torturas de cidadãos, devido à sua militância política. E ainda que negue que na Colômbia existe o «delito de opinião» e afirme, como outros já o fizeram, que se trata de actos individuais e que não registou «vontade institucional» nas Forças Armadas de violar as garantias dos cidadãos, declara «desconcertante» o facto de os crimes ocorrerem em



A luta de massas, dinamizada pelas organizações sindicais e partidos democráticos, mobiliza cada vez mais colombianos na batalha pela democracia e por melhores condições de vida



zonas fortemente militarizadas e dos seus autores os cometerem sem problemas.

Estas revelações, no entanto, provocaram um tal impacto que os próprios comentadores políticos dos jornais identificados com o governo se mostram alarmados com a situa-

ção. Mas as chefias militares persistem, como aconteceu em tantas outras ocasiões, em negar as acusações feitas às Forças Armadas, classificando-as de mentiras e calúnias de uma campanha de descrédito promovida por «forças estranhas» interessadas, internamente e

no exterior, em desprestigiar os militares.

Uma democracia de exportação

O governo do presidente Barco insiste em responder à acusação de

para os partidos da oposição de esquerda.

A realidade, no entanto, é bem diferente. Como denuncia o PCC, o que existe na Colômbia é uma «democracia restrita», oligárquica; um regime de governo partilhado pelos partidos tradicionais da grande burguesia que monopolizam o poder e a direcção do Estado e que durante décadas excluiu a participação dos comunistas, condenando-os a ser «cidadãos de segunda ordem».

O que existe de facto, como alguém já disse, é uma Colômbia com duas Constituições: uma, a escrita, formalmente promulgada, e outra, para uso e abuso dos militares.

Uma «democracia» em que, nos últimos tempos, o Partido Comunista Colombiano e a União Patriótica pagaram o preço das vidas de 600 dos seus melhores militantes, para defender a sua presença na actividade política nacional e o direito de trabalhar na organização, unificação e mobilização das massas populares, sem contar para isso com as garantias suficientes, a nível oficial, para proteger as suas sedes e os seus quadros, permanentemente ameaçados e sistematicamente assassinados.

É esta a «democracia» que existe na Colômbia.

É a denúncia desta «democracia» que as forças democráticas, a nível internacional, têm o dever de denunciar, apoiando a luta do povo colombiano pelo direito à vida, à liberdade, à verdadeira democracia. ■



As duras condições de vida na Colômbia começam bem cedo a fazer-se sentir entre a maioria da população

Horário zero, competência a zero...

Parece mentira, mas não é. Fruto do recente concurso de professores efectivos do Preparatório e Secundário, cujas primeiras listas acabaram por ser retiradas algumas horas depois de afixadas por erros vários, há situações de docentes colocados em estabelecimentos de ensino onde pura e simplesmente já não têm trabalho... Quer dizer: encontram os chamados **horários zero**. Só que, entretanto, noutras escolas **ao lado**, ainda não há professores para essas mesmas disciplinas... É caso para comentar, como se fazia há dias à porta do Ministério da Educação: tal como os **horários zero**, nos gabinetes da 5 de Outubro a competência técnica vai também na mesma escala... Zero!

FP a menos, padrinhos a mais

Depois de tanta demagogia em torno da percentagem de trabalhadores da Função Pública em Portugal, eis que agora, a Comunicação Social, revelando conclusões de um recente estudo, vem

esclarecer que, afinal, a FP não é assim tão numerosa e que em termos de CEE até anda cá por baixo... Descansem. Com os padrinhos, as cunhas, os afilhados, e outras vigarices que por aí se desenvolvem, brevemente o estudo da comissão chefiada por Sousa Franco vai ter de alterar as suas conclusões. Aguardem...

Conveniência...

Mais do que um punhado de declarações, as recentes palavras da vereadora socialista **Paula Costa** à agência Lusa acabam por se transformar numa (mais uma!) história de conveniências. A coisa conta-se em poucas palavras: aquela vereadora na CM de Setúbal vem confirmar publicamente a sua defesa (activa!) da manutenção da coligação PS/PSD naquele Município, «esquecendo-se» naturalmente dum conjunto de factos que a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP tem o grato prazer de lembrar à sr.^a vereadora e aos socialistas da zona sadina:

- Ao fazer tal afirmação a senhora vereadora implicitamente reconhece que o PS não tem um programa para Setúbal, credível e capaz de uma

Pontos Cardeais

apresentação autónoma ao eleitorado;

- A vereadora Paula Costa vem agora claramente confirmar aquilo que o nosso Partido vem dizendo desde 1985, quando pela primeira vez tomou corpo a coligação PS/PSD no concelho de Setúbal — então, como agora, essa aliança não visa a resolução dos problemas das populações e tem o único objectivo de derrotar os comunistas, força política que, com os seus aliados, são a força maioritária em Setúbal, como o provaram as eleições autárquicas de Dezembro de 1985.

- Essa coligação configura um mero negócio de conveniência, arredado de princípios, tendo apenas em conta uma lógica de poder a qualquer preço.

- Essa aliança do PS não é uma aliança qualquer, é uma aliança com o partido do Governo do «Pacote Laboral» e mentor das administrações que, em particular no concelho de Setúbal, levaram aos despedimentos no ex-Entreposto e pretendem

agora despedir mais e mais na Setenave e na Sapeç;

- Certamente muitos socialistas, convictos e sinceros, em Setúbal, dificilmente se identificam com a tomada de posição da vereadora.

Paraíso

A dourada ilha do Porto Santo é agora badalada em certa imprensa porque o Verão está aí e há quem goste (e revelam bom gosto) das suas praias. Só que essa imprensa não sabe ou não quer saber, para depois contar à opinião pública, que o ambiente que caracteriza a vida dos cerca de 4500 habitantes da pequena ilha não é propriamente o dum paraíso. Gente bem colocada na Madeira não está interessada no desenvolvimento turístico, económico e social do Porto Santo. As perseguições políticas e ideológicas, a corrupção, o caciquismo são, entretanto, o pão nosso de cada dia em Porto Santo. Porque não falam destas coisas?

CARLOS ESTÉVÃO



Gazetilha

por Ignotus Sum

Deve ser...

De quando em quando
fala-se em contrabando
mas do graúdo
do contrabando «vale tudo»...

Nestas conexões
dizem que há protecções
e corrupções
no topo da pirâmide. E então?

Então, minha gente,
sabendo como era antigamente,
deve ser isto a «modernização»...

O preço

Vem a notícia aqui da nossa beira
ouve-se em todo o lado
da área financeira:
«Está tudo controlado...»

Explicam com imensa convicção:
«Parámos a inflação!»

Achei a coisa estranha.
Já não cresce o abcesso?
Está bem. Mas qual o preço
que está pagando a Espanha?

Voltam os tubarões:
«Desempregados já são mais de três milhões...»

A burguesia é sempre assim.
Nada de novo.
Resolve as coisas, sim...
...mas à custa do povo...

Mal incurável

As novas mentes de alto salsifré
e que a grande finança tanto adora
dizem que nada é
como já foi outrora...

Segundo a alta roda
«Marx passou de moda
está antiquado
etc. e tal...»

Mas surge de repente o Banco Mundial
inquieto e alarmado
na leitura realista
da actual situação:
«Cuidado, meus senhores, está à vista
a grande recessão...»

Sempre o capitalismo, tão sisudo,
teve mezinhas, rezas, exorcismo
e remédio para tudo
pra tudo — menos para o capitalismo...

O horizonte dele

Guardanapo e bandeja
o lacaio transporta. Liberal,
dá o Governo a cerveja
ao capital...

Não se ponha a pau a gente
e corremos o risco
de vir o Cavaco a dar ao capital
a cerveja, o marisco
e todo o pão e todo o imaginário
até riscar Abril do calendário...

Agenda

Avante!

Ano 58 — Série VII
N.º 759

14 de Julho de 1988

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

XX



festa
Avante!

LOURES • 9, 10 e 11 • SETEMBRO 1988

Sábado

• MÉRTOLA

3.ª Assembleia da Organização Concelhia. A partir das 9.30 no Teatro Marques Duque.

• MONTIJO

Plenário de militantes sobre a situação política e as tarefas do Partido. A partir das 21.00 no Centro de Trabalho do Montijo.

• PORTALEGRE

1.ª Jornadas sobre o desenvolvimento económico e social do distrito de Portalegre promovidas pela Comissão Distrital do PCP. Das 10.00 às 18.00 no Hotel D. João III.

• VIALONGA

Jornada de convívio, com piquenique, promovida pela CDU na mata do Paraíso. A partir das 10.00. Às 17.00, intervenção política pelo camarada Dias Lourenço.

• AMARELEJA

Debate sobre a integração de Portugal

na CEE, com a participação do camarada António Murteira. Às 20.30 na Casa do Povo.

Domingo

• CASTRO VERDE

Assembleia da Organização Concelhia. Como convidado participa o camarada Augusto Carreto.

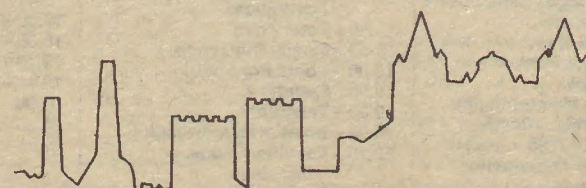
• S. JOÃO DA MADEIRA

Piquenique-convívio na Mizarela, Serra da Freita, organizado pela Comissão Concelhia do PCP. Partida às 9.00 do CT de S. João da Madeira.

• VISEU

Encontro da Organização Concelhia do PCP. Para análise do trabalho de organização desenvolvido nos últimos anos e eleição de uma nova Comissão Concelhia. No salão da Assembleia Municipal de Viseu, a partir das 9.00, com a participação do camarada Carlos Fraião.

1.ª JORNADAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO DISTRITO DE PORTALEGRE



PORTALEGRE

HOTEL D. JOÃO III

SÁBADO - 16 DE JULHO DE 1988

* Os trabalhos serão dirigidos por uma mesa constituída para o efeito, com o seguinte horário de funcionamento:

- das 10 horas às 10,45 horas Abertura
- das 10,45 horas às 13 horas Comunicações
- das 13 às 15 horas Almoço
- das 15 às 16 horas Comunicações e debate
- das 16 às 16,30 horas Intervalo
- das 16,30 às 17,30 horas Continuação do debate
- das 17,30 às 18 horas Encerramento



PROMOVIDAS POR:
COMISSÃO DISTRITAL DE PORTALEGRE DO PCP

Jornadas de trabalho Lisboa dá boleia para construir



Na Quinta do Infantado em Loures já se trabalha na construção da Festa há várias semanas, como temos afirmado aqui nas páginas do «Avante!». Muito se tem feito, mas muito mais há ainda por fazer. E as chuvas que até há bem pouco tempo caíram não ajudaram em nada.

Daí que mãos ao trabalho seja a palavra de ordem. E para que o maior número possível de pessoas possa participar nas jornadas de fim-de-semana, a notícia de que deverá tomar nota:

Por iniciativa da Organização Regional de Lisboa, há transporte assegurado para todos quantos queiram participar na construção da Festa e não possuam meios de transporte próprios (ou os tenham e não os queiram utilizar).

As partidas realizam-se todos os sábados e domingos às 8 e 30 do Vítória em direcção ao terreno, estando assegurado também o transporte de volta ao fim do dia.

E dizem-nos os responsáveis pelos trabalhos na Festa que muita coisa há ainda a fazer. Este fim-de-semana, uma atenção particular será dada às instalações sanitárias, à montagem dos cabos de electricidade e à construção das redes primárias.

Além do mais, ainda há muita mata para limpar, sendo primeiro objectivo agora a zona da várzea onde ficará instalado o Palco 25 de Abril.

Se se julga em condições para estas tarefas, não hesite e aproveite a boleia. Não se esqueça. Às 8 e 30 no Vítória!



FEIXAS, Jan (França) in «Plexus» n.º 5, Revista mensal — Dez./1966/Jan 67

XX

TV O Programa

Quinta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.20 – Telenovela: «Selva de Pedra» (65.º epis.)
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «A Ilha da Fantasia»
14.20 – Série: «Jogos Olímpicos»
14.50 – «The Babys»
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto por Ponto
18.00 – Estúdio 4
20.05 – Boletim Meteorológico
20.20 – Telenovela: «Roque Santeiro» (195.º epis.)
21.15 – Primeiro Andamento
21.50 – Telemundo



22.45 – Série: «Eu, Shirley MacLaine»
23.45 – 24 Horas
00.20 – Remate.

RTP2

14.30 – Série: «Pais e Filhas»
14.55 – Série: «Joana»
15.45 – Série: «Quem Sai aos Seus...»
16.35 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.40 – Série: «O Regresso de Antelope»
18.10 – Série: «Equinócio»
19.05 – Totally Live
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Artes Plásticas
22.05 – Série: «As Teias da Lei»



23.00 – Série: «América, Luta pelos Direitos Civis».

Sexta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.20 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Derrick»
14.20 – Imagens de Arte Portuguesa
14.50 – Peter Tosh
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
18.00 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Escolher Saúde – «Diabetes»
20.35 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.30 – Série: «Histórias Quase Clínicas»
22.30 – Moçambique – Roda Viva
23.05 – Série: «Tribunal de Polícia»
23.25 – 24 Horas
00.10 – Remate
00.30 – Pela Noite Dentro: «Não Cometerás Adultério». Real. Delbert Mann (EUA, 1978).

RTP2

14.30 – Série: «Pais e Filhas»
14.55 – Agora Escolha!
16.25 – Giramundo
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.35 – Série: «Gente de Fora»
18.05 – Série: «Basquetebol Americano»
19.05 – Totally Live
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Clube de Jornalistas



22.10 – Série: «Terra Vermelha»
23.00 – Entre Barreiras
23.30 – Troféu.

Sábado
RTP1

10.00 – Juventude e Família
12.00 – Série: «Operação Open»
13.00 – Notícias
13.10 – Série: «Os Fiscais»
14.00 – Parlamento
16.00 – Sessão da Tarde: «Boa Viagem Charlie Brown»
17.40 – Série: «Allo, Allo»
18.05 – Vivamúsica
19.10 – Sete Folhas
19.45 – Totoloto
20.00 – Jornal de Sábado
21.15 – Boletim Meteorológico
22.00 – My Fair Lady – Encenada em Londres, com a música de Alan Jay Lerner interpretada pela Orquestra Sinfónica de Londres sob a direcção do maestro John Manceri e pela cantora Kiri Te Kanawa
23.10 – Volta a França em Bicicleta
23.25 – Cinema da Meia-Noite: «A Múmia». Real. Terence Fischer (Grã-Bretanha/1959).

RTP2

10.10 – Compacto «Totally Live»
13.05 – Compacto «Selva de Pedra»
16.00 – Troféu
20.00 – Music Box
20.50 – Uma Boa Idela
21.25 – Série: «Albert Schweitzer»
22.10 – Concorde ou Talvez Não
23.35 – O Som da Surpresa.

Domingo
RTP1

10.00 – Juventude e Família
11.15 – Missa
12.05 – 70 x 7
12.30 – TV Rural
13.00 – Notícias
13.10 – Série: «Um País de Floresta»
13.35 – O Mundo da Natureza

14.25 – Primeira Matinée: «O Jogo da Cor». Real. Paul Bogart (EUA/1971)
16.10 – Deixem Passar a Música – Com Fernando Girão
17.10 – Cinema Português: «A Canção da Terra». Real. Jorge Brum do Canto (Portugal/1938)
19.00 – Série: «O Justiciero»
20.00 – Jornal de Domingo
20.30 – Boletim Meteorológico



20.45 – Série: «Acasos de Guerra»
21.50 – Jogos Sem Fronteiras
23.25 – Domingo Desportivo.

RTP2

10.00 – Troféu
13.00 – Music Box
14.00 – Caminhos
14.30 – Novos Horizontes
14.50 – Troféu
18.00 – Série: «5.ª Dimensão»
18.50 – Piano Bar
19.50 – Série: «Quem Sai aos Seus...»
20.15 – Artes e Letras – Gericault
21.30 – Cineclube: «O Último Golpe» («Touchez paz au Grisbi»).

Segunda
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «O Império de Carson»
14.20 – Guimarães, Dia Um de Portugal
14.45 – Concerto – «Concerto n.º 4 para piano e orquestra de Beethoven. Pianista Wilhelm Backhaus, Orq. Sinfónica de Viena, maestro Karl Böhm»
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto por Ponto
18.00 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.10 – Série: «O Sonho do Emigrante»
21.40 – Jogos Sem Fronteiras
23.30 – 24 Horas
00.05 – Remate

RTP2

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»
14.55 – Agora, Escolha!
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela «Helena»
17.35 – Série: «Um Amigo Especial»
18.05 – Histórias Maravilhosas
19.05 – Totally Live
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Teatro: «Heartbreak House» de Bernard Shaw, com Amy Irving, Rosemary Harris, Rex Harrison.

Terça
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Dallas»
14.20 – Série: «Jogos Olímpicos»
14.55 – Jazz
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
18.00 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Vamos Jogar no Totobola

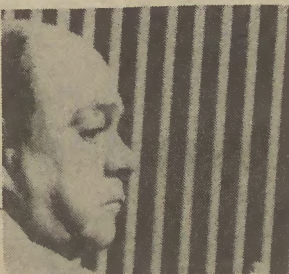


My Fair Lady com Kiri Te Kanawa e Jeremy Irons – sábado à noite na RTP-1

20.35 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.30 – Programa da Direcção de Informação
22.35 – Histórias de Simenon – «O Homem de Londres»
23.40 – 24 Horas
00.15 – Remate

RTP2

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»
14.55 – Dois Dedos de Conversa
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»



17.35 – Série: «Histórias Fantásticas de Ray Bradury»
18.05 – Music Box
19.05 – Totally Live
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Montra de Livros
21.35 – Série: «Lá em Casa Tudo Bem»
22.00 – Cinemadols: «O Rio das Mortes», real. Rainer Werner Fassbinder

Quarta
RTP1

10.00 – Às Dez
12.15 – Telenovela: «Selva de Pedra»
13.00 – Jornal da Tarde
13.30 – Série: «Fama»
14.20 – Série: «Animais»
14.45 – Música rock
15.50 – Brinca Brincando
17.00 – Ponto Por Ponto
18.00 – Estúdio 4
19.30 – Telejornal
20.05 – Boletim Meteorológico
20.15 – Telenovela: «Roque Santeiro»
21.15 – Lotação Esgotada: «O Fabricante de Idolos», real. Taylor Hackford (EUA/1980)
23.30 – 24 Horas
00.05 – Remate

RTP2

14.30 – Série: «Filhos e Filhas»
14.55 – Agora, Escolha!
16.25 – Trinta Minutos Com...
16.55 – Telenovela: «Helena»
17.40 – Série: «A Viagem do Mimi»
18.10 – Série: «Hans na Maior»
19.05 – Totally Live
20.00 – Série: «O Fugitivo»
20.50 – Cem Obras de Arte Portuguesa
21.00 – Jornal das Nove
21.30 – Série: «Joana»
22.25 – Clube de Imprensa
23.10 – Série: «Fantasia e Realidade»

Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**A ACTIVIDADE
E O REFORÇO
DO PARTIDO
TÊM DE SER
UMA PREOCUPAÇÃO
DE TODOS OS
SEUS MEMBROS**

Encontros Nacionais do PCP sobre o Ensino, a Segurança Social e o Poder Local • Encontro do PCP sobre a CEE
A Cimeira de Moscovo • Acerca das ideologias

Julho 1988 • 14.º 193 • Preço 3000

POLITIKA!



O REGRESSO...

Cinema

A selecção

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Beleza do Pecado	—	—	★★	—	★★
B	Império do Sol	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★★
C	A Insustentável Leveza do Ser	—	★★★	★★	★	★
D	Juventude Inquieta	—	★★★★	★★★★	—	—
E	Maurice	—	—	★★★	—	★★★
F	A Mulher que Viveu 2 Vezes	—	★★★★★	★★★★★	—	—
G	O Último Imperador	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
H	West Side Story	—	★★★	★★★★	—	★★★★

Classificação de A a H

A — Real. Zirkio Nikolic — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — Alfa/1 (15.30, 18.30, 21.30, 00.30); Nimas (13.45, 16.15, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Philip Kaufman — Las Vegas (15.00, 18.15, 21.30); Londres (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Francis Ford Coppola — Apolo/70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Lisboa.
 E — Real. James Ivory — Mundial/1 (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 F — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Bernardo Bertolucci — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.
 H — Real. Robert Wise/Jerome Robbins — Tivoli (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.

...e ainda

Música, debates, etc.

Teatro em Almada

Durante mais alguns dias — até segunda-feira próxima — prossegue em Almada o festival anual de teatro, organizado pela 5.ª vez pela Companhia de Teatro de Almada. Os espectáculos, sempre às 22.00, são os seguintes:

— **Tereska**, de Margo Lee Sherman, norte-americana, que é

Cinema

Pela Cinemateca prosseguem alguns ciclos de que merecem destaque esta semana alguns filmes série B; um ciclo de Burt Lancaster que inclui dois notáveis filmes de Visconti (**O Leopardo**, no sábado às 21.30 e **Violência e Paixão**, na terça-feira às 18.30); ainda a projecção de **Citizen Kane** de Orson Welles na terça-feira às 21.30.

Parque das Freiras em Lagos; dia 17 no Teatro Garcia de Resende em Évora; dia 20 no Teatro Cristal em Portalegre; dia 22 no Teatro Luís Todi em Setúbal; dia 23 na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quilmeal; finalmente, no dia 24, no Teatro S. Luís em Lisboa.

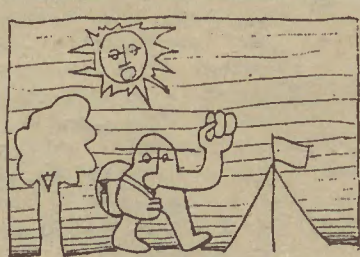
Todos os espectáculos têm início às 21.30, com excepção do de Lisboa, marcado para as 16.00.

O Ballet Gulbenkian apresenta-se, entretanto, nos últimos espectáculos com o programa «Jovens Coreógrafos», recém-estreado: hoje, dia 14, às 18.30; dia 15 às 21.30; dia 16 às 16.00 e 21.30. Sempre no Grande Auditório da Gulbenkian.

convívio anual (aliás com tradições) no Palácio da Rainha na Azambuja.

Além das petisqueiras de que a gente da beira-rio sempre se faz acompanhar, há um concurso de pes-

ca, tiro ao alvo e aos pratos, chinquillo e outros jogos populares, «boa música» para dançar. E amizade e alegria, que os camaradas garantem a seja quem for que apareça por bem...



Acampamento jovem em Porto Covo

No último «Avante!» já falámos do acampamento nacional da Juventude Comunista Portuguesa (organização do Secundário) marcado para o período de 23 a 29 deste quente mês de Julho, em Porto Covo — praia do Pessegueiro. O ponto de encontro será no Terreiro do Paço, na estação dos barcos para o Barreiro, às 7 horas da manhã. A ideia é estar do lado de lá do Tejo para o comboio das 9 horas. Preços das passagens: 1300 escudos. A organização do acampamento promete actividades desportivas, teatro, música e as surpresas de um belo convívio. Participa!

Música

Assinalável só Milton Nascimento, que vai estar em Portugal para dois espectáculos: terça-feira, dia 19, no Campo Pequeno em Lisboa, quarta-feira, dia 20, no Coliseu do Porto.

Em Lisboa, bilhetes de 1000\$00 a 3200\$00.

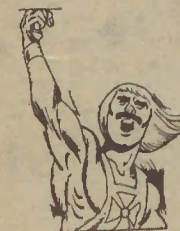
Convívio Tudor

Particularmente convidativa neste fim-de-semana é a iniciativa da célula da Tudor em Castanheira do Ribatejo, que faz o seu



Bailado

Para amanhã está anunciado o começo da digressão que um grupo de vinte bailarinos do Teatro de Ópera e Ballet da Tartária/URSS vem fazer no sul do País. Com um repertório clássico e contemporâneo em que se destaca a dança tradicional tártara, o grupo apresenta-se nos seguinte espectáculos: **amanhã**, dia 15, no Auditório Municipal de Portimão; dia 16 no Auditório do



— **O Médico à Força**, de Molière, pelo TAS — sábado;
 — **M. o Moderado**, de Adamov, pelo Centro Cultural de Évora — domingo;
 — **Deus os Fez, Deus os Juntou**, de Tchekov, por Mário Viegas/Manuela de Freitas — segunda-feira, a encerrar o Festival.

Tempo

Fim de Semana



Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o fim-de-semana.

Em todo o país, céu geralmente pouco nublado ou limpo, com nortadas para o fim da tarde. No litoral a norte do cabo carvoeiro, neblinas matinais.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuleiros, R. Poiais de S. Bento, 75-B. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Lisboa Monumental**, de Fialho de Almeida, enc. Silvína Pereira, pelo Grupo Malzum.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **Deus os Fez, Deus os Juntou**, teatralização de quatro contos de Tchekov. Interpr. Manuela de Freitas, Mário Viegas.

Espaço CESL, R. Almirante Barroso, 3. De

4.ª a sáb. às 21.45, sáb. e dom. às 17.00. **O Quebra-Mar**, de Steven Berkoff, encenação de Durval Lucena.

Ritz Clube De 3.ª a Sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Baile**, adaptação e encenação de Helder Costa, pelo Grupo A Barraca.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45; dom. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **Olha a Bolsa ó Zé**, de César de Oliveira/H. Santana/Gonçalves Preto, enc. de Paulo César.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **A Rua**, de Jim Cartwright, enc. de João Lourenço, pelo **Novo Grupo** (Até 17/7).

Teatro Ibérico, R. Xabregas. De 3.ª a sáb. às 21.30, com. às 17.00. **Os Velhos Não Devem Namorar**, de Alfonso Daniel Castellón, enc. Blanco Gil, pelo **Teatro Ibérico**.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. Sala Garrett — De 3.ª a sáb. às 21.30; sáb. e dom. também às 16.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de D. Fran-

cisco Manuel de Melo, enc. Varela Silva. Sala Gil Vicente. De 3.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **Crimes do Coração**, de Beth Henley, enc. João Canijo, pela Comp. de Teatro Luzes.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Criada para Todo o Serviço**, enc. Armando Cortez.

• ALMADA

Festival de Teatro de Almada, (v. E Aind...).

Exposições

• LISBOA

António Melão — Fotografias sobre o Japão. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17.2.º Dt.º. As 3.ª e 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 29/7).

«Arte High-Tech em Questão» — técnicas várias. De E. M. de Melo e Castro, Cecília Melo e Castro, Pedro Barbosa, Silvestre Pestana, Clara Meneses, Eduardo Kac. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00, sáb. e dom. das 16.00 às 19.00 (até 30/7).

Colectiva de escultura (Croft, Miguel Branco, Alberto Carneiro, Graça Costa Cabral, Xana). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

Colectiva de pintura (Leonel Moura, Carita Reis, Julião Sarmento, Fernando Calhau, Pedro Proença). Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 30/7).

A Companhia Rey Colaço/Robles Montiel. — Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.

Costa Pinheiro Tapeçaria, pintura. Gal. Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 31/7).

Filipe Rocha da Silva — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença, R. Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00.

Gil Teixeira Lopes Pintura e escultura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só de manhã (até 31/7).

Gonçalo Ruivo — Pintura. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 19.30 (até 14/7).

Hein Senke Pintura. Gal. S. Mamede, Rua Escola Politécnica, 161. De 3.ª a 6.ª das 10.30 às 13.30, e das 15.00 às 19.00, ao sáb. só à tarde (até 30/7).

«Imagens de Nossa Senhora». Mosteiro dos Jerónimos (Refeitório). De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30.

Isabel Augusta — Pintura. Espaço Poligrupo-Renascença. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 30/7).

João Moniz — Pintura. Loja de Desenho, R. Academia das Ciências, 2-B. De 3.ª a sáb.

das 15.00 às 19.30 (até 16/7).

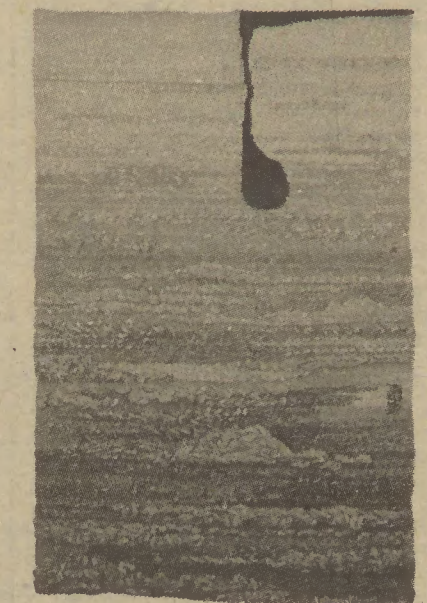
Jorge Martins — Desenhos. Gal. de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30. (até 14/8).

Lino António — Pintura. Gal. de Arte dos CTT, Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 11.00 às 13.30 e das 14.30 às 19.00.

Luis Lemos — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede a Caldas, 9. 1.º. De 3.ª a 6.ª, das 17.00 às 20.00, sáb. das 15.00 às 20.00 (até 20/7).

Mário Rita — Desenho. Gal. S. Bento, R. Machadinho, 1. De 3.ª a sáb. das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00, 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 16/7).

«Na Rota dos Navegadores Portugueses» — fotografias de Michael Teague (Inglaterra). Fundação Gulbenkian — Zona dos Congressos. A 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00.



Tapeçarias de Maria Antónia Santos na Árvore

17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30.

Nuno Siqueira — Pintura recente. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 (até 30/7).

O Ouro e a história pré-colombiana — Esculturas, joias, objectos de culto. Galeria das Exposições Temporárias do Museu Gulbenkian. 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30; 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00 (até 15/7).

Paula Rito, Isabel Tavares, Paula Carreira — Desenho e pintura. Gal. Voz do Operário, R. da Voz do Operário. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 e



António Carmo entre os pintores e escultores presentes na exposição inaugural da Galeria Municipal de V. F. Xira

das 20.00 às 22.00; sáb. das 15.00 às 19.00 (até 28/7).

Paulo Cunha Pintura. Gal. Restauração, Av. Guerra Junqueiro, 18-C. De 2.ª a sáb. das 09.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 16/7).

Verónica Nel — Pintura. Gal. St.ª Justa, R. Santa Justa, 93-2.º. De 2.ª a 6.ª das 15.00 às 20.00 (até 28/7).

Vieira da Silva — Pintura (80 obras de várias colecções). Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 31/8).

777. De 2.ª a sáb. das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00.

Nikias Shapinakis — Pintura e desenho. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 18/7).

Patrícia Garrido — Pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 16.00 às 20.00 (até 30/7).

Paula Rego — Pintura (retrospectiva). Casa de Serralves. R. de Serralves, 997. De 3.ª a dom. das 15.00 às 19.00 (até 31/8).

• OUTRAS LOCALIDADES

Rogério Ribeiro — Pintura 1957-1987. Gal. Municipal de Arte. Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-B. De 3.ª a dom. das 15.00 às 22.00 (até 17/7). ALMADA.

Alfredo Garcia Revuelta (Espanha) — Pintura e escultura. Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

Luís Camacho — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 26/7). COLARES.

Velloso Salgado — Pintura. Gal. de Colares, R. Fria, 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 7/8). COLARES.

José de Guimarães — Pintura e escultura. Convento dos Capuchos (até 20/8) COSTA DA CAPARICA.

Aníbal Falcato Alves — Colagens. Galeria Municipal. ESTREMOZ.

Fernando Pinheiro — Pintura. Casa Museu Álvaro de Campos. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00. TAVIRA

Arte Portuguesa Contemporânea — Exposição inaugural da Gal. Municipal de Vila Franca de Xira: pintura e escultura de Álvaro Perdigão, António Carmo, António Trindade, Carlos Calvet, Helder Baptista, Hilário Teixeira Lopes, Isabel Sabino, João Duarte, Jorge Pinheiro, Maria João Franco, Nelson Dias, Rocha de Sousa, Rogério Amaral, Rogério Ribeiro, Virgílio Domingos. VILA FRANCA DE XIRA.

a TV

Jornal de Sábado é telejornal mais alargado. Lá pelo sítio, é tudo à larga. A propaganda de Cavaco Silva atingiu a euforia. Por si ou por interposta pessoa ocupou avassaladora porção do território. Sem contar com os «simpáticos» rostos de Cadilhe, da Leonor Beleza, do secretário Faria de Oliveira. E viva o critério!

Pois dentro do tal critério o dito cujo lá teve a presença do PSD, do PS (duas vezes...) e do CDS. Um deputado do PS conversou amavelmente com o secretário do Tesouro, Vítor Constâncio ficou no «boneco» com alguns empresários do Norte, Freitas do Amaral em reunião com alguns dos seus (ainda) autarcas.

Quanto ao PCP...

A RTP esforça-se por fazer vingar o seguinte silogismo: Só existe aquilo de que a Televisão fala; a Televisão não fala do PCP; logo, o PCP não existe...

Felizmente, a realidade é bem outra. O PCP está vivo e cada vez mais vivo. Prova dessa vitalidade é a **Festa da Alegria**, em Braga.

Aposto com quem quiser: nenhum partido é capaz de, usando estruturas próprias, levantar uma festa como aquela com as suas diversas componentes — educativa, cultural, recreativa, política.

Pois a Televisão acha que isso não tem grande importância...

★

Quando se trata de iniciativas do PCP, a informação na RTP trabalha sempre **a posteriore**, apenas diz (quando diz...) que se realizou, nunca que se vai realizar, ou que está a decorrer. Para não promover, claro...

A Festa da Alegria apenas viria a ser nomeada, brevemente no **Jornal de Domingo**. Álvaro Cunhal discursa, mas não ouvimos sequer uma palavra sua em directo: a voz off é que nos diz algumas coisas que ele disse. Por vezes em condições que contradizem a objectividade como se pode ver neste passo: (Álvaro Cunhal censurou o PS) «**por este recusar o entendimento com as forças democráticas, entenda-se com o PCP**»...

...E depois, quando se fala em campanha contra o PCP há quem, superiormente, encolha os ombros...

A propósito da privatização da UNICER e do Totta & Açores, o **Jornal de Sábado** foi ouvir o secretário do Tesouro e... um deputado do PS.

Foi uma conversa tão triste...

Mandaria a lógica mais elementar que, num «frente a frente» como era aquele, se encontrassem dois pensamentos, dois conceitos opostos. Ou há antagonismo ou há compadrio. Se não, mudem o «frente a frente» para «conversa de café». Com umas cervejinhas e uns tremoços, fica a matar...

A coisa foi tão escandalosa que o próprio moderador exclamou voltando-se para o representante do PS, quando se falava das privatizações:

— **Mas afinal, não estão assim tão distantes como isso...** Repito uma: tristeza.

★

A certa altura, o secretário do Tesouro referia-se ao deputado do PS, dizendo, para fazer valer os benefícios da «modernização» à la moda de Cavaco:

— **Deve saber isso, pois ele próprio é um empresário.**

Daí a pouco, o deputado corrigiria:

— **Não sou empresário sou gestor...**

Empresário, não. Gestor sim. De qualquer forma, deputado. Tudo bem explicadinho...

★

É curioso verificar a frequência com que Vítor Constâncio aparece no telejornal. Eu ia escrever aparece todos os dias. Hesitei. Enfim, pode falhar um dia ou outro...

Ele é a personalidade política em segundo lugar, telejornalmente falando, logo a seguir a Cavaco Silva.

Se está certo o princípio segundo o qual em política nada acontece por acaso, o que dá que pensar. Estaremos diante de qualquer teletordelias?

Propaganda na TV já será moeda de troca?...

Cavaco deslocou-se ao Alentejo com uma câmara do telejornal atrás dele. Eu se fosse a Constâncio, protestava, a câmara que lhe deram é mais pequena...

O discurso do Cavaco é propaganda, nada mais que propaganda e da pior qualidade. Assim: «Não queremos o Alentejo conduzido ao sabor dos interesses político-partidários, mas sim ao sabor dos interesses dos alentejanos...»

Em sucessivas eleições, os alentejanos votaram maciçamente na Reforma Agrária. Donde se conclui que o Primeiro-Ministro é mais papista que o Papa...

Outra imagem mostrou-nos Cavaco a colocar um tijolo numa construção. Trolha aí está. Quem sabe se não será esse o seu futuro?

Sim, a julgar pela serventia que ele está a dar aos latifundiários...

★

Freitas do Amaral na reunião do acolhedor gabinetezinho do Caldas.

Queixa-se de que o PSD anda a fazer namoro aos autarcas do CDS e, quanto à estratégia do seu partido nas autárquicas, é bem clara: coligações, sim, mas só para derrotar os comunistas...

Apanha-se mais depressa um mentiroso do que um coxo. Passam a vida a gritar que o PCP não tem força nenhuma — e depois de vários quadrantes, surgem apetites de coligação para o derrotarem...

Quem é que vai entrar no jogo sujo?

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Serena e discreta, a chamada grande imprensa não se deixa abalar pelos evidentes acções subversivas do governo contra o nosso regime democrático constitucional. As opiniões e paixões de tudo o que é cronista de semanário incendeiam-se no caso Savimbi — e quase tudo o resto é «o governo que cumpre o seu programa» e «aplica as leis da CEE»...

• «A conferência de Imprensa do presidente do FC do Porto constituiu, na semana passada, um acontecimento económico nacional. Pinto da Costa levantou um pouco do véu — tentacular e obscuro — que cobre os salários reais dos futebolistas. Disse Pinto da Costa que Rui Águas saiu do Benfica porque ganhava uns modestos 350 contos por mês, enquanto outras «estrelas» de menor fulgor na Luz recebiam seis ou sete vezes mais. Supõe-se que — generoso e justo como é Pinto da Costa — o bom do Rui Águas vá auferir no Porto pelo menos o mesmo que os jogadores mais bem pagos do Benfica, ou seja, qualquer coisa como 2500 contos por mês. Mais coisa menos coisa, estes valores deverão servir para que o severo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais possa calcular uma média a verificar que os rendimentos dos futebolistas estão um pouco acima dos salários (quase) mínimos nacionais da maioria dos trabalhadores por conta de outrem, a quem o fisco não perdoa e a quem — no caso de evasão ou falta de pagamento — Oliveira e Costa ameaça com penhora ou mesmo com prisão...»

(«Diário de Notícias», 11. Julho)

«Neste Verão instável, o nervosismo, a emoção a adesão e a curiosidade estão a virar-se para o futebol e não para a política. Talvez porque a questão que realmente interessa (e é a questão do Poder) se está a definir com muito mais intensidade no Mundo do Futebol do que no Mundo da Política. Talvez porque nesta conjuntura as cordas profundas que tocam as almas portuguesas estejam a ser mexidas pelos dirigentes desportivos que combatem pelas vitórias com uma energia que os políticos já não revelam. O que talvez abone em favor dos dirigentes políticos desinteressados dos seus apoiantes.

(«Semanário», 9. Julho)

Nós e os dragões

• «A redutora visão economicista da sociedade vai perdendo terreno em influentes meios internacionais, porque se chegou à conclusão de que o planeamento económico não pode substituir a problemática social, a qualidade de vida, a dignidade de todos os cidadãos.

Se os bons resultados de uma economia assumem importância decisiva, incumbe ter em conta como são distribuídos os «dividendos», no quadro

da população e como foi repartido, ou imposto, o esforço imprescindível para se chegar a tal êxito.

Isto quer dizer que se deve estar prevenido contra a tentação de supervalorizar a «linguagem dos cifrões», isolando-a dos indicadores relacionados com as restantes expressões do comportamento de um país.

E é nesta perspectiva que suscita dúvidas a notícia de que o Ministério da Indústria e Energia, a propósito do PEDIP (Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) defende a utilização do «modelo dos pequenos países asiáticos prósperos» na nossa estratégia de desenvolvimento económico e social. Os territórios a que se refere, classificados de «os quatro dragões» daquela parte do mundo, são a Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong.

De facto, os seus índices de crescimento económico têm sido notáveis e o respectivo grau de competitividade começou a merecer especiais atenções noutras zonas do globo, na medida em que os quatro se inscreveram num espectro de potenciais ameaças a vasto leque de outras economias. De tal maneira que se admitiu a eventualidade de um desvio do eixo liderante da situação mundial na matéria em causa.

No entanto, os «dragões» citados tiveram de recorrer à exploração, quase que levada ao extremo, das forças do trabalho, onde cada elemento surge transformado praticamente numa peça de complexa engrenagem. No caso de Taiwan, considera-se como um dado adquirido que essa realidade adveio de uma opção do próprio povo, o qual se mobilizou para, através de grandes sacrifícios num determinado espaço de tempo, assegurar um «enorme empurrão» no sector produtivo. Noutros casos, não houve esse tipo de adesão, mas variadas formas de imposição.

De qualquer modo, as questões económicas e sociais asiáticas são muito diferentes das europeias, e cabe sublinhar que a CEE, se progrediu bastante em termos de mercado, num processo difícil e com fases dramáticas, manifesta hoje acentuada preocupação quanto à componente social. Porque não haverá desenvolvimento sem a articulação das duas vertentes. Com efeito, a mentalidade moderna só entende o desenvolvimento desde que seja colocado ao serviço de todos os cidadãos. Mais uma vez vêm à superfície os ideais por que se bateu Jean Monnet.

Na execução do PEDIP (e

outros programas) é necessário não perder de vista este princípio, até pelas simples razões de que, no fundo, representam um imperativo comunitário.»

(«Diário de Notícias», 11 Julho)

Sem surpresas

• «Vai ser preciso esperar ainda muito tempo antes que se consiga ter uma ideia clara dos efeitos do processo de privatização de uma parte significativa do património do Estado, esta semana formalmente iniciado com o anúncio da venda de 49 por cento da Unicer e do Banco Totta & Açores. Há muito adquirida a ideia de que a atribuição à iniciativa privada de algumas alavancas da economia seria uma consequência natural — e inevitável — do processo político decorrente da opção, sem margem para dúvidas, de um modelo de democracia que não precisa de adjectivos para se afirmar, pode dizer-se que o caminho agora formalmente iniciado não surpreende nem sequer o mais distraído dos cidadãos. Estava «escrito» que assim seria: só faltava saber quando.

★

★

Um ano depois de prometido, na última campanha eleitoral, pelo partido que hoje é suporte do primeiro governo de maioria formado em Portugal, desde a restauração da democracia, o passo agora dado no sentido da diminuição do peso do Estado na economia só não é mais largo porque a isso se opõe o texto constitucional. Curiosamente — ou apenas por coincidência? —, o anúncio da concretização deste «primeiro passo» surge uma escassa semana depois do primeiro encontro a sós de Aníbal Cavaco Silva, na qualidade de presidente do partido governamental (o que não quer dizer que o primeiro-ministro não tenha «assistido» à conversa...), com Vítor Constâncio, secretário-geral do maior partido da Oposição. Terá sido a medida apreciada, nessa ocasião — e, se sim, em que sentido se pronunciou o líder do PS?

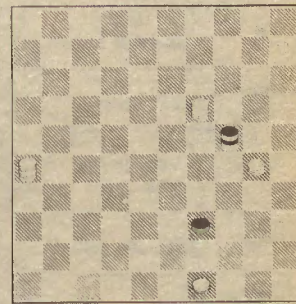
Provavelmente, o «pacto de silêncio» que os dois homens adoptaram, relativamente às matérias tratadas no encontro, obviará a que se saiba se o assunto foi abordado, nalgum momento da reunião. Contudo, tratando-se de uma questão vital da revisão constitucional em perspectiva, não custa admitir a hipótese afirmativa: mais ousado seria afirmar que nem o primeiro-ministro sentiu necessidade de colocar a questão na mesa das negociações, nem o principal responsável do Partido Socialista, por formação particularmente sensibilizado para os assuntos político-económicos, se preocupou em abordá-la.»

(«O Jornal», 8 Julho)

Damas

CLXII — 14 de Julho de 1988
Proposição N.º 162
Por: Louis Dalman
— Nîmes (F.), 1942

Pr.: [2]: (24)-39

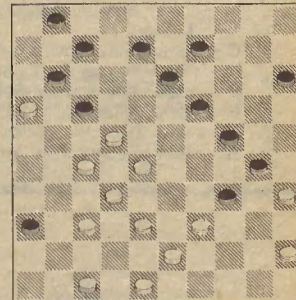


Br.: [4]: (19)-(26)-30-49

Jogam as brancas e ganham

Golpe/Problema N.º 162
Por: A. Miedema
— Londres, 1947

Pr.: [13] 1-7-8-9-11-13-15-17-19-24-30-34-36



Br.: [13]: 16-22-27-28-32-35-37-38-39-43-45-46-47

As brancas jogam e ganham

Soluções do N.º CLXII

N.º 162 (L. D.): 19-23 (24x35); 23-34 (39x30); 26-12+

Golpe/Problema N.º 162 (A. M.): 47-41 (36x47); 45-40 (47x44...); 40x20 (15x24); 43-39 (44x33); 28x39 (17x28); 32x12 (7x18); 16x7 (1x12); 39-34 (30x39); 48-43 (39x48); 35-30 (48x22); 30x28+

A. de M. M.

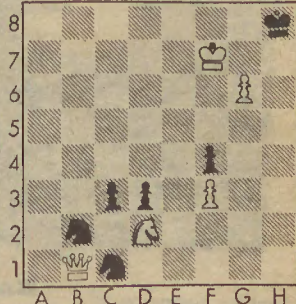
Xadrez

CLXII — 14 de Julho de 1988
Proposição N.º 162

Por: Dorokhov — Palant

— 1966

Pr.: [6]: Ps. c3, d3, f4-Cs. b2, g1-Rh8



Br.: [5]: Ps. f3, g6-Cd2-Db1-Rf7
Mate em dois lances

Jogo N.º 162

Wijk aan Zee II, 1988

Br.: Lukacs

Pr.: Krmic

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, c5; 4. d5, e4d5; 5. c4d5; 6. Cc3, g6; 7. Cd2, Bg7; 8. d6, 0-0; 9. Bc2, Te8; 10. 0-0, Cdb7; 11. a4, Cc5; 12. Ta3, g5; 13. Dc2, a6; 14. a5, Tb8; 15. Cd1, Cg6; 16. Cc3, Cf4; 17. Bd1, b5; 18. a-b6, T-b6; 19. f3, Ceh5; 20. Cd4, Tb5; 21. Rh1, Bd4; 22. g3, Ch3; 23. Dg2, Cg7; 24. Cg4, h5; 25. Ch6+, Rf8; 26. f4, g4; 27. f5, Df6; 28. B:d4, Cf2+; 29. T:f2,B:f2 30. Bc2, Bd4; 31. Bf4, Td8; 32. g4, Dh4; 33. Ta1, Cc6; 34. g-h5, Bg7; 35. Bg5, D:g5; 36. D:g5, Td7; 37. Cg4 e abandonam as pretas.

Solução do N.º 162

Chave: 1. Cc4! blocus!

1. ... d2; 2. g7++

1. ... Cb joga; 2. Db8++

1. ... Cc joga; 2. Dh1++

1. ... Pc joga; 2. D: b2++

A. de M. M.

na festa!

LOURES • 9, 10, E 11 SETEMBRO

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 1
14 de Julho de 1988

Não pode ser vendido
separadamente



na

(XII) festa
Avante!

com

duas dezenas
de acompanhantes

Mory Kanté

Foi já anunciado — e corresponde à verdade: uma das presenças fortes dos espectáculos da Festa do «Avante!» de 1988 é a música africana.

Não será a primeira vez que artistas do continente africano se apresentam nos palcos da Festa. Logo em 1977, na primeira Festa do Jamor, Miriam Makeba marcou com a sua apresentação um dos mais altos momentos de espectáculo vistos em Portugal. Em 1979, no primeiro ano da Ajuda, seria a vez do percussionista Julian Bahula e do seu grupo Jabula, uma formação pioneira da luta anti-apartheid e da divulgação na Europa da música urbana negra da África do Sul. Em 1982, gravemente prejudicado por um vento que prenunciava a chuvada que no dia seguinte se abateria sobre Monsanto, o sax Manu Dibango dava contudo uma ideia dos motivos por que é considerado um dos mais criativos músicos da África Ocidental.

De Angola pudemos já ver e ouvir os Merengues e os Kitushi; de Cabo Verde, vieram os Tubarões, os Bulimundo, os Kinks e bandas cabo-verdianas radicadas em Portugal têm igualmente estado presentes.

O que acontecerá nesta 12.^a Festa — a primeira de Loures! — é porém diferente.

E acrescenta:

(...) «as pessoas de cultura ocidental encontram-se frequentemente em dificuldades para compreenderem a música da África negra: os conceitos dos africanos são completamente diferentes. O músico africano não procura combinar sons de uma forma agradável ao ouvido. O seu objectivo é pura e simplesmente expressar a vida em todos os seus aspectos mediante o recurso ao som. Mas, ao passo que a música europeia pode ser considerada uma forma de expressão inadequada, tal nunca pode ser dito sobre música africana. O músico africano não procura apenas imitar a natureza mediante o recurso a instrumentos musicais; inverte o sistema recorrendo a sons naturais e incorporando-os na música. Para o não-iniciado o resultado pode surgir como uma cacofonia, mas na realidade cada som tem um significado próprio e os que já viveram a experiência africana podem testemunhá-lo. Para que o seu significado seja integralmente compreendido tem de ser estudada no contexto da vida tradicional africana.»

**

É uma evidência que a influência da música africana está hoje presente na música popular de praticamente todos os

versos musicais — e muito especialmente os da África negra. Aliás, há que referir que, antes do público, os próprios músicos foram sensíveis a esta atracção, com natural destaque para os de origem negra nos Estados Unidos e também no Brasil.

Sucedendo entretanto que este fenómeno de aculturação não se fez sentir exclusivamente na Europa, não foram apenas as músicas tradicionais de França, Espanha ou Portugal que sofreram o impacto dos produtos anglo-americanos a partir da década de 40: o mesmo fenómeno se fez sentir na própria África!

**

Desde os anos 40, mas essencialmente a partir da década de 50, que um pouco por toda a África se viu surgir um novo tipo de música claramente influenciada pela que se produzia nos Estados Unidos.

Diversos factores contribuíram para este fenómeno.

Por um lado, os EUA exerceram no período do pós-guerra um compreensível fascínio no continente africano. A própria acção de propaganda se fazia sentir, o capital yankee trabalhava no sentido de se substituir ao colonialismo europeu em acelerado processo de decomposição. Ocultando o racismo e a segregação de

trópoles capitalistas. O jazz, os rhythm and blues, o rock não podem ser separados do crescimento das grandes cidades, do impacto das novas tecnologias, do recurso a instrumentos eléctricos e electrónicos, etc.

Este carácter urbano, esta componente moderna de um tipo de música em que as origens africanas facilmente se detectavam revelou-se particularmente sedutora para uma África que iniciava o seu caminho de modernização, conquistava complexas independências e via nascer, lado a lado com os universos tradicionais, as novas realidades urbanas.

Não tardaria uma década para que o **high life** nigeriano, a **juju musique** da África Ocidental francófona, o **jit-jive** do Zimbabwe aparecessem e se desenvolvessem com a força que a musicalidade de todos os povos da África negra fatalmente assegurava.

Durante anos foi essencialmente a França que acolheu a nova música africana. Para o facto naturalmente contribuiu que dos Camarões, do Mali, do Senegal viesse uma música diferente da praticada em França, mas cantada em francês. O cunho de novidade trazido para o público francês pela música da África francófona era evidentemente maior do que o que na Grã-Bretanha e muito menos nos Estados Unidos era fornecido pela música das antigas colónias inglesas da África do Sul, Zimbabwe, etc.

A verdade é que nos EUA e, por sua influência, em Inglaterra a música negra **made in USA** atenuava e retardava a descoberta do que de mais original vinha directamente de África.

A década de 80 veio porém alterar esta situação e até por motivos que não se prendem directamente com a música. Tivemos, por um lado, as secas que devastaram o continente africano com o seu terrível cortejo de fome e miséria. A situação desencadeou movimentos de solidariedade que mobilizaram largamente a comunidade musical do Ocidente: o «Live Aid», as gravações dos vários discos na esteira de «We are the world» constituíram uma espécie de reconhecimento pelos criadores e intérpretes da música europeia e norte-americana de quanto devem à cultura de um continente que lenta e dificilmente se liberta das chagas deixadas por séculos de exploração colonial.

Mas, por outro lado, a luta do povo sul-africano contra o **apartheid** transformou-se nos últimos anos num dos mais poderosos movimentos de opinião em todo o mundo.

No seu conjunto, estes dois factores desencadearam um acrescido interesse pela África, pela cultura negra e, naturalmente, pela música.

**

Por tudo quanto ficou dito, parece de todo natural que a Festa do «Avante!» de 1988 vá dedicar uma particular atenção aos sons que nos chegam da África negra. Corresponde ela a uma visão universal da cultura, a um interesse e a um respeito pela criação artística e pelas manifestações da criatividade popular. Tal como corresponde à firme solidariedade com os povos que lutam contra o racismo e o **apartheid**. ■



Música africana na 12.^a Festa do «Avante!»

**

À excepção da França, o público europeu nunca se manifestou particularmente receptivo à música africana. É evidente que para tal facto contribuem fenómenos de ordem editorial, mas é inegável que igualmente contribuem padrões culturais. Num livro clássico, «African Music — A People's Art», Francis Bebe, um músico dos Camarões durante anos responsável do Departamento de Música da UNESCO, afirma logo nas primeiras linhas:

«A autêntica música africana — a música tradicional dos povos negros de África — é pouco conhecida por esse mundo fora. O ouvinte não-africano acha-a em geral uma música estranha, difícil, pouco atractiva; daqui, conclui que não tem interesse. O que não é de forma alguma verdade. Contudo, o estudo da música africana requer tempo e paciência.»

países da Europa e do continente americano. O jazz, os blues, o samba, as rumbas, etc., são os frutos mais directos do flagelo da escravatura que devastou o continente africano durante séculos. Mas na Europa o fado, as habaneras e fadinhos do **flamenco** igualmente lançam as suas raízes na música criada pelos antigos escravos.

Hoje em dia a ninguém passa pela cabeça contestar que o que designamos por música pop anglo-americana e o rock que ocupam esmagadoramente os universos sonoros do Ocidente seriam impossíveis sem as raízes negras dos blues, do rhythm and blues, dos minstrels, etc.

Como as coisas raramente são inteiramente boas ou completamente más, a aculturação imposta no mercado musical ocidental pelo poderio das indústrias discográficas norte-americana e britânica acabou por ter a consequência positiva de despertar o público para outros uni-

que no seu próprio país era vítima a população negra, os Estados Unidos surgiam aos olhos africanos como uma realidade bem diferente da que conheciam através do colono francês ou inglês. A importância sempre desempenhada pelo factor cultural neste tipo de operações contou neste caso com uma situação de verdadeira quintessência da contradição: a música dos segregados negros norte-americanos acabou a constituir um excelente e natural passaporte para a penetração norte-americana em África!

Claro que a isto haverá a acrescentar os laços que fatalmente ligariam as expressões musicais, as similitudes que o africano naturalmente encontraria numa música cujas raízes provinham exactamente do seu continente. Mas há mais.

A verdade é que a música que nos anos 50 e depois os EUA e a Grã-Bretanha exportaram para África era já a criação da realidade urbana das grandes me-

Mory Kante

Na Festa, com duas dezenas de acompanhantes

um griot
da idade
dos instrumentos
electrificados

Embora nascido em 1950 na antiga Guiné francesa, Mory Kante é com toda a legitimidade considerada como um músico do Mali.

Filho de pais griots, a educação de Mory foi a tradicional das crianças dessas verdadeiras dinastias de trovadores da África Ocidental: aos sete anos deixou a Guiné natal, enviado para o vizinho Mali a fim de estudar junto de sua tia, Maman Ba Kamissoko, as artes que qualquer griottem de aprender. Entre elas, naturalmente, a técnica da kora, a dupla harpa que marca toda a música das regiões da África negra que confinam a Sul com o Sahara.

Além de Mory Kante, a família criou mais músicos de importância: Kante Facy, o guitarrista do ballet de Keita Fodeba, criado pelo primeiro governo da Guiné ex-francesa é seu irmão, tal como o são os dois Kante Manfila, um parte de Les Ambassadeurs com Salif Keita e outro pertencente ao grupo Balla et ses Balladins.

Aos quinze anos, Mory Kante deu por concluídos os seus estudos e integrou-se numa banda da capital maliana, Bamako, que passaria à História como um marco na introdução de instrumentos eléctricos na música tradicional da região — a Rail Band que recolhia o seu nome do hotel onde actuava, o Station Hotel.

Durante sete anos Kante actuou com a Rail Band, datando desse período uma das suas mais conhecidas composições, uma espécie de poema musical épico onde se conta a história do «Exílio de Sundiata, fundador do império mandinga».

No seu livro «African All-Stars», os críticos e investigadores britânicos Chris Stapleton e Chris May fazem sobre Mory Kante algumas revelações e apreciações de particular interesse.

«A sua forma de encarar a música foi — escrevem — desde início radical. Enquanto outros modernizadores deram uma forma eléctrica à música tradicional, Kante criou uma linguagem verdadeiramente nova para a kora, dando origem a uma sonoridade que mistura o *electro-funk*, o *reggae* e a *soul*. O que exigiu um considerável trabalho de investigação. Antes de gravar *Courougnegne* em 1981, um álbum que descreve como «kora-funk», Kante trabalhou aplicadamente durante dois anos nesse projecto. Depois as suas investigações em torno da kora prosseguiram, incluindo-se entre elas o álbum *Mory Kante a Paris*, claramente destinado a captar uma audiência moderna e a restaurar o lugar por ele considerado justo para a música africana no seio da cultura moderna.»

E concluem C. Stapleton e C. May: «Kante é um griot da idade dos instrumentos electrificados. Em tempos passados teria tocado uma kora acústica e cantado sobre famílias e batalhas que entraram na História. Hoje, traz uma nova mensagem sobre a cultura africana e é frequentemente encarado como uma componente do desenvolvimento da música ocidental, da salsa à *breakdance*».



Número um
do top
combinado
europeu

No presente momento, Mory Kante é sem dúvida um dos nomes mais em evidência da música que se ouve na Europa: a sua canção «Yé Ké Yé Ké», incluída no álbum «Mory Kante a Paris» encontra-se no 1.º lugar do top combinado europeu.

O top combinado europeu é o apuramento entre todos os tops nacionais da Europa e, como é evidente, um primeiro lugar nesta, digamos, «classificação geral» corresponde a vários primeiros lugares nos tops nacionais.

É a primeira vez que um músico africano ocupa esta posição e é necessário sublinhar que o facto é tanto mais notável quando ocorre simultaneamente com ascensões igualmente fulgurantes como são as dos músicos sul-africanos Johnny Clegg e o seu grupo Savuka e o trompetista Hugn Masake-la.



Com uma banda de quase duas dezenas de músicos em palco — Mory Kante na Festa do «Avante!» ■



Griot é um termo utilizado em toda a África Ocidental para designar um músico profissional. O que é exactamente um griot? Talvez seja mais fácil começar por dizer o que é que um griot não é. Contrariamente a uma ideia bastante generalizada, um griot não é meramente um feitiçeiro africano ou um curandeiro, embora alguns griots façam incursões na feitiçaria. Geralmente, especializam-se na arte de invocar seres sobrenaturais de todo o tipo e cantam as suas orações procurando conseguir o seu perdão, a sua protecção ou boa-vontade. Contudo, o papel do griot nas sociedades da África Ocidental estende-se muito para além do

O que é um GRIOT

reino da magia. O facto de a música estar no cerne de todas as actividades do griot é uma prova claríssima do papel vital por ele desempenhado em toda a vida africana.

(...)

O griot da África Ocidental é um trovador, o equivalente ao menestrel da Europa medieval. Alguns griots estão ligados às cortes de nobres, outros são independentes e andam de casa em casa, de aldeia em aldeia distribuindo histórias e acrescentando outras novas às suas colecções. O griot sabe tudo o que acontece e é capaz de se recordar de acontecimentos que já desapareceram das memórias. É um arquivo vivo das tradições populares. Mas é acima de tudo um músico sem o qual nenhuma celebração ou ritual poderão estar completos. O seu repertório é extraordinariamente vasto e vai de peças para ocasiões especiais como casamentos ou baptizados até canções louvando clientes eventuais que as encomendam. Griots que pertencem à corte de um nobre têm como missão exaltar as glórias e virtudes do seu amo. Griots independentes cantam em louvor de qualquer um que tenha condições para lhes

pagar sendo rematada loucura pretender discutir preços. Estão prontos a elogiar os que os remuneram bem, mas um griot descontente não hesitará em amaldiçoar e caluniar um cliente menos generoso criando-lhe a reputação de um verdadeiro miserável.

Os talentos de virtuoso do griot garantem-lhe geral admiração. Este virtuosismo é resultado de longos anos de estudo e duro trabalho sob a orientação de um professor que é frequentemente seu pai ou tio. A profissão não é uma prerrogativa masculina. Há muitas mulheres griots cujos talentos como cantoras e músicos são igualmente apreciados.

Apesar de os talentos destes extraordinários músicos serem altamente apreciados, há que reconhecer que raramente granjeiam estima pessoal. O povo teme-os porque conhecem demasiados segredos. São frequentemente tratados com desprezo e, de facto, pertencem a uma das classes mais baixas da escala social, lado a lado com os sapateiros, os tecelões e os ferreiros. Esta atitude reflecte-se na lenda que conta como surgiu o primeiro antepassado dos griots.

Conta-se que dois irmãos caminhavam

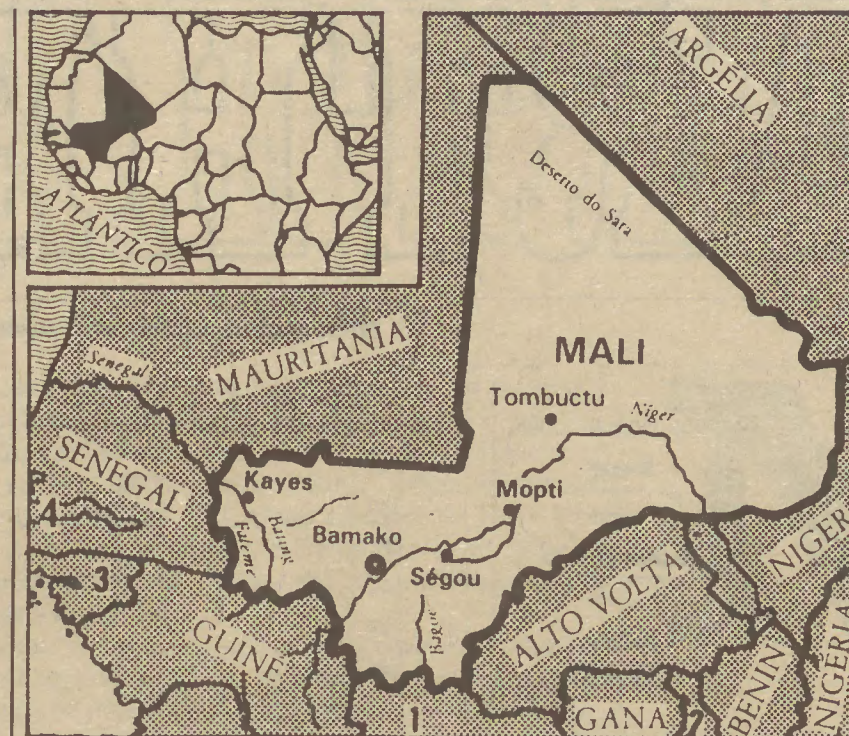
através da floresta, marchando energicamente apesar do calor sufocante. A determinada altura, o mais jovem é assaltado pela fome e diz para o seu irmão: «É melhor continuarmos e completarmos sozinho a jornada porque eu não consigo continuar. Estou a morrer de fome.» O irmão mais velho simulou concordar e continuou sozinho. Mas, logo que as árvores o ocultaram, parou, puxou da faca e cortou um pedaço de carne da sua própria coxa. Preparou a carne cuidadosamente e levou-a ao seu irmão que a comeu vorazmente, após o que, recuperado, prosseguiram a marcha. Decorrido algum tempo porém o mais novo notou que o seu irmão estava coberto de manchas de sangue. Perguntou-lhe o que acontecera, mas não obteve qualquer resposta. Finalmente, quando tinham alcançado a aldeia mais próxima, o irmão mais velho confessou o que fizera para o ajudar, tendo o mais novo formulado então a seguinte promessa: «Para me salvar da morte não hesitaste em dar-me carne da tua própria coxa. De agora para o futuro, o meu nome será Dieli, teu servidor, e todos os meus descendentes servirão os teus descendentes». Esta é a for-

ma como Dieli, o antepassado dos griots, lhes deu origem e o nome é ainda hoje usado pelos Fali da Guiné e os Bambara do Mali para designar os griots.

A lenda explica alegoricamente a razão por que os griots ocupam uma posição tão baixa na sociedade. Não há saída para tal estatuto mesmo depois da morte. Nalguns pontos da África Ocidental os griots não são autorizados a ter um túmulo próprio. Uma crença popular afirma que se um griot for sepultado de forma normal a terra se tornará estéril. Quando um griot morre o seu corpo é colocado no tronco oco de um imbondeiro. (...)

Esta mistura de admiração e desprezo que marca uma classe de homens, cuja existência depende do que são capazes de dizer acerca dos outros, faz lembrar as palavras das velhas fábulas gregas de Esopo. Interrogado sobre porque é que considerava a língua como a melhor e a pior das coisas, respondeu: «Porque pode ser usada não só para orar aos deuses, mas também como um instrumento de blasfémia.» ■

Francis BEBEY, «African Music — A people's art». Lawrence Hill & Company. 5.ª ed. Nova York, 1984.



1 — Costa do Marfim 2 — Togo 3 — Guiné-Bissau 4 — Gâmbia

O Mali

Segunda a tradição, a seca assolava o reino de Niani quando o seu rei, Allakoi Keita, se converteu ao islamismo aconselhado pelos almorávidas. De imediato começou a chover e o rei, para mostrar o seu agradecimento, fez uma peregrinação à Meca donde voltou com o título de sultão em 1050.

O pequeno reino despertava a cobiça dos seus vizinhos, por controlar as jazidas auríferas, e em 1230 foi conquistado por Sumangurú Konté, rei dos sossos. Pensando consolidar o seu domínio fez degolar toda a família real de Niani excepto o jovem príncipe Sundiata que, segundo a tradição, era inválido ou enfermo. O efeito, porém, foi precisamente o contrário pois que com esta atitude demonstrou aos restantes povos o tratamento que podiam esperar para si mesmos. Isso facilitou a tarefa ao único Keita sobrevivente: que dedicou alguns anos a construir uma confederação de tribos da etnia malinké, o seu próprio povo. Em 1235 enfrentou os sossos na épica batalha de Kirina cantada ainda hoje pelos griots malineses. A vitória não só confirmou Sundiata como chefe de todos os malinkés (passou a chamar-se Mali Dajata. «O Leão de Mali»), mas também o tornou dono de um vasto território que não cessou de ampliar. Em 1240 anexou o antigo reino de Gana e ao morrer em 1255, os seus domínios estendiam-se desde o Atlântico até à curva do Niger, e desde os bosques equatoriais ao deserto do Sara incluindo os actuais Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, norte da Guiné (Conakri), metade da Mauritânia, sul da Argélia e todo o Mali (excepto a sua extremidade oriental que só seria incorporada em 1325).

Niani no extremo sul, Djéné no centro e Tombuctu no norte, converteram-se em importantes centros comerciais, em especial a última, onde terminava a rota do deserto mais utilizada na época.

O mais conhecido dos sucessores de Sundiata foi o sultão Kankan Musa (1312-1337), famosos entre os cronistas árabes (e inclusive dos venezianos) pela sua lendária riqueza e prodigalidade: foi tanto o ouro que gastou e presenteou no Cairo quando fez a sua peregrinação à Meca, que a colocação do metal veio a baixo sendo necessário que passassem 12 anos para que recuperasse o seu nível normal. Um aspecto menos folclórico mas tão significativo como este da sua viagem, foi o número de artistas e letrados que trouxe consigo do Egipto e da Arábia, que contribuíram, decisivamente, para o desenvolvimento duma cultura islâmica rica em elementos, locais, e para dar prestígio internacional à recém-criada Universidade de Tombuctu.

As relações com o mundo árabe eram intensas: caravanas com um total anual de 12 000 camelos uniam o Mali ao Cairo, assegurando o fluxo de ouro (a principal fonte abastecedora dos mercados árabes e europeus eram as minas de Bambuk e as recentemente descobertas no Buré, mais a leste). Embaixadas regulares mantinham as boas relações com o sultão de Marrocos e o comércio era tão importante que até lápides funerárias esculpidas eram importadas da

Espanha ainda dominada pelos árabes. Este período é bem conhecido graças aos historiadores árabes como Ibn Batuta, que visitou a região em 1352, ou Ibn Jaldún, admiradores do esplendor e cultura do império centro-africano e da habilidade política dos seus sultões que conciliavam a sua ortodoxia muçulmana com as crenças tradicionais da maioria dos seus súbditos.

Nos finais do século XV, contudo, este brilhante Estado chegava ao seu ocaso. Contribuíram para isso as frequentes agressões externas (fulas a oeste, tuaregues ao norte, mossis ao sul e, particularmente, os songhais de Gao a leste). No entanto, um elemento de fundamental importância foi a instalação dos portugueses no litoral atlântico, a partir de 1470. Uma boa parte do ouro produzido em Bambuk e Buré começou a ser desviado para a costa, onde se trocava por produtos europeus rompendo-se assim o monopólio dos sultões malineses e debilitando-se o tráfico transariano (segundo os registos portugueses, o ouro proveniente da África Ocidental alcançava os 720 quilos anuais por volta de 1500).

Como aconteceu com outros impérios, o seu próprio impulso económico e cultural, ao irradiar-se criou condições para o desenvolvimento de outros Estados vizinhos que logo se converteram em rivais. Reduzido à sua mínima expressão, o Mali sobreviveu formalmente como Estado até à ocupação francesa, no século XIX, e a dinastia Keita manteve-se até aos nossos dias, reduzida a uma chefia tribal em Kangara. Dessa família saía Modibo Keita, primeiro presidente da República do Mali.

As conquistas fulas do final do século XIX foram o pretexto para a ocupação francesa e o Mali converteu-se, juntamente com os actuais Burkina-Faso, Benin e Senegal, no Sudão Francês, depois África Ocidental Francesa.

A dominação trouxe consigo violentas distorções: a economia, orientada tradicionalmente para o Mediterrâneo, teve que voltar-se para o Atlântico, onde Dacar se transformou no grande pólo concentrador da colónia, o que determinou a decadência das rotas comerciais sarianas.

A desconformidade, que mudanças tão profundas despertaram, não teve, no entanto, formas de expressar-se até ao pós-Segunda Guerra Mundial quando se criou, na conferência de Bamako, a RDA (Rassemblement Démocratique Africain) para toda a colónia e, em 1946, a União Sudanesa, como secção malinesa.

Sob a pressão da derrota francesa em Dien Bien Phu, na Indochina, da insurreição argelina e da luta do próprio Rassemblement Democratique Africain, Paris resolve, nos anos 50, iniciar um processo de autonomia gradual das suas colónias africanas, que culminará com a independência em 1960.

Conscientes das suas debilidades, os jovens Estados agrupam-se na Federação do Mali, mas a disparidade de interesses torna inviável o processo integrador e a federação fracassa. O Sudão Francês corta então os seus últimos laços com a metrópole e pro-

clama a República do Mali, para cuja presidência foi eleito Modibo Keita.

Junto com Senghor (Senegal) e Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Keita pertence a uma geração de líderes africanos educados em França e inspirados na social-democracia. Mas o presidente do Mali não se limitou, como fizeram os seus vizinhos, a aceitar o neocolonialismo sob uma máscara de «negritude»: ele impulsionou um processo de reformas e desenvolvimento económico orientado pela ideologia do «socialismo africano», aproximando-se assim das posições de Sékou Touré, da Guiné, e N'Krumah, do Gana.

O tribalismo foi combatido, a economia nacionalizada, a industrialização incentivada, e a taxa de escolaridade subiu de 4 para 20%. A sua luta pela unidade do Continente, pelo Não-Alinhamento e por uma política externa independente trouxeram-lhe o respeito das forças progressivas de todo o Continente. Mas Keita não conseguiu estruturar um forte partido de massas que canalizasse a participação popular, e os interesses colonialistas impuseram-se por meio de um golpe militar que o derrubou em Novembro de 1968 e levou ao poder o Comité Militar de Libertação Nacional, presidido pelo coronel Moussa Traoré.

Em 1974, na busca de espaço político, o CMLN submeteu a plebiscito uma nova Constituição. Com toda a oposição proibida e os seguidores de Keita presos, o Governo conseguiu 99,8% de apoio eleitoral.

A 16 de Maio de 1977, Modibo Keita morreu «de intoxicação alimentar» numa localidade do deserto, onde estava confinado desde 1968. Numa manifestação popular, de magnitude nunca vista em Bamako, o povo acompanhou os restos de Keita à sua tumba e demonstrou a sua rejeição ao regime militar.

Em 31 de Março de 1979 foi fundado o partido único, União Democrática do Povo Malianês (UDPM), que obteve nas eleições os 82 lugares de deputados e a presidência para Moussa Traoré. No seu programa, este postulou uma «economia independente e planificada» e uma «sociedade justa, democrática e próspera».

Apesar das promessas de renovação, o Governo continuou a enfrentar a resistência popular, em consequência da excessiva concentração de poderes nas mãos dos militares, das sistemáticas denúncias de corrupção no enorme aparelho burocrático estatal e do progressivo empobrecimento dos camponeses devido às secas e à falta de apoio governamental.

No aniversário da independência, em Setembro de 1980, o presidente do Mali admitiu o fracasso político de normalização institucional e convocou um congresso extraordinário da UDPM. O congresso realizou-se em Fevereiro de 1981, num clima tenso, por causa de uma frustrada tentativa de golpe promovida por alguns oficiais em Dezembro do ano anterior. Mas nenhuma mudança importante foi aprovada durante os debates políticos, salvo uma tímida abertura em relação aos adeptos do ex-presidente Modibo Keita. ■

Dados extraídos do «Guia do Terceiro Mundo»

O que é a KORA

A kora é um dos mais belos instrumentos de toda a África negra, quer do ponto de vista visual, quer musicalmente. Consiste basicamente numa caixa de res-

sonância, num braço, um grande cavalete e 21 cordas. A caixa de ressonância é uma grande meia cabaça coberta por uma pele esticada. Um buraco é cortado na parte convexa e os seus contornos são cuidadosamente decorados. O buraco que «permite que o som saia naturalmente» corresponde ao orifício do alaúde europeu. Por vezes todo o contorno da caixa de ressonância é decorado, mas não se trata de uma situação comum. Um longo e cilíndrico braço de madeira é fixado à caixa de ressonância. As cordas são fixadas a uma das pontas do braço que se estende cerca de 5 centímetros

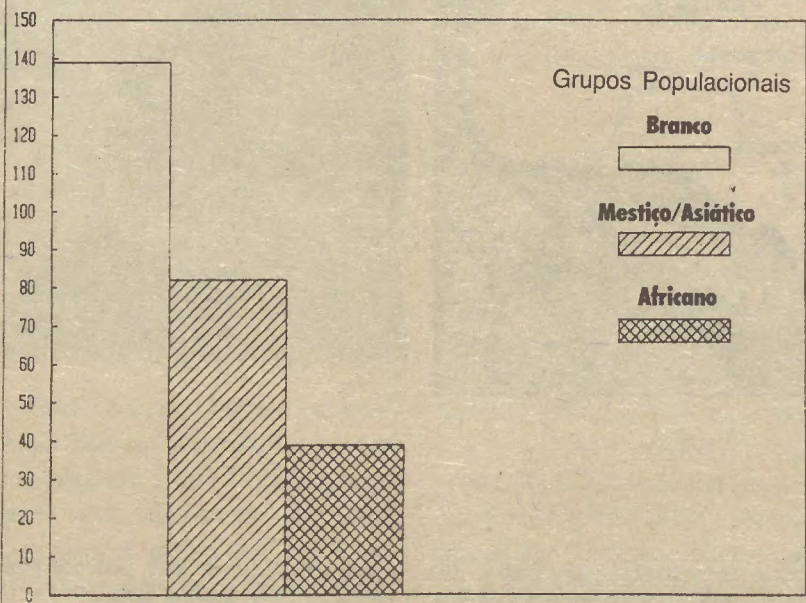
para além da caixa de ressonância e, na outra ponta, a 21 diferentes pontos ao longo do braço através de argolas de pele espaçadas. Estas argolas deslizam ao longo do braço de forma a que as cordas sejam esticadas para afinação do instrumento. O cavalete, aproximadamente com 20 centímetros de altura e 3 a 5 centímetros de espessura, possui dez entalhes de um lado e onze do outro. O cavalete e o braço formam dois lados de um triângulo que é completado pelas cordas que estão esticadas entre eles. Basicamente, é esta configuração das cordas que coloca a kora na categoria das harpas. Contudo, por causa do braço, pode também ser considerada um alaúde. O mais correcto será talvez considerá-la uma harpa-alaúde. Porque o cavalete divide as cordas em duas fiadas separadas, dez de um lado e onze do outro, a kora é actualmente uma dupla-harpa. Como toque final, os músicos fixam normalmente um disco metálico no topo do cavalete. Os pequenos anéis presos no perimetro do disco reagem ao mais pequeno movimento. (...)

Francis BEBEY, «African Music — A people's art». Lawrence Hill & Company. 5.ª ed. Nova York, 1984.



APARTHEID

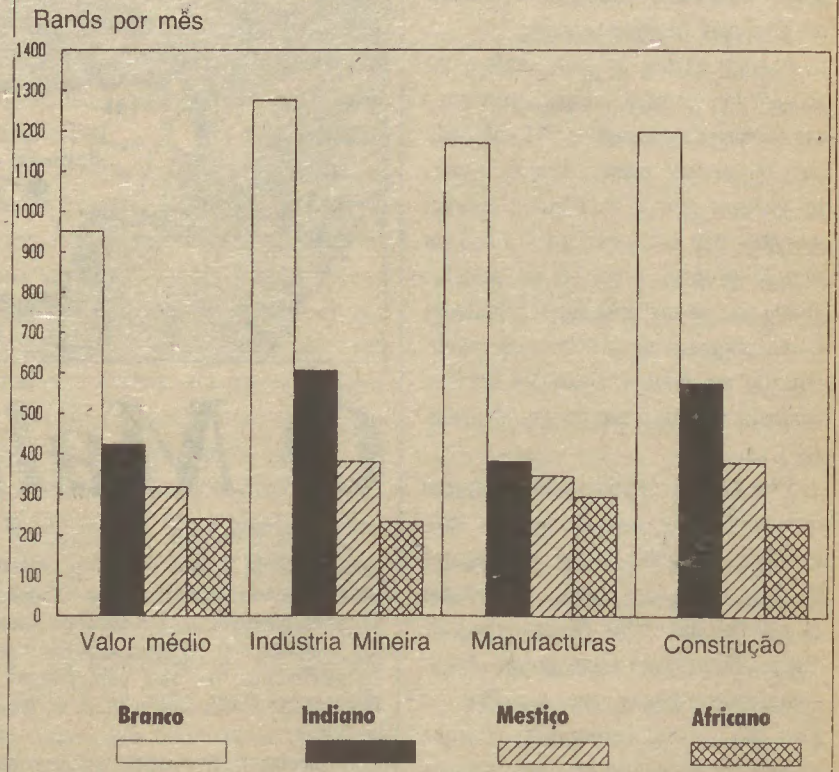
IDADE DE REFORMA (MÁXIMA) 1982



Rands por mês

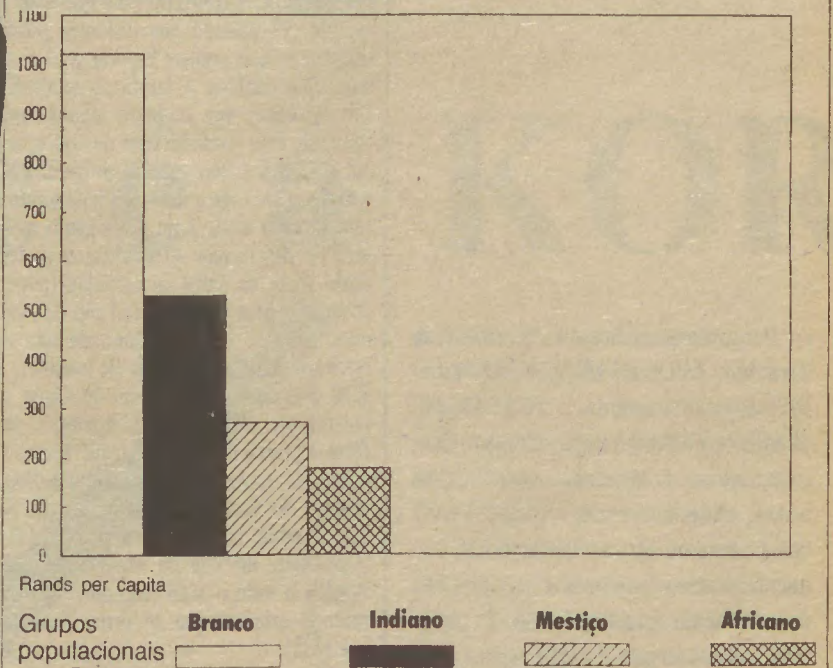
Fonte: Estatísticas Oficiais apresentadas no Parlamento

DIFERENÇAS SALARIAIS: 1981 (Salário mensal)

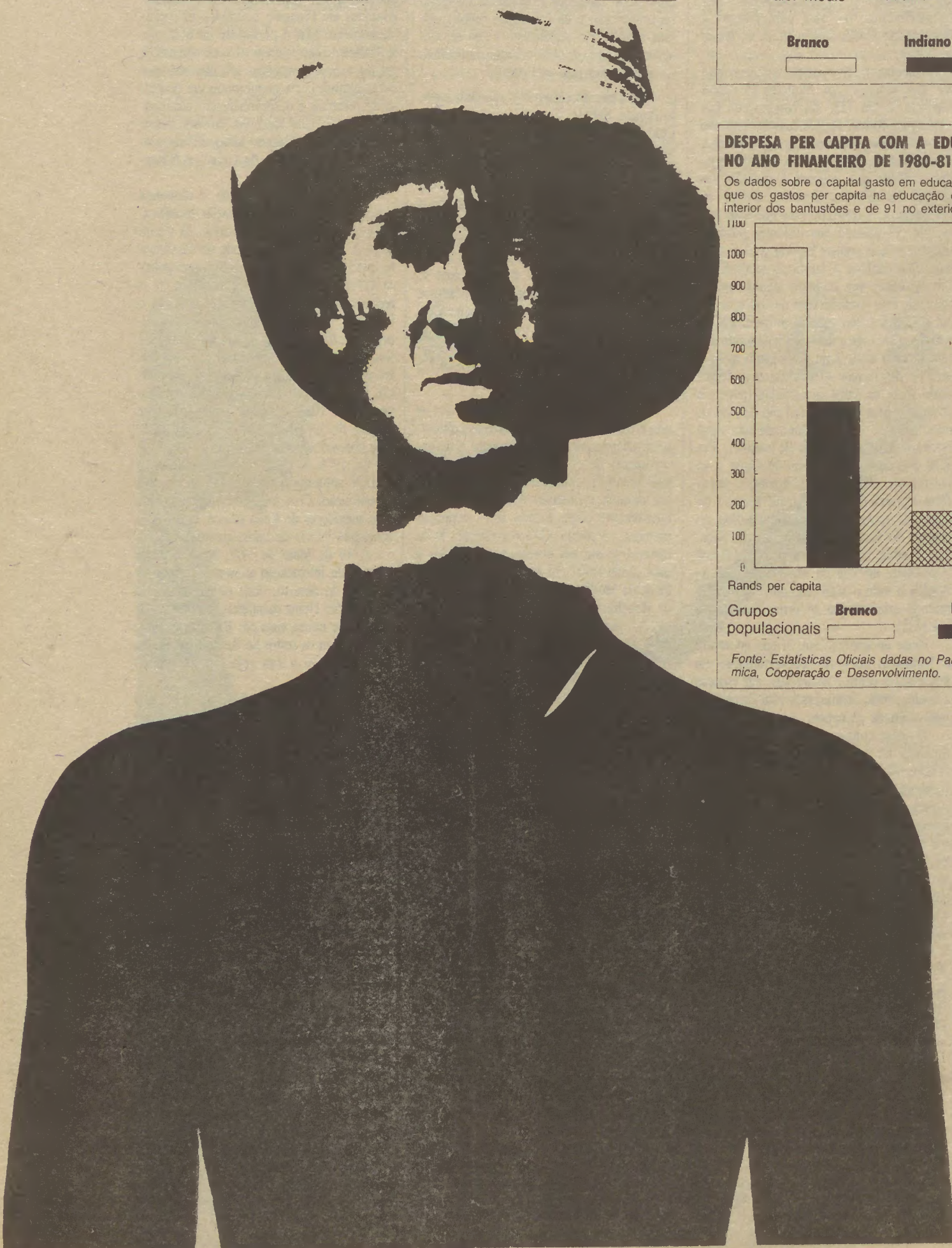


DESPESA PER CAPITA COM A EDUCAÇÃO (INCLUINDO O CAPITAL GASTO) NO ANO FINANCEIRO DE 1980-81 (EXCLUINDO OS BANTUSTÕES)

Os dados sobre o capital gasto em educação nos bantustões não está disponível: estima-se que os gastos per capita na educação de Africanos em 1980-81 foram de 83 rands no interior dos bantustões e de 91 no exterior.



Fonte: Estatísticas Oficiais dadas no Parlamento e no Departamento para Pesquisa Económica, Cooperação e Desenvolvimento.



APARTHEID

NÃO

Falar do *apartheid* através dos números, das estatísticas, pode parecer uma forma insólita de abordar uma realidade que a comunidade das nações não hesita em classificar de crime contra a Humanidade.

Mas a verdade é que os números, na sua fria linguagem, põem a nu a indignidade de um sistema assente na segregação racial, no domínio e exploração da maioria por uma minoria, na repressão mais brutal.

Não são uns números quaisquer. São os próprios números oficiais da África do Sul o que, a pecarem, será por defeito e não por excesso, na conhecida tendência

dos regimes repressivos em dourarem a pílula da realidade a que presidem.

Em 1980, a África do Sul contava oficialmente com 29 milhões de habitantes: 21 milhões de negros (72,7%), 4,5 milhões de brancos (15,5%), 2,6 milhões de mestiços (9%) e 0,8 milhões de indianos (2,8%).

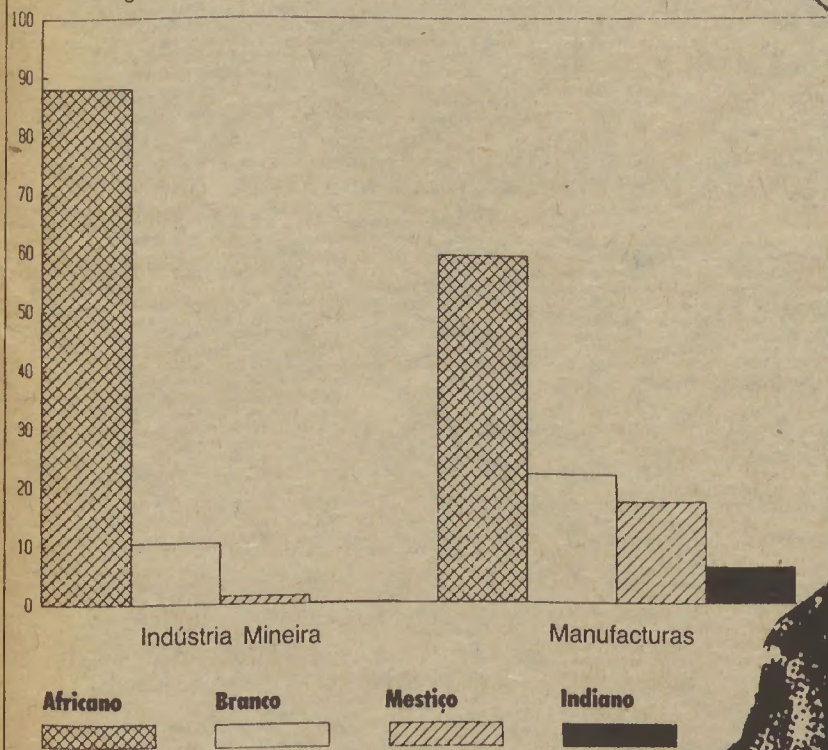
Basta ver os quadros que seleccionámos para entender como se pratica o *apartheid*, seja no domínio da educação, dos salários, da reforma, do trabalho. Este último, como seria de esperar, é o único em que os negros ocupam o primeiro lugar: são eles quem mais trabalha, recebendo menos.

Certos analistas, que se desdobram em tentativas para desvirtuar a luta do povo sul-africano, fariam bem em estudar as estatísticas oficiais da África do Sul. Encontrariam aí, em toda a sua crueza, o testemunho da exploração e opressão a que é submetida a maioria negra sul-africana.

Talvez então muitos entendessem a importância da solidariedade internacional na luta contra o *apartheid*. ■

COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO — 1980

Percentagem



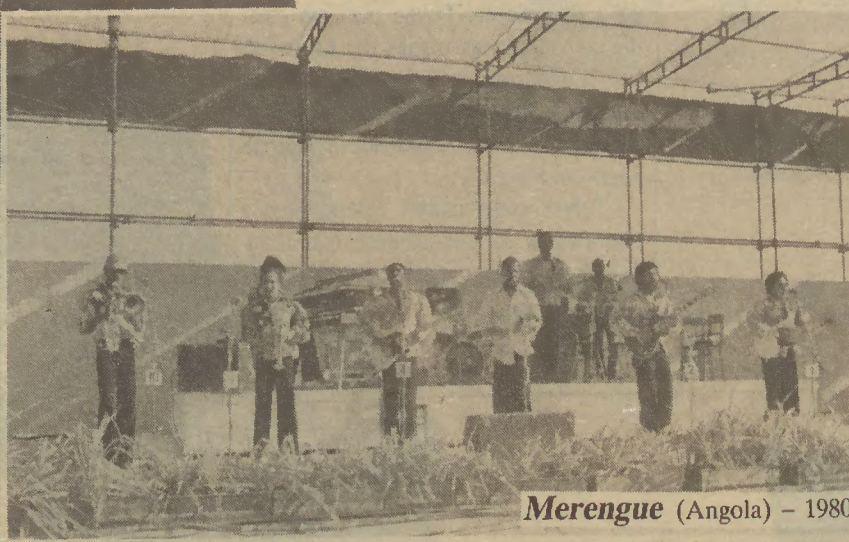
Fonte: Departamento de Estatísticas

Nos nossos palcos

Música africana soma êxitos!



Tubarões (Cabo Verde) – 1981



Merengue (Angola) – 1980



Jabula (África do Sul) – 1979



Kitushi (Angola) – 1986



Kings (Cabo Verde) – 1982



Marru Dibango (Camarões) – 1982

Vamos fazer da Quinta do Infantado em Loures o palco para o maior festival de música africana jamais realizado em Portugal e um dos mais significativos a nível europeu.

Mas a música africana não é novidade na Festa. Logo em 1977, na primeira que se realizou ao ar livre, começámos da melhor maneira. Tivemos nos palcos do Jamor a «Voz de África», a grande senhora da música que se chama Myriam Makeba.

Nomes importantes, não apenas o de Makeba. Na Festa de 1982, a sétima, ouvimos os sons do inconfundível saxofone do Manu Dibango.

Mas antes, em 1981, já tínhamos dançado com o grupo cabo-verdiano Os Tubarões.

A presença da música de Cabo Verde, fez-se notar ao longo das diversas edições da Festa. Depois dos Tubarões, passaram pelos seus principais palcos, os Kings e aquele grande agrupamento que dá pelo nome de Bulimundo.

Também por cá passaram os Jabula, da África do Sul, logo em 1979, e o grupo tradicional angolano Kitushi, em 1984

e na última Festa, em 1986.

Se quisermos, podemos ver a questão de uma outra maneira. Ao longo das 11 edições já realizadas da Festa do «Avante!», tivemos por oito vezes a presença da música africana nos nossos palcos, e de todas as vezes com incontestável êxito.

A música angolana já cá teve dois representantes, a música sul-africana outros dois e a dos Camarões um.

A música cabo-verdiana, aquela que melhor conhecemos, já cá esteve por três vezes.

Independentemente dos países de que são naturais os intérpretes, o destaque natural, vai para a Festa, que os trouxe e nos foi dando a conhecer a boa música que se faz em África e que tão poucas vezes temos oportunidade de escutar.

Trata-se de um esforço que este ano terá o seu corolário com aquele que será um autêntico Festival Internacional de Música Africana, com grandes nomes que começamos a divulgar já nesta primeira edição do suplemento «A Festa». ■